

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE JANEIRO DE 2000

Presidente Ex^{mo} Sr António de Almeida Santos

Secretários Ex^{mos} Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Manuel Alves de Oliveira
António João Rodeia Machado
António Alves Martinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos

Antes da ordem do dia — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros

Em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Basílio Horta (CDS-PP) solicitou esclarecimentos sobre declarações do Primeiro-Ministro relativas a TAP, o que suscitou o uso da palavra por parte do Sr Deputado Manuel dos Santos (PS)

O Sr Deputado Carlos Alberto (PS), salientando a importância do sector do turismo na nossa economia, chamou a atenção para a necessidade de maior investimento público no Algarve

O Sr Deputado José Cesario (PSD) apontou ao Governo o não cumprimento de compromissos que assumiu com o distrito de Viseu, tendo respondido a um pedido de esclarecimento do Sr Deputado Basílio Horta (CDS-PP)

O Sr Deputado Miguel Gineiral (PS), a propósito da intervenção anterior, considerou que o PSD votou ao esquecimento aquele distrito durante os anos em que foi governo e salientou as medidas ali levadas a cabo pelos governos socialistas. No final, respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr Deputado José Cesario

O Sr Deputado António Nazare Pereira (PSD) acusou o Governo, nomeadamente o Ministério da Cultura, de não dar cumprimento à lei que criou o Museu da Região do Douro, tendo respondido a um pedido de esclarecimento do Sr Deputado António Martinho (PS)

A Câmara apreciou, em conjunto, os votos nºº 42/VIII (BE) e 44/VIII (PS) — De pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva. Apesar de terem pronunciado, a diverso título, os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), José Saraiva (PS), Carlos Encarnação (PSD), Silvio Rui Cervan (CDS-PP), António Filipe (PCP), António Capucho (PSD) e Isabel Castro (Os Verdes), os votos foram aprovados

Foi também aprovado o voto nºº 45/VIII — De protesto pela situação dos professores desempregados (BE), tendo feito intervenções os Srs Deputados Luís Fazenda (BE), Basílio Horta (CDS-PP), Maria Teresa Coimbra (PS), Luisa Mesquita (PCP), David Justino (PSD) e Isabel Castro (Os Verdes)

O voto nºº 46/VIII — De congratulação pela vitória do candidato Ricardo Lagos nas eleições presidenciais no Chile (PS) foi aprovado, com uma alteração proposta pelo BE, tendo-se pronunciado, a diverso título, os Srs Deputados Medeiros Ferreira (PS), Pedro Santana Lopes (PSD), Teresa Patrício Gouveia (PSD), Manuel Alegre (PS), António Capucho (PSD), Paulo Portas (CDS-PP) e Francisco Louçã (BE)

Na generalidade, foi rejeitado o projecto de lei nºº 28/VIII — Criação da área metropolitana de Leiria (PSD) e foi aprovado o projecto de lei nºº 18/VIII — Estatuto do mecenato para a vida (CDS-PP)

Foram ainda aprovadas, em votação global, as propostas de resolução nººs 1/VIII — Aprova para ratificação, o Código Ibero-Americano de Segurança Social e os seus Protocolos Primeiro e Segundo, assinado em Madrid, a 19 de Setembro de 1995, 2/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a

República Portuguesa e a República da Tunísia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, a 24 de Fevereiro de 1999, 3/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção do Unidroit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995, 4/VIII — Aprova, para adesão, o Tratado de Criação e Estatutos do Conselho Ibero-American do Desporto, assinado em Montevideu, a 4 de Agosto de 1994, 5/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo a Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Paris a 30 de Julho de 1999, e 6/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e respectivo protocolo

Mereceram também aprovação dois pareceres da Comissão de Ética, um autorizando um Deputado do CDS-PP a depor, por escrito, como testemunha em tribunal e outro

denegando autorização a um Deputado do PS a ser constituído como arguido

O voto nº 46/VIII — De protesto pela falta de isenção da posição da União Europeia na questão angolana (CDS-PP) foi rejeitado, tendo intervindo os Srs Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e Carlos Luis (PS)

Procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre prescrição do procedimento criminal Usaram da palavra, a diverso título, além ao Sr Ministro da Justiça (António Costa), os Srs Deputados António Filipe (PCP), Henrique Chaves (PSD), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), José Magalhães (PS), Fernando Pessinho (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Guilherme Silva (PSD), Naiara Coissoro (CDS-PP) e Jorge Lacão (PS)

Tendo a Câmara deliberado adiar para a sessão seguinte as matérias que estavam agendadas para o período da ordem do dia, o Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 5 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados. temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dimis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco José Pinto Camilo
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres

José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Vitor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira

Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferrreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Pedro Miguel de Santana Lopes
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Augusto Meleiro Rodrigues
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Narana Sinaí Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)
 Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente.

O Sr Secretário (Artur Penedos). — Sr Presidente e Srs Deputados, foram apresentados na Mesa vários requerimentos No dia 11 de Janeiro de 2000 à Secretaria de Estado das Obras Públicas, formulado pelo Sr Deputado Eugénio Marinho, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado António Martinho, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Castro de Almeida, aos Ministérios das Finanças e Economia e da Saúde, formulado pelo Sr Deputado Paulo Portas, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pela Sr^a Deputada Heloísa Apolónia

Na reunião plenária de 12 de Janeiro de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados António Nazaré Pereira e Carlos Marta, à Direcção-Geral do Ambiente e à Câmara Municipal de Penela, formulados pelo Sr Deputado Ricardo Castanheira, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo

Sr Deputado Rui Rio, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Paulo Portas, Pedro Mota Soares e Natália Filipe, aos Ministérios do Equipamento Social, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, aos Ministérios do Equipamento Social e do Planeamento, formulado pelo Sr Deputado Honório Novo, aos Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade e da Administração Interna, formulados pelo Sr Deputado João Amaral, ao Ministério da Cultura, formulados pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, aos Ministérios do Equipamento Social e da Economia, formulados pelo Sr Deputado Vicente Merendas, à Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária, formulado pelo Sr Deputado José Meleiro Rodrigues, a diversos Ministérios, formulados pela Sr^a Deputada Isabel Castro.

Nas reuniões plenárias de 13 e 14 de Janeiro de 2000 ao Ministério da Administração Interna e ao Comandante-Geral da Polícia de Segurança Pública, formulado pelo Sr Deputado Mota Torres, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Rui Gomes Silva, ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs Deputados Carlos Marta, Luís Pedro Pimentel e Rosado Fernandes, ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs. Deputados José Cesário e João Rebelo, ao Sr Primeiro-Ministro e ao Ministério da Cultura, formulado pela Sr.^a Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Rui Rio, ao Ministério das Finanças e da Economia, formulado pelo Sr Deputado Joaquim Costa, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Herculano Gonçalves, ao Ministério da Cultura, formulados pelo Sr Deputado Paulo Portas, ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária, formulados pelo Sr Deputado José Meleiro Rodrigues, ao Ministério para a Igualdade e às Secretarias de Estado dos Transportes, da Administração Local e do Trabalho e Formação, formulado pelo Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria de Estado das Obras Públicas, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Sr Deputado Fernando Pésinho, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria de Estado do Trabalho e Formação, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda, ao Sr Primeiro-Ministro e ao Ministério da Defesa Nacional, formulados pelo Sr Deputado João Amaral

Por sua vez, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs Deputados. No dia 23 de Janeiro de 2000 Luís Miguel Teixeira e Mota Torres, na sessão de 10 de Novembro, José Ribeiro e Castro, no dia 15 de Novembro, Agostinho Lopes, nas sessões de 18 de Novembro e 3 de Dezembro, Maria Fernanda Costa, na sessão de 19 de Novembro, Vicente Merendas, na sessão de 2 de Dezembro

No dia 14 de Janeiro de 2000 Mota Torres, na sessão de 10 de Novembro, José Eduardo Martins, na sessão de 18 de Novembro, Rosado Fernandes, na sessão de 19 e 30 de Novembro, José Cesário e Natália Filipe, nas sessões de 24 de Novembro e 2 de Dezembro, António Piñho, na sessão de 25 de Novembro, Joaquim Matias, na sessão de 9 de Dezembro

No dia 17 de Janeiro de 2000 Lino de Carvalho, no dia 27 de Julho, Manuela Aguiar, na sessão de 3 e no dia 30 de Novembro, Agostinho Lopes, na sessão de 24 de No-

vembro, Vicente Merendas, na sessão de 9 de Dezembro, Eugénio Marinho, na sessão de 7 de Janeiro

O Sr Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, tivemos hoje ocasião de ler declarações do Sr Primeiro-Ministro em que dizia que o Governo estava impedido de investir um tostão que fosse na TAP em virtude de compromissos comunitários

A minha interpelação é, pois, no sentido de solicitar a V Ex.^a a grande gentileza de perguntar à Presidência do Conselho de Ministros o que é que isto significa, qual é o conteúdo útil desta declaração

Significará que o Governo entende não pôr mais dinheiro na TAP, apenas e só porque há uma imposição comunitária que o proíbe, ou, pelo contrário, isso será uma desculpa para proteger os contribuintes dos 180 milhões de contos que já lá estão?

Depois, Sr Presidente, há uma outra pergunta em relação à qual gostaríamos de obter resposta do Sr. primeiro-ministro se esta será uma declaração que possibilita a venda da TAP de qualquer forma e de qualquer maneira

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — O Sr Deputado Basílio Horta sabe que existe a figura das perguntas directas dos Deputados ao Governo. A Mesa não deve substituir-se aos Srs Deputados nessa tarefa, pelo que agradecia que formulasse a sua pergunta por escrito

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Será formulada, Sr. Presidente

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, peço a palavra também para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente — Os Srs. Deputados sabem que se comprometeram, perante a Mesa, a não abusar da figura da interpelação, pelo que pergunto por que é que continuam a abusar dela? Os acordos a que chegamos em Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares não valem nada para os Srs Deputados?

Também posso fazer perguntas. Creio que não são só os Deputados que podem interpelar a Mesa, eu também posso interpelar os Srs Deputados!

De cada vez que há uma interpelação sobre um assunto segue-se *n* interpelações sobre o mesmo assunto sem que nenhuma delas seja uma verdadeira interpelação!

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, o meu pedido de palavra é exactamente para uma interpelação

Desejo informar V Ex.^a que está a decorrer, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, uma audição sobre a questão da TAP. Já hoje de manhã tiveram lugar audiências com a Comissão de Trabalhadores, vários Sindicatos e a Administração e hoje à noite será ouvido o Sr Ministro do Equipamento

A pergunta que foi feita será, pois, colocada na altura própria ao Governo

O Sr Presidente — Muito obrigado. Sr Deputado Fica registado o seu esclarecimento

Para o tratamento de assuntos de interesse político relevante, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Alberto

O Sr Carlos Alberto (PS) — Sr Presidente, nesta minha primeira intervenção nesta Câmara, gostaria, com a sua autorização, de saudar todos os Deputados

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Acabamos de iniciar um novo milénio e o movimento de pessoas em todo o mundo veio confirmar que o turismo se apresenta como um dos sectores mais dinâmicos da economia mundial, registando crescimentos superiores a outras actividades

Segundo a Organização Mundial de Turismo, em 2020 o movimento de turistas em todo o mundo atingirá os 1600 milhões, ou seja, o triplo dos actuais. Isto representa um crescimento anual de cerca de 4% e no que toca a receitas de 6%

O actual Governo, pela primeira vez, teve a coragem de definir o turismo como um sector estratégico e identificou-o no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico para os anos 2000/2006, sendo ainda reforçado no III Quadro Comunitário, o que justifica, por si só, mais investimento público

Como homem ligado ao turismo, gostaria de saudar a actual equipa do Ministério das Finanças e da Economia que definiu o turismo como uma das grandes prioridades e, desejando ganhar o País para este sector, traçou um caminho claro de aposta inequívoca na sua estratégia no cluster «turismo-lazer»

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Ao longo de décadas, e ainda hoje, o investimento público, no Algarve, não tem acompanhado o investimento privado, o que tem constituído uma das grandes fraquezas da actividade turística nesta região e tem dificultado o seu desenvolvimento para se conseguirem níveis de qualidade de outros mercados e para se preparar para os novos desafios

No contexto internacional, Portugal representa 2% do movimento de turistas no mundo, ocupando a 15^a posição no ranking mundial dos destinos turísticos

No nosso país, este sector contribui com cerca de 8% para o PIB e emprega directamente 6% da população activa, sendo através das receitas cambiais do turismo conhecida a sua importância na cobertura dos défices da balança comercial

O Algarve, que é reconhecidamente o principal destino turístico, representa 60% da oferta turística do País, acolhe metade das dormidas de estrangeiros e, mantendo-se no topo das preferências dos turistas portugueses, contribui com grande parte das receitas nacionais que, em 1998, foram cifradas em 870 milhões de contos pelo Banco de Portugal

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Nos tempos que correm as tendências da procura de mercados turísticos são, como já foi dito, para aumentar, o que se deve aos factores seguintes: aumento generalizado do poder de compra que, por sua vez, tende a aumentar o gosto por viajar, aumento dos níveis de instrução e cultura que, de igual modo, influenciam a predisposição para conhecer novos destinos e culturas, tendência para aumento dos tempos de lazer, nomeadamente, por via da antecipação da idade de reforma e da redução dos horários de trabalho, envelhecimento da população nos países desenvolvidos, favorecendo o desenvolvimento do turismo sénior, serem os turistas cada vez mais exigentes na procura de produtos

que garantem uma relação qualidade-preço, crescimento da procura da qualidade ambiental e da qualidade de informação, crescimento da procura dos destinos que oferecem mais motivações culturais, de natureza e de desporto

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados E com este cenário que o turismo tem constituído um dos sectores das actividades económicas que apresenta maior capacidade para criar novos postos de trabalho e mais riqueza para o nosso país

Segundo os organismos internacionais especializados nesta matéria, o turismo e afins poderão gerar, na próxima década, mais de cem milhões de novos postos de trabalho e serão responsáveis pela criação de 1 em cada 9 novos empregos da economia mundial

Foi neste contexto que, em 1997, no final da Cimeira Mundial de Viagens e Turismo, foi assinada a Declaração de Vilamoura, um texto que consubstancia o compromisso do sector em desenvolver um programa global de criação de empregos, fazendo várias recomendações aos decisórios políticos, tais como intensificar a cooperação entre os sectores público e privado, no sentido de fazer uma prioridade estratégica a componente das viagens e turismo,

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador — ... reduzir a rigidez do mercado de trabalho, encorajando a mobilidade, a produção e a inovação, aumentar o investimento na educação e formação para melhorar a qualidade de serviços, encorajando a cooperação entre os sectores público e privado.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados O Algarve, com as suas excelentes condições naturais de clima e paisagem, aliadas a estruturas de alojamento muito boas, é um dos destinos mais procurados no sul da Europa.

Para que o Algarve deixe de ser uma das regiões mais periféricas do nosso país, consiga dar um salto em frente, em termos de turismo, como polo central de desenvolvimento económico sustentado, e se prepare para os desafios deste novo milénio, é necessário e urgente obter-se a melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias, a finalização urgente da auto-estrada para o Algarve e a conclusão da VLA, até Lagos, .

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — um centro de congressos, a requalificação e valorização ambiental das zonas turísticas, a exemplo do que foi feito na orla marítima de Quarteira e que está projectado para Armação de Pera e Monte Gordo, a limpeza e melhoramento dos acessos às praias, a instalação urgente de sinalização turística em todo o Algarve, a recuperação do património histórico-cultural; fomento do artesanato regional e da sua gastronomia

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Nos próximos seis meses, Portugal vai presidir aos diversos Conselhos de Ministros da União Europeia, responsabilidade que, sem dúvida, constitui mais uma oportunidade privilegiada para afirmar a sua imagem no mundo

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador — Uma vez que no âmbito da presidência portuguesa se realizam mais de 16 conferências interministeriais e diversas cimeiras, esperamos que o Algarve não

venha a ser esquecido, visto estes eventos serem um meio importante de promoção e divulgação de uma região. Sendo a actividade turística um sector estratégico para a economia e sendo o Algarve a região turística portuguesa por excelência – tal como já foi mencionado pelas forças vivas do Algarve –, gostaríamos que alguns destes eventos se realizassem nesta região.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — Como homem ligado ao turismo há mais de 25 anos, gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção de todos os intervenientes para que o turismo seja reconhecido no seio da Comissão europeia, porque é lamentável que, no início deste milénio, se esqueça a maior actividade da economia mundial (como acontece no Tratado da União, nos artigos 130º e seguintes), se fale de tantas actividades e se esqueça o turismo.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário

O Sr José Cesário (PSD). — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados O Partido Socialista venceu as últimas eleições legislativas. Cabe agora à oposição, liderada pelo PSD, demonstrar que os argumentos e as propostas formuladas durante a campanha electoral eram mais correctos e mais realistas do que os usados pelos socialistas e que, pese embora o reconhecimento feito pelo eleitorado, é possível e desejável fazer mais e melhor!

Porém, Sr^{as} e Srs Deputados, não posso esquecer-me que sou Deputado eleito por Viseu e que aí, uma vez mais, o primeiro partido voltou a ser o PSD, aumentando mesmo a sua diferença relativamente aos seus mais directos correntes.

A este estado de coisas julgo não ter sido estranho o quase completo fracasso da governação socialista neste distrito. Durante quatro anos, anunciaram-se medidas e obras diversas, em visitas sucessivas de membros do Governo, incluindo o Sr Primeiro-Ministro. Os projectos, as intenções, os programas iam surgindo quase todos os dias até ao passado 10 de Outubro. Tudo se ia resolver! Mas, era sempre amanhã. Sempre no ano ou nos meses seguintes! Nunca naquele momento, era sempre depois!

Não deixa, alias, de ser caricato que, desde o dia 10 de Outubro, quase deixámos de ver em Viseu a permanente corte de Ministros e Secretários de Estado a que já começávamos a ficar habituados. Até 10 de Outubro, valeu tudo! De então para cá, parece que nada acontece. É igualmente curioso que, em conferência de imprensa recentemente realizada, os Deputados eleitos pelo PS para o distrito, ao definirem os seus horizontes para estes próximos quatro anos, não tenham feito mais do que recordar tudo aquilo que têm vindo a anunciar ao longo de todo o seu último mandato, sem que nada de visível tenha surgido. Não deixa também de ser interessante que, sendo Deputados do partido que suporta o actual «poder rosa», tenham recentemente enveredado pela via parlamentar do requerimento para suscitar as suas posições face às questões do desenvolvimento local, parecendo transparecer alguma dificuldade no relacionamento directo com os membros do seu Governo.

Penso mesmo, Srs Deputados que falta ambição a este PS, em Viseu! Nada de novo nos trazem! Com quatro anos de governo socialista, os senhores ainda estão a tentar concluir tudo o que de muito os governos social-democratas iniciaram. Eu bem sei que vos custa passar ao lado da «pesada» herança dos governos do PSD, sempre visível, sempre presente — o Hospital de Viseu, o Centro de Juventude, o Centro de Formação Profissional, inúmeros troços do IP3, do IP5, do IC12, a Escola Superior de Tecnologia, a Escola Superior de Educação, o magnífico pavilhão do INATEL, e tantas, tantas outras infra-estruturas — e sentirem, lá no vosso íntimo, que praticamente nada de significativo tendes para mostrar aos viseenses hoje.

Vejamos bem quais os vossos objectivos de hoje e se eles não são os de há quatro anos: a duplicação do IP5 continua a ser uma miragem, depois de toda a prioridade que o vosso Primeiro-Ministro lhe atribui desde 1996, o IP3 encontra-se praticamente como há quatro anos, decorrendo apenas obras numa ponte e num túnel, junto a Castro Daire, o Hospital de Lamego ainda está mais longinquinho do que em 1995, pois nessa altura, pelo menos, já tinha terreno disponível. O norte e o sul do distrito continuam tão distantes como há quatro anos, com o IC26 sem projecto definitivo, o já referido IP3 por concluir, a EN 229 atrasadíssima, a EN222 ainda por corrigir e, nalguns pontos, num estado vergonhoso, como junto a São João da Pesqueira. Inúmeros centros de saúde, por diversas vezes anunciados, continuam por ser iniciados. A unidade orgânica, vulgo «pólo», da Universidade de Aveiro, anunciada como rebuçado para adoçar a boca dos viseenses pela falha assumida pelo Governo pelas malfeitorias cometidas relativamente à localização das novas Faculdades de Medicina e à não criação de uma universidade pública, está em hibernação permanente, entregue a um grupo de trabalho há largos meses, parecendo que o Governo quer lavar as suas mãos das responsabilidades políticas que tem neste complexo dossier.

Sr^{as} e Srs Deputados, tudo isto é aquilo que todos perseguimos há exactamente quatro anos, e deixem-me desde já que vos diga que não me enganarei muito se, dentro de alguns dias, não voltarmos a ver os responsáveis do PS congratularem-se, pela quarta ou quinta vez consecutiva, por verem tais problemas resolvidos através do PIDDAC. Só que do PIDDAC socialista à realidade vai uma distância como da Terra a Marte. E nem o homem chegou a Marte, nem, julgo eu, os Srs Deputados do PS são marcianos!

Mas, deixem-me também que vos diga que falta hoje imaginação, muita imaginação, a este poder socialista em Viseu, precisamos de novos objectivos, de mais criatividade na acção política. Não seria altura de definir alguns novos horizontes para as nossas reivindicações? Por exemplo, não será este o momento, em vésperas do Euro 2004, em que também Viseu foi esquecida pelos socialistas, para se lançar a exigência da criação em Lamego de um grande centro desportivo de alta competição, aproveitando e melhorando definitivamente as instalações do respectivo complexo desportivo e lançando, igualmente em Viseu, novas infra-estruturas, como, por exemplo, uma pista de atletismo coberta e uma pista de motocross? E porque não eleger como objectivo a construção de uma nova via ferroviária — o transporte do futuro — que ligue Viseu à Linha do Norte, junto a Aveiro, e à Linha da Beira Alta? E não será igualmente altura para assumirmos a necessidade de

se alargar e racionalizar a rede de escolas profissionais, levando este tipo de ensino, por exemplo, ao Sátão, a Nelas, a Resende e a Carregal do Sal, entre outras localidades? E porque não, igualmente, exigirmos um programa de ordenamento e de recuperação urgente dos centros históricos das nossas cidades e vilas do interior, que permita que retiremos algum proveito das multidões que não deixarão de visitar o nosso País durante o «Porto, Capital Europeia da Cultura» e o Euro 2004? E, finalmente, porque não atirar para fora de Lisboa e do Porto as sedes das centenas e centenas de institutos, departamentos, fundações e direcções-gerais, que aumentam decisivamente o centralismo e a macrocefalia daqueles dois centros urbanos? Não querem os Srs Deputados lutar pelo Instituto Florestal, ou pelo IFADAP, ou o IAPMEI, por exemplo, para Viseu?

Pela nossa parte, Srs Deputados do PS, queremos tornar claro que, mais do que a simples dialéctica político-partidária, mais do que as nossas disputas e «tricas» pessoais, importa-nos conseguir o melhor que for possível para as nossas gentes, as nossas terras. Por isso, estamos absolutamente disponíveis para um esforço comum, connosco, Srs Deputados do PS, e com as restantes forças parlamentares, com destaque para o Deputado eleito pelo PP por Viseu. Espero mesmo que consigamos dar provas à opinião pública de que os políticos sabem entender-se em relação ao essencial e que, sem termos de lado as nossas posições de fundo, somos capazes de eleger objectivos comuns em prol do interesse colectivo da nossa terra. É este o nosso estilo de fazer oposição, opondo-nos áquilo, como o vosso Programa de Governo, por exemplo, de que discordamos profundamente e que pode encerrar orientações fortemente penalizadoras para o povo português, mas apoiando propostas e ideias sérias que possam atingir objectivos caros a todos nós.

Sr^{as} e Srs Deputados, contem connosco, contem com o PSD, para esta legislatura! Sabemos que vamos conseguir manter o nome de Viseu e os interesses dos viseenses na primeira linha das atenções deste Parlamento!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, começo por agradecer ao Sr Deputado José Cesário a referência que me fez e dizer que, como Deputado eleito por Viseu, me congratulo sempre por ver os problemas do meu distrito tratados nesta Assembleia. Pode o Sr Deputado contar com o Deputado do CDS-PP para os esforços conjuntos necessários no sentido de que o nosso distrito tenha uma vida cada vez melhor em todos os sentidos.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — No entanto, V Ex^a esqueceu-se — e, se me permite, gostaria de colmatar esse seu *deficit* — de fazer uma saudação especial ao Sr Bispo de Lamego, que foi hoje indicado.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O Sr Bispo de Lamego foi hoje indicado, e nós queríamos daqui saudá-lo. Depois de um interregno

tão grande em que Lamego ficou sem bispo, nós saudamos essa nomeação, não apenas por ela mas por aquilo que ela significa.

Colmatado este esquecimento, penso, por parte de V Ex^a, gostaria de lhe fazer apenas uma pergunta. V Ex^a concorda ou não com a criação do distrito de Lamego?

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado José Cesário.

O Sr José Cesário (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Basílio Horta, é sempre um prazer ouvir V Ex^a nesta Câmara. Não tenho qualquer dúvida de que o seu contributo vai ser um contributo sério em prol dos interesses e da resolução dos problemas do nosso distrito. Deixe-me dizer-lhe, porém, que o nosso esforço conjunto não é suficiente para resolvemos os problemas. Eles resolvem-se, fundamentalmente, com o esforço dos Srs Deputados do PS e de quem governa.

Em matéria de esquecimentos. V Ex^a colocou a questão da indicação do novo Bispo de Lamego. Deve que lhe diga o seguinte: há uma questão, a que ontem ouvi ser feita uma referência, porventura mais séria sob o ponto de vista político local, que eu gostaria de trazer aqui — aliás, fica já como repto para a intervenção que o Sr Deputado Miguel Gineiral vai fazer a seguir.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Está tudo combinado!

O Orador — E registo também o facto de não ter havido nenhum pedido de esclarecimento à minha intervenção por parte dos Deputados do PS!

Como estava a dizer, todos ouvimos ontem a notícia de que foi levado ao Conselho de Secretários de Estado a nota de criação de duas novas escolas superiores de saúde, em Aveiro e em Setúbal.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Em Aveiro, muito bem!

O Orador — Repare-se bem no estranho que isto é depois das promessas feitas em Viseu de que a escola superior de saúde seria criada no Instituto Superior Politécnico de Viseu, mais este atentado! É por actos desta natureza que se vê a prioridade que este Governo atribui a Viseu!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — É por isso que lhe digo, Sr Deputado, em jeito de resposta, que é sobretudo com o nosso alerta que espero consigamos ir resolvendo alguns problemas desta natureza.

O Sr José Junqueiro (PS) — E o distrito de Lamego?

O Orador — Quanto ao distrito de Lamego, os Srs Deputados do PS escusam de ficar entusiasmados! Sabem perfeitamente que não tenho qualquer dúvida em dar-vos uma resposta peremptória relativamente a esta questão sou contra a criação do distrito de Lamego!

Aplausos do PSD

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Miguel Ginestal

O Sr Miguel Ginestal (PS) — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras e Srs Deputados. Subo a esta tribuna para falar do distrito que me elegeu e que elegeu quatro Deputados do PS, tantos quantos aqueles que foram eleitos pelo partido que, consecutivamente, veio aqui dizer que teve uma vitória eleitoral nesse distrito. Não teve!

O Sr José Junqueiro (PS) — Bem lembrado!

O Orador — O resultado das últimas eleições consolidou uma realidade eleitoral que significa que, em matéria de eleições nacionais, o PSD e o PS têm exactamente a mesma expressão traduzida no mesmo número de Deputados nesta Assembleia da República. Ou seja, existem na Assembleia da República quatro Deputados do PSD, quatro do PS e um Deputado do CDS-PP.

Aplausos do PS

Srs Deputados, a nossa responsabilidade é permanentemente assumida, ao contrário de outros, particularmente do PSD, que vêm a esta Assembleia recordar — pasme-se! — um conjunto de promessas que não são mais do que, em muitos casos, heranças de 10 anos de esquecimento a que os governos do PSD votaram o distrito de Viseu!

Aplausos do PS

Srs Deputados, a diferença é uma diferença estratégica. O PSD deixou um distrito de Viseu que tinha, dentro de si, duas realidades completamente diferentes, tendo a parte norte sido esquecida pelos governos do PSD, sentindo-se marginalizada no desenvolvimento a que tem direito. O Governo do PS tudo fez para desenvolver este distrito em harmonia, e a nossa primeira preocupação foi construir infra-estruturas de saúde e viárias que dessem ao norte do distrito toda a dignidade

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem, Srs Deputados, lançou o IP3 a norte? Quem o construiu nos seus troços, que são reais e concretos? Foi o Governo do PS!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem «retirou da gaveta» o Hospital de Lamego? Foi o Governo do PS!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem construiu os Centros de Saúde de Penedono, de Tarouca e de Tabuaço? Foi o Governo do PS!

Aplausos do PS

Srs Deputados, não ver isto é não querer ver a realidade. O PSD penalizou o distrito de Viseu. O distrito de Viseu e os viseenses, em duas eleições legislativas, deram ao PSD maioria clara em matéria de eleições legislativas,

e, ao contrário desse depósito de confiança dos viseenses no PSD, os senhores negaram-lhes o desenvolvimento

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Nestes últimos quatro anos, ao contrário do que o PSD negou ao distrito de Viseu, foi possível fazer um investimento estratégico no domínio da energia. Foi o Governo do PS que trouxe para o distrito de Viseu o gás natural, que os senhores recusaram, não só para Viseu mas para todo o interior. E ele está lá, um investimento de mais de 40 milhões de contos!

Aplausos do PS

Gostaria de reafirmar aqui que a nossa perspectiva do distrito de Viseu é uma perspectiva diferente. Nós assumimos o distrito de Viseu como um todo, assumimos um discurso positivo, um discurso ambicioso, onde todos somos poucos para, em parceria, em corresponsabilidade política entre todas as forças, assumirmos desafios comuns e conjuntos, porque o que está em causa não são interesses pequenos, político-partidários, mas é o desenvolvimento do distrito de Viseu

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso, clamou aqui, desta tribuna, à unidade e ao consenso necessário a que compromissos — que não são compromissos de outros, são desafios e compromissos do Governo e do Partido Socialista, porque outros se esqueceram do distrito de Viseu — que estão em cima da mesa e que estão em andamento sejam concretizados. Chamo a este desafio o PSD, o CDS-PP, o PCP e todos os partidos, para criarmos em Viseu o ensino universitário público. Chamo a este desafio a necessidade de se criar em Lamego aquilo que é uma decisão deste Governo, que é a unidade orgânica do Instituto Politécnico

É preciso que todos, sem querermos com isso fazer pequenas políticas, movidas por interesses político-partidários (recusamos esse tipo de postura!), encarem o distrito de Viseu como um desafio colectivo, no sentido de que aquilo que se fizer é para bem das populações

O ensino universitário público vai, finalmente, aparecer em Viseu, pela mão do Governo do PS!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu, em Lamego, surge pela mão do PS!

A Loja do Cidadão, que, conforme tudo aponta, abrirá, no primeiro semestre, em Viseu, surge pela mão do PS!

A duplicação do IP5 surge pela mão do PS!

Quanto ao tribunal de Viseu, temos de dar os passos necessários para que ele se possa concretizar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Esse já não está na mão do PS!

O Orador — No fundo, Srs Deputados, ao contrário de outros que vêm a esta tribuna trazer aquilo que nunca foi feito, aquilo que não existe, um distrito pequeno, um distrito menor, nós, o Partido Socialista, trazemos aqui a palavra de um distrito ambicioso que sabe o que quer para

o seu desenvolvimento, que chama todos aqueles que, de boa fé e com força, querem contribuir para o seu desenvolvimento, para o desenvolvimento do distrito de Viseu

É isso que exigimos dos partidos da oposição que saibam estar à altura da grandeza da ambição, da clareza de projectos dos viseenses, de todo o distrito de Viseu — dos 24 concelhos —.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — um distrito ambicioso com um projecto que tem futuro e que sabe aquilo que quer, com muita ambição

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Cesário

O Sr José Cesário (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Miguel Ginestal, repare bem na diferença de estilo entre nós

Risos e aplausos do PS

Os Srs Deputados socialistas têm receio de interpelar o PSD, nós não temos qualquer receio de os interpelar, porque temos a nossa consciência perfeitamente tranquila

Aplausos do PSD

Esteja a vossa tão tranquila como a nossa!

O Sr Deputado Miguel Ginestal disse aqui uma coisa que é a perfeita realidade a diferença entre nós é estratégica. Pois é! É que os senhores não fizeram nada e nós fizemos coisas

Vozes do PSD — Muito bem!

Risos do PS

O Orador — A grande diferença estratégica é essa, Sr Deputado!

Não deixa de ser curioso que V. Ex.ª tenha, uma vez mais, vindo aqui invocar a pesada herança. A herança é pesadíssima para vós!

Vozes do PS — É, é!

O Orador — De facto, os senhores, quando entram em Viseu, quando entram no distrito e vêm aquilo que nós fizemos, sentem um peso tremendo sobre vós! Um peso tremendo!

O Sr Deputado veio aqui falar no Hospital de Lamego, com responsabilidade do PS. Onde é que o Sr Deputado vê o hospital de Lamego? Onde é que ele está?

Vozes do PSD — Está na gaveta!

O Orador — Só se for o antigo!

O IP3? O IP3 feito por vós? Foi iniciado no nosso tempo e os senhores são incapazes de o concluir!

Os Srs Deputados estão completamente nas nuvens ou, então, Sr Deputado, V. Ex.ª não conhece minimamente o

distrito! Há aqui qualquer coisa profundamente estranha, Sr Deputado!

Devo dizer-lhe, com franqueza, que também considero extraordinário que V. Ex.ª não refira onde é que está a universidade E a unidade orgânica de Lamego? Onde é que está? Os senhores prometeram-na, com tanta ênfase, há tão pouco tempo! Onde é que está o ensino da saúde? Diga lá onde é que ele está, Sr Deputado! Onde é que está a duplicação do IP3, a que V. Ex.ª se referiu pela «rama»? Está duplicado? Estão iniciadas as obras? O IP3 está concluído? O IC26 está feito? O tribunal de Viseu está feito? Tanta e tanta coisa, Sr Deputado!

VV. Ex.ªs nada têm para mostrar hoje ao distrito! Nada, nada, nada! Esta é a verdade nua e crua dos factos!

Devo dizer-lhe, Sr Deputado, que só lamento que V. Ex.ª não tenha referido com mais clareza aquelas que são as lições do último resultado eleitoral. É que, em Viseu, ao contrário de outros pontos do País, e muitos foram, infelizmente para nós, a diferença entre nós e vós aumentou, e aumentou claramente, nas últimas eleições legislativas. Isto é inquestionável, Srs Deputados!

Termino, colocando-lhe apenas a mesma questão que o Sr Deputado Basílio Horta me colocou há pouco diga lá também, já agora, qual é a vossa posição sobre a criação do distrito de Lamego

Aplausos do PSD

Vozes do PS — A pergunta é original!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Miguel Ginestal

O Sr Miguel Ginestal (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado José Cesário, começo por agradecer as perguntas que o Sr Deputado me fez e por lhe dizer que «o pior cego é aquele que não quer ver»

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E o Sr Deputado não quer ver a realidade! O Sr Deputado recusa-se a aceitar que, em Viseu, existe obra concretizada — pasme-se! — pela mão do Governo do Partido Socialista!

O Sr Carlos Marta (PSD) — Onde?

O Orador — É isso que lhe custa, Sr Deputado!

Aplausos do PS

O Sr Deputado recusa-se a ver 10 novos centros de saúde!

Vozes do PSD — Onde?

O Orador — O Sr Deputado recusa-se a ver, na terra do Sr Deputado Carlos Marta, a obra que está a ser feita na extensão de saúde de Campo de Besteiros! Vá lá, Sr Deputado! O Sr Deputado não quer ver!

O Sr Deputado não quer ver a obra que foi feita em Tondela, mérito de uma parceria excelente entre a autarquia local e o Governo, que é o aterro sanitário do planalto beirão! Uma grande obra!

O Sr Carlos Marta (PSD) — Só faltava essa!

O Orador — Uma grande obra que foi possível fazer mas que o senhor não quer ver! E não quer ver por uma razão muito simples não lhe convém! Pior do que isso não quer ver a obra concretizada pelo Governo do Partido Socialista!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Deputado, nunca, como com o Governo do Partido Socialista, o Instituto Politécnico de Viseu teve tanto desenvolvimento. E o senhor sabe disso! Quem vai a Viseu, e creio que o senhor vai lá todas as semanas, vê o crescimento do Instituto Politécnico de Viseu!

O Sr. Carlos Marta (PSD) — Tudo feito no tempo do Governo do PSD! Vocês fizeram zero!

O Orador — Já agora, Sr Deputado, nós não fazemos política pequena com assuntos importantes, porque isso apenas serve para dividir as pessoas. O nosso objectivo central, no que diz respeito a Viseu, é chamar todas as forças políticas para aqueles que são os combates essenciais ao distrito de Viseu.

E vai ser agora possível, ao contrário do que o Sr Deputado diz, criar, em Viseu, o ensino universitário público. É verdade! O estudo está em cima da Mesa, são 7 milhões de contos de investimento, é o ensino universitário público que os senhores recusaram a Viseu.

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Tal e qual!

O Orador — e que o Governo do Partido Socialista, em parceria com todos, vai trazer para a cidade e para a região! É isso que lhe dói, Sr Deputado! Mas isso, Sr Deputado, é um problema seu, não é um problema dos visienses, porque os visienses, pela mão do Governo do PS, vão ter aquilo que querem e aquilo a que têm direito!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Ainda para uma intervenção, no âmbito do tratamento de assuntos de interesse político relevante, tem a palavra o Sr Deputado António Nazaré Pereira

O Sr António Nazaré Pereira (PSD) — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Sendo a primeira vez que uso da palavra no Plenário desta Assembleia, permita-me, Sr Presidente, saudá-lo e saudar todas as Sr^{as} e todos os Srs Deputados, personalidades a quem está confiado o desempenho de uma das mais importantes tarefas da democracia a representação do povo português

As palavras que acabei de proferir não são de ocasião. O que me leva a interviver é querer expressar a estupefacção do Partido Social Democrata pelo atropelo que vem sendo feito, pelo Governo, a uma lei aprovada nesta Assembleia e, portanto, o atropelo que vem sendo feito, pelo Governo, da vontade do povo português

Refiro-me à Lei n° 125/97, aprovada por unanimidade, neste Hemiciclo, em 9 de Outubro de 1997 e publicada no Diário da República de 2 de Dezembro de 1997. Essa Lei entrou em vigor «na data de publicação da Lei do Orçamento do Estado para 1998»

A Lei n° 125/97, correspondendo a uma aspiração da região demarcada mais antiga do mundo, a região de produção do vinho do Porto, criou o Museu da Região do Douro, com «uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro, tendo a sua sede na cidade de Peso da Régua»

Na origem desta Lei estiveram dois projectos de lei, apresentados, respectivamente, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Uma lei da Assembleia da República, seja qual for o contexto político da sua aprovação, deve merecer do Governo toda a atenção e empenhamento. Além do mais, tratou-se, como se verifica, de iniciativa que mereceu voto unânime de todo o Hemiciclo mas a que o partido com responsabilidades governamentais não esteve alheio. A nossa indignação é, por isso, ainda mais veemente!

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados A dignificação do Parlamento faz-se no dia-a-dia, através de actos concretos, e não apenas através de declarações de oportunidade, plenas de calculismo

A dignificação do Parlamento faz-se quando o Governo, no exercício das suas funções executivas, concretiza as leis aprovadas pelos representantes do povo português, em vez de, por meios invios, as subverter

Em democracia, Sr Presidente, mais do que as palavras, valem os actos e, lamento dizê-lo, também neste caso, o Governo, através da acção de um seu ministro, reincide no desrespeito por esta Assembleia e no desrespeito pelo povo português

De facto, Sr Presidente, ao contrário do que, «insinuadamente», o Sr Ministro da Cultura afirmou neste Hemiciclo recentemente, o Parlamento português, quer na VII quer na VIII Legislaturas e, estou certo, em legislaturas anteriores e em legislaturas futuras, sempre se preocupou e preocupará com a cultura. O que se verifica é que o Sr Ministro e os serviços que dirige, através das suas acções, não se preocupam com o Parlamento, desrespeitando este pilar fundamental da democracia, ao não cumprirem as leis que aqui são aprovadas

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Mas permitam-me, Sr Presidente e Sr^{as} e Srs Deputados, apresentar sumariamente alguns factos

Tal como foi concebido na Lei, o Museu da Região do Douro deve assumir atribuições «nas áreas da museografia, da investigação e da acção cultural». A Lei n° 125/97 determina a incorporação no Museu da Região do Douro dos fundos arquivísticos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, prevendo também a incorporação no espólio do Museu de «materiais e colecções existentes noutras instituições, designadamente na Casa do Douro e no Instituto do Vinho do Porto»

A concretização da Lei n° 125/97 tem sofrido sistemáticos impasses e boicotes, a sua execução tem sido protelada, o seu espírito tem sido desvirtuado, o conteúdo do futuro Museu da Região do Douro tem sido esvaziado e as atribuições expressas na Lei para o futuro Museu têm sido escamoteadas

A constituição da Comissão Instaladora do Museu, que deveria ter ocorrido 60 dias após a publicação da Lei, ou seja, o mais tardar até meados de Março de 1998, só se verificou em Junho desse ano, após repetidos esforços das entidades locais e o empenho pessoal do Sr Presidente

da Comissão de Coordenação da Região Norte junto do Instituto Português de Museus

A Comissão Instaladora desempenhou os seus trabalhos com enorme devoção e empenhamento mas, diga-se, no mais completo ambiente de hostilidade Sr Presidente e Sr^{as} e Srs Deputados, eu disse hostilidade, não disse indiferença ou apatia

A Comissão Instaladora nunca foram concedidos meios materiais e humanos para desempenhar as suas funções Durante vários meses, a Comissão aguardou uma audiência solicitada ao Sr Ministro da Cultura, no sentido de receber orientações formais para o seu trabalho, orientações e audiência que nunca foram concedidas

O empenhamento dos membros da Comissão, apesar de tudo, permitiu que elaborassem as propostas previstas na Lei e realizassem, a expensas suas, as diversas reuniões de trabalho

O relatório da Comissão, contendo os elementos fundamentais para a implantação do Museu da Região do Douro, foi enviado ao Sr Ministro da Cultura em Julho de 1999 e, na mesma ocasião, foi também apresentado à Sr^a Directora do Instituto Português de Museus e ao Sr Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte

Nos termos da Lei, o Ministério da Cultura devia ter tomado «as medidas necessárias para a entrada em funcionamento dos órgãos do Museu no prazo de 60 dias após a apresentação das propostas pela Comissão Instaladora» Até agora, nenhuma destas medidas foi tomada

Em meados de Agosto de 1999, os membros da Comissão Instaladora receberam uma carta assinada pela Sr^a Directora do Instituto Português de Museus, agradecendo a colaboração, com um parecer anexo que revela, de facto, não o elogio com que inicia mas, pelo contrário, que o Ministério defende posições contrárias às da própria Comissão, como é seu direito, mas, pior, contrárias àquilo que está expresso na Lei Esse parecer ousa interpretar abusivamente a lei, deturpa-a e propõe a substituição, por via administrativa, do decidido nesta Assembleia

Já não me refiro, Sr Presidente, à desconsideração que o parecer do Ministério leva a cabo quanto aos membros da Comissão Instaladora

De facto, as desconsiderações que o Ministério da Cultura tem revelado com personalidades ilustres da sociedade portuguesa dos mais diversos domínios são tão numerosas e graves que, possivelmente, só os incautos ou os interessados em qualquer benesse ministerial, à custa do Orçamento do Estado, se dispõem hoje a colaborar com o Sr Ministro

Mas a criação do Museu da Região do Douro, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, é uma legítima aspiração da Região do Douro E sendo, por Lei, polinucleado e tendo que fomentar as acções criativas que permitem salvaguardar e promover a riqueza patrimonial do Douro, do vinho generoso e das gentes que o produzem, em respeito pelo espírito da Lei e em arrengão à prática do Ministério da Cultura, esse Museu, Sr Presidente e Srs Deputados, não pode ficar sem continuidade

O Museu da Região do Douro não pode estar sujeito a designios de pareceres administrativos

O Museu da Região do Douro não pode estar sujeito às subjectividades de um departamento do Estado que ousa interpretar as leis feitas nesta Assembleia

De facto, estas acções ou revelam ignorância ou revelam má fé, fundamentam-se em considerações erradas, fun-

damentam-se em propostas que não sabem interpretar O organismo governamental, através dessas fundamentações, evoca a Lei para a não cumprir

E não se pretenda, utilizando argumentos falaciosos relacionados com uma referência nessa Lei a competências para uma região administrativa, vir explicar a falta de vontade do Ministro da Cultura e do Governo para cumprir a lei Os factos desmentem tais argumentos, e revelam o despudor, a incompetência política de quem se atreve a evocar tal argumento

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — A Região do Douro sente-se ofendida, através das suas entidades autárquicas e organizações económicas e sociais

A Região do Douro não está disponível para calar a sua voz

A Região do Douro reclama o cumprimento da Lei, sem hesitações nem tibiezas

A Assembleia da República tem obrigação de não calar a sua voz de protesto perante este tipo de desrespeito

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Martinho

O Sr António Martinho (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado António Nazaré Pereira, ainda bem que começa a usar da palavra, em Plenário, em benefício do distrito por onde foi eleito Mas o Sr Deputado, enquanto cidadão, andou distraído e, por isso, uma das primeiras afirmações que fez hoje, aqui, foi a de que, em democracia, valem os actos

Vou lembrar-lhe dois actos, Sr Deputado

Um deles, é o apoio à Região Demarcada do Douro que o Governo do PS deu, para salvar a Casa do Douro, que o Governo do PSD empurrou para o abismo! Em democracia valem os actos, Sr Deputado! Aqui tem um bom exemplo!

Já agora, vou lembrar-lhe uma outra coisa, porque, na segunda-feira passada, os seus afazeres não lhe permitem estar numa iniciativa do Instituto da Navegabilidade do Douro

Sr Deputado, durante os Governos do PSD, a naveabilidade do Douro esteve parada, foi abandonada No Governo do PS criou-se o Instituto da Navegabilidade, que se sediou na Régua, e, finalmente, criaram-se condições para que o Douro passasse a ser uma via de navegação Tivemos a prova disto na passada segunda-feira!

Quanto à grande questão que o Sr Deputado trouxe aqui hoje, já outros Deputados foram porta-vozes da preocupação que constitui o facto de o Museu da Região do Douro, criado por esta Assembleia, ainda não estar a funcionar

No entanto, é bom que o Sr Deputado se aperceba de que nós fizemos uma lei inovadora mas difícil, em termos portugueses, porque não há caso em que um museu, por sinal criado pela Assembleia, tenha por função a guarda, preservação e fruição de um acervo cultural e, ao mesmo tempo, seja um arquivo documental Nós fizemo-lo, não há experiência em Portugal de uma iniciativa destas, de um museu com estas características, e o Sr Deputado, natu-

ralmente, reconhece que é difícil compatibilizar estas duas questões

Quanto às afirmações da Directora do Instituto Português de Museus, que, ditas publicamente, me fariam concordar com V Ex^a, a verdade é que aquilo que o Sr Deputado diz que ela terá afirmado consta de um parecer, por ela assinado na qualidade de Directora do Instituto Português de Museus. Ora, ela, como Directora, pode dar a sua opinião e o Sr Deputado, naturalmente, não quererá impor a «lei da rolha» a uma responsável por um instituto público. Mas, Sr Deputado, o Sr Ministro da Cultura não sancionou essas declarações e oportunamente produziu afirmações que ratificavam essas outras da Sr^a Directora do Instituto Português de Museus.

Sr Deputado, como, naturalmente, todos nos preocupamos, também eu já fui porta-voz junto do Sr Ministro, manifestando-lhe as preocupações da região relativas ao museu e sei que o Sr Ministro está a dar continuação ao relatório da comissão instaladora do Museu da Região do Douro, museu que partiu da iniciativa dos Grupos Parlamentares do PCP e do PS, tendo recebido o voto unânime desta Câmara.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Nazaré Pereira

O Sr António Nazaré Pereira (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado António Martinho, serei breve na resposta que lhe vou dar, que, evidentemente, não está relacionada com outros assuntos que não foram, neste momento, evocados e em relação aos quais apenas direi que há que lembrar a profunda e importante obra dos governos do PSD. No caso da navegabilidade, lembro que quem lançou todas as iniciativas foi o PSD, sendo certo que também reconheço, com muito gosto, que recentemente foram dados passos importantes para que o trabalho iniciado pelo PSD tenha continuidade.

Quanto à Casa do Douro, evidentemente não vou trazer para aqui a longa discussão que já teve lugar nesta Câmara sobre os factos com ela relacionados. De qualquer modo, o tempo está a confirmar que a iniciativa fundamental, que passou por se rever todo o funcionamento da região, nomeadamente com a introdução da comissão interprofissional, foi obra do PSD.

Quanto à questão fundamental, Sr Deputado, agradeço-lhe o facto de ter reconhecido que, de facto, o Governo foi ineficiente. Foi exactamente essa a afirmação que fiz, ou seja, disse que o Governo não foi capaz de levar por diante uma lei aprovada por esta Assembleia em 1998, lei que o Governo já devia, com competência e capacidade, ter concretizado.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs Deputados, informo a Câmara de que um copioso grupo de estudantes se encontra hoje a assistir aos nossos trabalhos. Estão connosco 100 alunos da Escola Secundária de Penacova, 70 alunos da Escola Secundária da Régua, 140 alunos da Escola Básica 2º e 3º Ciclos Jorge de Montemor, de Montemor-o-Velho, 52 alunos do Liceu Francês Charles Lepierre, de Lisboa, e 37 alunos da Escola Secundária Passos Manuel, de Lisboa.

Pela quantidade — quase 400 — e pela qualidade e simpatia, peço para eles uma saudação muito carinhosa.

Aplausos gerais, de pé

Srs Deputados, vamos passar à discussão e votação de cinco votos, dois de pesar, dois de protesto e o último de congratulação, pelo que podemos afirmar que a tristeza é maior do que a alegria!

Começaremos pelos votos n^{os} 42/VIII, apresentado pelo Bloco de Esquerda, e 44/VIII, apresentado pelo PS, ambos de pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva (PS), já que penso podermos efectuar uma discussão conjunta.

Peço ao Sr Secretário que proceda à respectiva leitura

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, o voto n^º 42/VIII, apresentado pelo Bloco de Esquerda, é do seguinte teor:

Considerando que Álvaro Rosa Cardoso foi detido pela PSP no dia 14 de Janeiro no seu bairro e levado para a esquadra de Pinheiro Manso, no Porto, de onde saiu em ambulância para o hospital, onde veio a falecer em consequência de lesões graves.

Considerando que no mesmo dia ocorreu também a morte de Paulo Silva, depois de ter sido alegadamente agredido durante uma rusga policial, tendo falecido no Hospital de São João.

Considerando que no dia 4 de Junho de 1994 um outro cidadão, Romão Monteiro, tinha sido assassinado na esquadra de Matosinhos com um tiro na cabeça, tendo então o comandante geral da PSP, Ramos de Campos, subscrito um comunicado afirmando que se tratara de suicídio.

Considerando que o tribunal que julgou este último caso criticou asperamente a mentira contida nesse comunicado, embora daí não tivesse decorrido qualquer consequência.

Considerando que existem profundas incoerências entre os dados disponíveis acerca dos dois casos recentes de mortes e a informação prestada pela PSP, em comunicado assinado mais uma vez pelo seu comandante, Ramos de Campos.

Considerando que a violência policial em esquadras tem vindo a ser denunciada pela Amnistia Internacional e tem sido objecto de múltiplas investigações, designadamente oficiais, que têm chamado a atenção para casos de instigação de violência racial que decorrem de tais violências.

A Assembleia da República manifesta o seu profundo pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva, manifesta a sua preocupação pela necessidade de evitar qualquer forma de violência racista e pronuncia-se pela investigação rigorosa de todas as responsabilidades nestes casos.

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, passo agora a ler o voto n^º 44/VIII, apresentado pelo PS, que é do seguinte teor:

Encontram-se em curso, com tramitação muito urgente, dois inquéritos — desencadeados, nos termos da lei, pelo Ministério Público e pela Inspecção-Geral da Administração Interna — tendentes a esclarecer inteiramente as causas e a forma exacta como ocorreram as mortes dos cida-

dãos Álvaro Rosa Cardoso e Paulo Silva, no passado dia 14 de Janeiro

Álvaro Rosa Cardoso foi detido no Bairro de Aldoar, no Porto, na sequência de intervenção da PSP, chamada na sequência de perturbação da ordem pública, e transportado para a esquadra de Pinheiro Manso, tendo mais tarde sido levado para o Hospital de Santo António, onde veio a falecer

Paulo Silva, transportado para o Hospital de S João, vindo do Bairro do Cerco, faleceu em consequência de lesões, cuja origem, hora exacta de ocorrência e autoria estão em averiguação

Acusações de violência policial entretanto formuladas estão a ser objecto de inquérito, nos termos da lei Representariam, a terem comprovação, excepção grave na curva descendente que, quanto a violações de direitos desse tipo, se tem vindo a registar em Portugal, como assinala o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradiantes

Com efeito, na sequência de medidas de reforço do controlo externo e interno da actuação policial por forma a assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos, registou-se uma redução do número de queixas. Num universo de 40 000 elementos das forças de segurança, as queixas por maus tratos físicos passaram de 34 em 10 meses de 1996 (ano de início de actividade da Inspeção-Geral da Administração Interna), para um total de 22 em 1997 e valor similar (23) em 1998. As investigações feitas conduziram à comprovação e a propostas de sanção numa percentagem de 20% a 30%. Regista-se também uma redução das queixas (2) apresentadas ao Provedor de Justiça e uma quase ausência de notícias na comunicação social sobre ocorrências actuais dessa natureza

Tal política de respeito pela Constituição e pela lei, que associa eficácia policial e defesa dos direitos fundamentais, não pode comportar exceções e deve prosseguir, importando reforçar o consenso que tem suscitado

Nestes termos, a Assembleia da República manifesta o seu pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e Paulo Silva, considera essencial para o reforço da confiança no Estado de direito democrático que tenham sido prontamente desencadeados inquéritos e pronuncia-se pela sua urgente conclusão, exprime o seu empenhamento na política de prevenção e sancionamento de quaisquer manifestações de abuso no relacionamento entre as forças de segurança e os cidadãos.

O Sr Presidente — Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Ha uma semana atrás, morreram dois homens no Porto — Álvaro Rosa Cardoso e Paulo Silva. As circunstâncias destas mortes não estão suficientemente esclarecidas e, em boa hora e rápida resposta, o Ministro da Administração Interna desencadeou um inquérito cujas conclusões são, naturalmente, muito importantes

Em relação a um destes casos, sabe-se, no entanto, que há uma acusação da família de que a morte teria resultado de agressão policial numa rusga, enquanto se sabe, com mais certeza, que Álvaro Rosa Cardoso foi de boa saúde para uma esquadra da polícia e dela saiu em ambulância para o hospital, onde veio a morrer. Dizem os relatórios preliminares da autópsia que ambos morreram por lesões graves no baço

O voto de pesar que vos é apresentado não tira conclusões, e não poderia fazê-lo, sobre a substância acerca da qual a justiça se pronunciará neste contexto. Diz, contudo, que há um historial grave, qualquer que fosse o número de casos que viesse ou que tivesse sido verificado, de violência policial no nosso país. Mas diz mais: diz que a polícia é, naturalmente, a primeira instituição que deve fazer cumprir a lei e que deve cumprí-la para a poder fazer cumprir

Além disso, temos uma situação particularmente grave, porque do mesmo bairro de onde vem Álvaro Rosa Cardoso ocorreram, no passado, outros factos tão graves como este, um dos quais foi a detenção e o assassinato, numa esquadra, de um cidadão português de etnia cigana, em 1994, com uma bala na cabeça, quando tinha as mãos algemadas atrás das costas. Pese a impossibilidade, nessa altura, o ainda e actual Comandante da PSP do Porto assinou um comunicado dizendo que se tratava de suicídio

Como sabem, o caso foi julgado em tribunal, houve condenação e houve também condenação da mentira, se bem que essa tivesse ficado inconsequente

Creio que é por isso que devemos votar uma manifestação política clara de preocupação com formas de violência, designadamente com formas de violência policial, devemos identificar a preocupação com formas de violência que tenham fundamentação racista e devemos, naturalmente, aplaudir o rigor e a urgência na investigação da responsabilidade em relação a estes casos

Queria, no entanto, dizer aos Deputados do Partido Socialista que apresentaram uma contraproposta que, na minha opinião, é injustificada por duas razões

Em primeiro lugar, o nosso voto não faz uma avaliação do desempenho do Governo a este respeito, coisa que é claramente extemporânea neste contexto. Elogiamos o inquérito e a sua rapidez, mas não nos pronunciamos sobre outras matérias que evocam outra discussão. Portanto, essa fundamentação parece-me excessiva em relação a esta discussão

Mas quero dizer, sobretudo, que a justificação da recusa desta proposta por ela identificar os sintomas de pressão racista ou por ela identificar esta continuidade institucional na pessoa do Comandante da PSP do Porto me parece injustificada

Ao Sr Deputado José Saraiva — que, suponho, argumentará que o nosso voto diz demais a este respeito —, queria manifestar a minha concordância com o que ele escreveu ontem, dizendo mais do que eu, para agora dizer que devemos dizer menos

Fazia o Sr Deputado José Saraiva — que, suponho, será quem argumentará neste contexto — a seguinte pergunta: «Qual é para o Sr Comandante Ramos de Campos o valor de uma vida? Que ligeireza ele próprio assume ao afirmar, para tranquilizar quem e o quê, quando diz que a morte de um homem se deveu a uma síncope cardíaca e pouco tempo depois se sabe, de ciência certa, que essa morte resultou de maus tratos infligidos pela PSP, mais concretamente por alguns homens da PSP? Pode a população do Porto andar tranquila e acreditar neste comando? A nossa resposta é que não!»

Mas mesmo que sobre isso não nos pronunciemos, temos de dizer claramente que não toleramos a mentira de 1994, não toleramos a mentira do comunicado da PSP da semana passada, e isso devemos dizer-lhe sem perdas!

Espero que o Sr Deputado José Saraiva e todos os outros Deputados do Partido Socialista me acompanhem

também, ao manifestá-lo claramente e ao dar este sinal à opinião pública portuguesa

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Saraiva

O Sr. José Saraiva (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados Pessoalmente, estou preocupado com a ligeireza com que o Comandante da PSP do Porto desde há anos tem vindo a pronunciar-se sobre estes lamentáveis, tristes, trágicos casos que ocorreram por acção, no caso de Matosinhos, já julgado e que o Sr Deputado Francisco Louçã citou, da agentes da PSP

Mas não me atrevo, nem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a retirar consequências de notícias de jornais. Esperamos tranquilamente que o inquérito rigoroso desencadeado imediatamente pelo Governo e pelo Ministro da Administração Interna nos dê, a todos, uma resposta tão oportuna que nos possa tranquilizar. Sem esse resultado do inquérito às duas mortes referidas, nenhum de nós pode fazer um juízo apressado sobre os factos que rodearam os dois acontecimentos.

Pesa-nos, certamente, com profunda tristeza, o facto de dois portugueses terem morrido nas circunstâncias em que morreram. Temos confiança na investigação que está a ser feita por um órgão do Governo do Partido Socialista, que tem dado resposta suficiente e bastante a muitas situações.

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Está enganado! Fomos nós!

O Orador — Sr Deputado Carlos Encarnação, não me interrompa, porque V Ex^a é a única pessoa que não pode falar desta matéria!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quando ocorreu o caso de Matosinhos, V Ex^a gritava nesta Casa que tinha sido o que não foi. V Ex^a tinha protestado contra aqueles que, como nós, denunciavam o comportamento da Polícia. E V Ex^a acabou por se auto-silenciar, certamente pesaroso do papel que desempenhou.

Vozes do PS — É verdade!

O Orador — Portanto, nesta matéria, o Sr Deputado Carlos Encarnação cala-se, porque não tem nada que vir aqui falar!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Os portugueses podem estar confiantes na acção da Polícia e do Governo, que tudo fará para punir — se for de punir — a polícia que actuou.

Quanto ao Comandante, quero dizer, em meu nome (que só a mim responsabiliza), que não tenho confiança no actual Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto.

Aplausos do PS

O Sr Carlos Encarnação (PSD). — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

Vozes do PS — Para se calar!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, como é natural, peço a palavra para defesa da honra da bancada e para defesa da minha honra pessoal, que, neste caso, se acumulam.

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, tenho a impressão de que o Sr Deputado José Saraiva foi motivado, naquele excesso de linguagem que teve e no excesso antidemocrático, até, que teve, ao mandar calar um Deputado desta Casa, coisa que eu nunca tinha ouvido, mas que ouvi pela primeira vez e logo da parte dele.

O Sr José Magalhães (PS) — É uma questão de honra!

O Orador — O Sr Deputado José Saraiva, de facto, excedeu-se naquilo que queria dizer. Já o conheço há muito tempo e aceito que ele não queria sequer dizer aquilo que disse.

Mas o Sr Deputado José Saraiva colocou-me numa posição em que tenho de intervir para o esclarecer em relação a duas coisas muito simples, num tom muito sereno.

A primeira é esta: quem criou a Inspecção-Geral da Administração Interna não foi o governo socialista mas, sim, o governo de que eu fazia parte. Quem instaurou um inquérito àquilo que aconteceu em 1994, na PSP no Porto, foi o governo a que eu pertencia, inquérito que, aliás, era obrigatório. Foi, portanto, na sequência de tudo isso que o caso foi levado a tribunal, que foi julgado e terminou como o Sr Deputado Francisco Louçã há pouco referiu.

V Ex^a já teve, portanto, ocasião de meditar, de arrefecer o seu entusiasmo e de tentar corrigir, porventura para si, a posição digna que assumiu no jornal ao condenar uma hipotética violência, mas ao mesmo tempo para dizer bom, não acreditam em tudo o que os jornais dizem, porque tem de haver outra dimensão do problema. Ou seja, o problema tem de ser colocado a nível da justiça. Não deixa de ser curioso ser V Ex^a um jornalista e dizer isto!

Mas, seja como for, o que interessa é que V Ex^a ouça bem aquilo que eu lhe disse. Como V Ex^a comprehende, não tenho qualquer motivo para me calar, antes pelo contrário, tenho motivo para lhe responder com toda a naturalidade, como acabei de o fazer, e sem quebra de qualquer noção da responsabilidade, que sempre assumo em todas as circunstâncias em que tenho defendido o interesse público.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado José Saraiva.

O Sr José Saraiva (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Carlos Encarnação, serei mais cordato, porventura, na forma como lhe responderei.

É verdade que foi durante o governo a que V Ex^a pertenceu que foi criada a Inspecção-Geral da Administração Interna, mas tratava-se de uma entidade virtual. Ou seja,

na prática, nunca existiu Só passou a existir com o governo do Partido Socialista

O Sr José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — Isto é um facto! O inspector-geral só foi nomeado com o governo do Partido Socialista

Quanto ao comportamento que V. Ex.^a teve no caso de Matosinhos, outros Deputados mais antigos do que eu poderão lembrar-lhe o que V. Ex.^a aqui proferiu, sublinhando aquilo que na altura achava que devia fazer, mas que depois se veio a revelar completamente ao contrário daquilo que defendia com toda a veemência que normalmente coloca nas suas intervenções V. Ex.^a era responsável por essa área e toda a gente se recorda daquilo que disse e que depois veio a contraditar

Deixe-me apenas lembrar-lhe, Sr. Deputado, que eu não sou jornalista, tal como V. Ex.^a não é advogado. Eu sou Deputado!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Partido Popular votará favoravelmente estes votos de pesar, pela mais elementar defesa da dignidade da pessoa humana. Para nós, este princípio é inalienável

Mas gostávamos de deixar também algumas questões que nos parecem da mais elementar justiça

Para nós, a dignidade da pessoa humana não se esconde em função da etnia, da raça ou da condição social ou económica. Trate-se de um acidente ou de um crime, trate-se de dolo ou de negligéncia, para nós, uma situação como a morte dos dois cidadãos, cujos votos hoje aqui debatemos, seria sempre motivo de pesar.

Mas, Sr Presidente e Srs Deputados, não aceitamos e temos de deixar aqui duas fundamentações no nosso voto

Em primeiro lugar, um polícia é um polícia. Um polícia não é a Polícia!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — E não pode ser um eventual excesso de um ou de dois polícias que pode servir para condenar toda uma instituição que nos merece o máximo respeito e a máxima consideração

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, queremos dizer o seguinte no conteúdo do voto formulado pelo Bloco de Esquerda faz-se referência ao triste caso — e não tenho qualquer problema em colocar o adjetivo «triste» — passado com um outro cidadão em 1994, então, na esquadra de Matosinhos. No entanto, a fundamentação que serviu para o caso de 1994 já não serviu para dizer que, no episódio da esquadra de Sacavém (também esse hediondo), a Inspecção-Geral actuou, os tribunais actuaram e houve punição e consequência

A atitude séria, a atitude correcta, é a de esperar pelo relatório da Inspecção-Geral da Administração Interna e

respeitar as decisões dos tribunais. Não compete a esta Assembleia comentar ou fazer análises às decisões dos tribunais

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Mas termino como comecei, volto ao início o nosso voto favorável a estes dois votos de pesar tem essencialmente a ver com a dignidade da pessoa humana, com o fundamento da dignidade da pessoa humana em toda a sua extensão e com os mais elementares fundamentos do Estado social de direito

Vozes do CDS-PP e de alguns Deputados do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados Quero dizer, em primeiro lugar, que do nosso ponto de vista tem plena justificação a apresentação do voto de pesar por parte do Bloco de Esquerda. Casos como estes não podem deixar de ser averiguados rigorosamente e de serem apuradas eventuais responsabilidades, até às últimas consequências

Estão em causa vidas humanas que se perderam e está em causa também o próprio modelo de actuação policial no qual situações de violência não podem ser toleradas. O uso ilegítimo da violência por parte das forças policiais é algo que deve ser erradicado

Venham à memória o caso de Matosinhos, como já foi referido. Na altura, nós próprios trouxemos de imediato essa questão à Assembleia da República e estamos bem lembrados de que a versão oficial do comando da PSP veio a ser clamorosamente contrariada pelo apuramento de responsabilidades que ocorreram a seguir.

Daí que, perante situações destas, seja necessário exigir que o apuramento de responsabilidades seja feito de forma pronta e rigorosa

Para o PCP, a questão da deontologia da actuação policial é uma questão fundamental e por várias vezes, em diversas iniciativas legislativas, em vários debates nesta Câmara, temo-la colocado como decisiva. Pensamos que, em Portugal, ainda falta a aprovação, por diploma legislativo, de um código deontológico da actuação da Polícia

Relativamente ao voto apresentado pelo Partido Socialista, direi o seguinte: se a parte dispositiva ou decisória do voto parece pacífica relativamente a tudo o que dissemos até agora, já é espantoso que, nos considerando, o Partido Socialista aproveite a ocasião para, no fundo, elogiar a sua actuação e para se congratular pelo facto de as queixas relativamente à violência policial não serem tantas como foram há uns anos atrás.

Devemos dizer que a situação que existe agora não nos deixa, de facto, satisfeitos e pensamos que a discussão de um voto com este conteúdo não é momento para manifestações de congratulação para com a política governamental nesta matéria

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Srs Deputados. Permitam-me duas ou três considerações prévias à análise que gostaria de fazer dos votos que estão neste momento em apreço e que têm a ver com o conjunto dos votos que esta Câmara vai apreciar.

A minha intervenção é, se bem fiz as contas, a quarta de 24 intervenções que, nesta altura, vão ser feitas sobre os votos. Há aqui qualquer coisa de excessivo. Estamos a multiplicar os votos, Sr. Presidente e Srs Deputados, estamos a banalizar esta figura e não creio que assim se esteja a prestigiar a Assembleia da República.

Esta era a primeira consideração que queria fazer à atenção de todos nós, da minha própria bancada, mas também do grupo de trabalho que, sob a liderança do Sr. Deputado Mota Amaral, se vai debruçar e pronunciar sobre estes temas.

Mas, de facto, tenho de reconhecer que, concretamente o voto de pesar proposto pelo Bloco de Esquerda, nas suas conclusões, é pertinente e oportuno. É certo que o meu grupo parlamentar desencadeou, a propósito destes incidentes gravíssimos, uma iniciativa diferente, na linha do que referi, isto é, solicitámos ao Sr. Deputado Jorge Lácão, ilustríssimo Presidente da 1ª Comissão, uma audição parlamentar, com a presença do Ministro, para que os Deputados possam ser cabalmente esclarecidos sobre esta situação e sobre situações conexas.

De qualquer maneira, Sr. Deputado Francisco Louçã, as conclusões merecem a nossa total aprovação. Poderíamos discordar dos considerandos, mas não vos quero maçar sobre isso. Maço, apesar de tudo, sobre a forma como o Partido Socialista reage ao vosso voto. Porque, sinceramente, a vossa reacção, Srs Deputados do Partido Socialista, parece-me similar àquela que um ex-Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve quando um dia se deparou com uma manifestação à porta do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas contra a política do seu Ministério. O que fez o Ministro? Juntou-se aos manifestantes, protestando contra a política do Ministério.

Sinceramente, o voto do Partido Socialista sobre esta matéria, não na parte conclusiva, porque esta, evidentemente, merece a nossa concordância, é um lamentável manifesto de propaganda política.

Seja como for, Sr. Presidente, o que votamos são as conclusões e, por isso, o nosso grupo parlamentar vai exprimir o seu pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva, vai considerar fundamental que o Estado de direito democrático se reforce, que tenha sido prontamente feito o inquérito e que rapidamente também tenhamos conclusões e, finalmente, vai protestar e defender a prevenção e o sancionamento de qualquer abuso por parte das forças de segurança perante os cidadãos.

Aplausos do PSD

O Sr José Magalhães (PS) — É isso exactamente que nós votaremos!

O Sr Presidente — Sr. Deputado António Capucho, não posso estar mais de acordo com as considerações que fez sobre o abuso do recurso à figura do voto, seja de pesar, seja de congratulação, seja do que for, mas quero dizer-lhe que essa é apenas uma manifestação de um abuso entre vários. Também se abusa da figura da interpelação, da figura da defesa da honra, da figura do debate de urgência, etc.

A Mesa não pode, nem quer, nem deve, limitar o exercício dos direitos dos Srs Deputados consagrados no Regimento, a única coisa que pode é desejar que os Srs Deputados venham a alterar o Regimento no sentido de alguma economia dessas figuras.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é para deixar claro que não concordamos com essa interpretação sobre o abuso da figura regimental dos votos de pesar, saudação ou outros, enquanto não forem dadas a esta Assembleia condições de debate político, em tempo útil, sobre factos políticos relevantes para a sociedade portuguesa.

Se tivermos de recorrer aos votos previstos no Regimento, continuaremos a recorrer, apesar das bancadas do bloco central não gostarem de discutir certos temas.

O Sr Presidente — Sr. Deputado, não será esta a nossa única divergência. Respeitamo-nos, com certeza, sempre que divergirmos, mas quero dizer-lhe que a sua intervenção não modificou em nada a minha posição sobre o abuso das figuras regimentais. Acho também, se quer que lhe diga, que não me parece que tenha havido, sobretudo nos últimos tempos, mais limitações do que sempre houve relativamente ao debate político. Tem havido debate político no Parlamento e parece-me que não é aí que está o défice do nosso Parlamento neste momento.

Para uma intervenção, tem a palavra a Srª Deputada Isabel Castro.

A Srª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados. Gostaria de regressar ao tema, ou seja, à pertinência, no entendimento de Os Verdes, que o voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre estas mortes ocorridas em condições pouco claras justifica.

E justifica, porque temos circunstância que são, seguramente, preocupantes para todos nós e porque há actos de violência que, porventura, estão na razão de factos que, de uma forma pouco cautelosa, o comando da Policia, de forma antecipativa, procurou interpretar e porque estes factos têm um fio condutor em relação ao passado, ou seja, ocorrem com cidadãos ciganos. Para nós, Os Verdes, esta é, seguramente, uma razão que justifica razões acrescidas para a atenção que este caso deve merecer.

A Inspecção-Geral da Administração Interna fez não aquilo que nós saudamos com grande entusiasmo mas aquilo que é a sua obrigação, ou seja, cumpriu a lei e iniciou, desde já, uma investigação. Desejamos que essa investigação conduza a conclusões e pensamos ter direito de acesso à informação a que essas conclusões venham a chegar.

Por outro lado, julgo que estes factos vêm, uma vez mais, evidenciar que continuamos a ter um problema de racismo institucionalizado, que continuamos a necessitar de códigos de conduta e, seguramente, que a prevenção passa por modificações, passa por discutir estas questões, passa por não as silenciar.

Nessa medida, parece-nos que o voto do Partido Socialista, numa perspectiva de economia e de racionalidade, que não me parece que deva ser ignorado, sem uma pers-

pectiva de censura, era dispensável, porque o essencial das preocupações estão contidas na iniciativa do Bloco de Esquerda

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos votar o voto n.º 42/VIII — De pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva (BE)

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados, vamos agora votar o voto n.º 44/VIII — De pesar pela morte de Álvaro Rosa Cardoso e de Paulo Silva (PS)

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa vai proceder à leitura do voto n.º 43/VIII — De protesto pela situação dos professores desempregados (BE)

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor

Considerando que milhares de docentes que exerceram funções em estabelecimentos de educação e ensino públicos durante anos consecutivos ficaram, mais uma vez, neste ano lectivo, numa situação de desemprego, situação esta agravada pelo facto de o Governo ter decidido, este ano, o encerramento de cursos nocturnos em várias escolas, o aumento de alunos por turma e ter recusado a aplicação do Decreto-Lei n.º 319/91.

Considerando que os docentes contratados encontram-se numa situação insustentável,

Considerando que, apesar de celebrarem contratos com o Ministério da Educação há vários anos, o Estado continua a não assumir qualquer compromisso contratual com estes docentes, ao contrário do que acontece nas entidades privadas, onde os trabalhadores, quando contratados durante três anos consecutivos, têm direito a ser integrados nos quadros da empresa.

Considerando que estes docentes, uma vez desempregados, não têm tido direito a subsídio de desemprego, nem a assistência médica, apesar de pagarem os seus impostos e prestações sociais, quando contratados.

Considerando que o projecto de diploma legal que visa aplicar o subsídio de desemprego aos docentes, recentemente apresentado pelo Governo, é altamente discriminatório, por colocar os professores a pagar uma prestação agravada para a segurança social, como condição para terem acesso ao subsídio de desemprego.

Considerando que este problema da instabilidade de emprego na profissão docente é algo que urge solucionar, porque coloca em causa a qualidade do ensino em Portugal,

A Assembleia da República solidariza-se com os professores contratados e desempregados e com as suas reivindicações, nomeadamente a vinculação dinâmica de todos os docentes com dois ou mais anos de serviço e a atribuição do subsídio de desemprego, sem sobrecarga contributiva, e demais prestações sociais, nomeadamente o acesso à ADSE e a protecção à maternidade e paternidade

O Sr Presidente — Antes de dar a palavra ao Sr Deputado Luís Fazenda, peço aos Srs Deputados o favor

de condensarem, o mais possível, as vossas intervenções, porque, entre outras consequências, a abundância de votos poderia levar a que não houvesse tempo para se fazer o debate de urgência

Como sabem, o período de antes da ordem do dia tem um limite regimental de duas horas e estamos a aproximar-nos deste limite, no fim dos votos teremos esgotado esse tempo, e uma das consequências regimentais do abuso dos votos seria não podermos fazer o debate de urgência

Penso que não é isso que está no espírito dos Srs Deputados, e também não está no meu, mas, de qualquer modo, fica assim demonstrado, Sr Deputado Paulo Portas, com toda a amizade, que, de facto, o excesso dos votos pode ser pernicioso para a normalidade do andamento dos trabalhos. Não me leve a mal lembrar-lhe isto!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Mude-se o Regimento!

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr ^{as} e Srs Deputados De forma muito breve, vou falar de um assunto banal, tão banal como o anterior de que falámos, que se referia à morte de cidadãos por eventual violência policial e com laivos de discriminação étnica — e peço que me inocentem, desde já, a ironia —, que é a situação de milhares de professores contratados, que se encontram no desemprego e que não têm direito a uma vinculação dinâmica à sua carreira de docentes

Muito se tem falado da reforma da educação têm-se feito presidências abertas, diz-se que não se faz a reforma da educação sem os professores, muito se tem dito e redito sobre aquilo que é a necessidade de apostar nos recursos humanos, numa educação como matriz e como chave do progresso nacional. Pergunta-se — é a pergunta elementar, meu Caro Governo como conseguir a estabilidade das escolas e o desenvolvimento da educação, se não houver uma situação não discriminatória em relação aos professores contratados?

Veja-se que eles não auferem o subsídio de desemprego, como os empregados do sector privado, apesar de fazerem todos os descontos e de participarem em todas as prestações sociais — prepara-se agora um, mas aumenta-se-lhe a sobrecarga contributiva em relação àquilo que se passa no sector privado — e têm vindo a ser diferidas no tempo as formas e os meios de uma vinculação dinâmica à sua carreira

Aquilo que o Bloco de Esquerda aqui pretende é chamar a atenção do Parlamento, solidarizarmo-nos com estes professores, dizendo que eles são cidadãos iguais aos outros, que, em situação involuntária de desemprego, têm direito a um subsídio de desemprego como os outros e que a sua situação, o problema de fundo, deve ser urgentemente resolvido, ou seja, como pretendem, após dois ou mais anos de serviço, obterem uma vinculação ao quadro, para que haja o desenvolvimento de uma carreira profissional, para que haja melhor educação em Portugal

O Bloco de Esquerda retira deste voto o penúltimo considerando, que tem um juízo de valor acerca de um diploma governamental, na consciência de que o que é importante é a parte resolutiva, em que solicitamos que a Assembleia da República se solidarize com os professores

contratados e desempregados, com a vinculação dinâmica, com a atribuição do subsídio de desemprego, sem sobre-carga contributiva, e demais prestações sociais, nomeadamente o acesso à ADSE e a protecção à maternidade e à paternidade.

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados O CDS-Partido Popular não só vai votar favoravelmente este voto como também se congratula com ele. Ainda bem que o voto, no fim, se pronuncia sobre os docentes contratados e os desempregados, uma vez que não devemos apenas pronunciar-nos sobre os desempregados, porque os que hoje não o estão, amanhã, poderão vir a estar.

Realmente, temos de ter em conta que estes profissionais são aqueles que possibilitam que muitas escolas funcionem e o Estado não olha para eles com a dignidade da sua função. Por isso, esperamos que este voto seja um alerta para o Governo e para o Sr. Ministro da Educação, para dar, pelo menos, aos docentes contratados, repito, pelo menos, as mesmas garantias que dão aos trabalhadores em geral.

A actual situação é insustentável e os protestos dos docentes só pecam por serem modestos e não pela sua oportunidade, que é mais do que evidente.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Teresa Coimbra

A Sr.^a Maria Teresa Coimbra (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados. No passado mês de Novembro, o Governo apresentou um primeiro projecto de lei, porque reconhece, como todos nós, aliás, que a situação em que se encontram os professores contratados não se pode prolongar. Há, no entanto, questões pertinentes, relativamente ao pagamento de contribuições, que ainda não foram solucionadas, porque os professores que estão contratados ocasionalmente não descontam para a segurança social, mas apenas para a Caixa Geral de Aposentações, o que não cobre o subsídio de desemprego.

Reconhece-se a situação actual como injusta, há muita diferença entre estes professores e os do quadro, porque enquanto os professores do quadro têm sempre direito à remuneração, mesmo não prestando serviço lectivo, os professores contratados vão imediatamente para o desemprego.

O projecto de lei que está agora a ser aperfeiçoado pretende estender o subsídio de desemprego ao pessoal docente contratado, que terá de contribuir para o regime geral da segurança social sobre as remunerações recebidas. A decisão política já está tomada e já se passou à fase de apuramento técnico, estamos apenas a reparar uma injustiça.

Esta questão, é preciso dizê-lo, nunca fora abordada, até agora, antes do XIII Governo Constitucional.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — por nenhum dos governos anteriores, foi o Partido Socialista que assumiu a protecção des-

tes professores que, repito, não têm, como é de toda a justiça, protecção social.

Já houve diálogo entre o Governo e alguns sindicatos, no sentido de uma conciliação que originasse um acordo estabilizador.

A pergunta que faço é a seguinte: será melhor a busca de um processo mais rápido, aplicando a lei geral, ou ouvir primeiro todas as partes interessadas, num diálogo construtivo, de modo a fazer-se um projecto de lei que a todos sirva?

O projecto em que o Governo tem trabalhado tem como objectivo fazer com que o subsídio seja uma medida permanente para vigorar enquanto existir o risco. Não se trata de conceder regalias, mas apenas de estabelecer maior justiça e igualdade que serão, com certeza, os objectivos de todos os que se preocupam com os problemas sociais resultantes desta situação.

O projecto de lei do Partido Socialista está na fase de finalização, que é ouvir os sindicatos e estabelecer, num esforço de convergência deseável e absolutamente necessário, o montante da contribuição devida pelos professores em causa, sendo também claro que a entidade patronal terá de ter a sua contribuição. Terá também de se definir um prazo de garantia alargado, fora da lei geral, que não considere o subsídio como um remédio, mas, antes, que lhe dê um aspecto positivo, numa tentativa de estabilizar os professores.

Assim, dado o adiantado das negociações em curso, com contribuições pertinentes dos parceiros, aquando da votação do voto proposto pelo Bloco de Esquerda, abstendo-nos, porque, embora concordemos com o seu espírito, confiamos totalmente na capacidade do Governo em encontrar as melhores soluções para resolver este importante problema.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados Quero dizer, desde já, que iremos votar favoravelmente este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, mas também quero dar alguns esclarecimentos, e deixá-los bem claros, à Sr.^a Deputada do Partido Socialista que acabou de usar da palavra, porque, provavelmente, pelo facto de estar pela primeira vez na Assembleia da República, não lhe foi possível verificar o trabalho realizado pelo Partido Socialista na anterior legislatura relativamente a esta matéria e, naturalmente, confrontar as vontades expressas com a actuação política praticada e com as promessas do Partido Socialista.

Sr Presidente, Srs Deputados, gostaríamos de dizer que estamos perante uma situação inqualificável. Temos mais de 20 000 professores contratados anualmente pelo Governo para resolver questões fundamentais do sistema educativo, porque são necessários ao sistema, e temos por parte do Governo uma resposta inqualificável face ao trabalho destes professores, destes docentes e destes educadores, que é a de não os considerar, efectivamente, como docentes e utilizá-los durante 1 mês, 2 meses, um período lectivo, um ano lectivo para depois os colocar ao abandono e ao desemprego durante o ano seguinte, o período das férias ou o tempo que entender.

Aquilo que se poderia exigir ao Governo do Partido Socialista, depois das promessas realizadas em 1995, em que afirmou publicamente, quer através do seu Programa quer através da sua campanha eleitoral, que iria resolver esta questão, é que, durante os 4 anos da legislatura, o tivesse feito. Não só não o fez, como, durante 4 anos, abusivamente, nesta Câmara e através do Ministro da Educação, afirmou variadíssimas vezes que esta questão seria resolvida no prazo da legislatura anterior. Não o foi, efectivamente.

Foram assumidos compromissos, no início desta legislatura, para que a resolução fosse definitivamente tomada e a resolução que este Governo tomou é francamente inqualificável, porque não só não resolve o problema dos contratados e dos desempregados como teve o arrojo, Sr^a Deputada, repito, o arrojo, de despedir cerca de 13% dos professores contratados.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Isso é verdade!

A Oradora — nos anos transactos e, mais, prevê que até ao ano 2003 vai despedir cerca de 25% destes mesmos professores.

Como é que o Governo fez isto? De uma forma muito simples acabou com os chamados cursos nocturnos, não dando a muitos e muitos jovens expulsos do sistema regular de ensino, confrontados com problemas de variadíssima natureza, fundamentalmente de natureza económica, a hipótese de poderem fazer o seu curso regular à noite, em cursos nocturnos. Como é que o fez tão bem? Aumentando o número de alunos por turma. Perante o insucesso do nosso sistema educativo, reconhecido, inclusivamente, por todas as autoridades europeias nesta matéria, o Governo do Partido Socialista resolveu aumentar o número de alunos por turma, aumentando também o insucesso dos nossos jovens em todos os graus de ensino.

E este Governo ainda fez mais apresentou, como facto consumado, às organizações representativas dos professores um projecto de lei que é uma perfeita vergonha.

O Sr Presidente — Sr^a Deputada, agradeço que termine, porque esgotou o seu tempo.

A Oradora — Vou terminar Sr Presidente.

É uma resposta tardia, é uma resposta insuficiente, porque dos cerca de 20 000 professores abrange exclusivamente 1 milhar. É um projecto de lei limitado, porque ignora, Srs Deputados, todos os professores do ensino superior e conta exclusivamente com educadores e professores dos ensinos básico e secundário e é difuso, porque pouco sério e porque ignora tudo aquilo que são as questões de fundo, protelando para regulamentações posteriores esta questão.

Portanto, Sr^a Deputada, não estamos perante um problema resolvido, estamos perante um problema escondido, tornado clandestino, para que não seja do conhecimento público e que é a vergonha do sistema educativo português.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado David Justino.

O Sr David Justino (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados Estamos perante um voto que coloca directamente dois problemas

O primeiro problema, de muito curto prazo, é que esta situação afecta milhares de professores contratados aos quais não são reconhecidos direitos fundamentais enquanto trabalhadores. Nesta perspectiva, a posição do Partido Social Democrata não poderá ser outra senão a de se solidarizar e de reconhecer uma falha da parte do Estado e do Governo português relativamente a estes mesmos trabalhadores.

O segundo problema tem a ver, eventualmente, com causas bem mais profundas, que importa destacar sendo um problema de hoje, que afecta milhares de professores contratados, ele tenderá a agravar-se nos próximos anos e é perante esta perspectiva que uma reflexão sobre as medidas adequadas terá de passar não só pela ponderação de aspectos que já foram aqui focados, nomeadamente a atribuição de subsídio de desemprego, o desagravamento relativamente aos descontos, etc., etc., mas também pela ponderação da própria política de ensino que este Governo tem vindo a desenvolver.

É conhecido que, nos últimos anos, o Ministério da Educação tem vindo a autorizar, ou pelos menos a ratificar complacientemente, cursos de formação de professores que muitas vezes não têm o mínimo de condições científicas e pedagógicas, e a repetir, no sector público, aquilo que criticava no ensino superior privado, ou seja, a profusão de cursos de lápis e de papel. Por outro lado, ao nível da própria gestão do ensino básico e secundário, reduz cursos, reduz disciplinas e, acima de tudo, aumenta a dimensão média das turmas. É óbvio que uma política com estas variáveis terá, necessariamente, de provocar um agravamento da situação que é descrita neste voto.

O Governo anuncia também medidas de combate ao insucesso e ao abandono escolar, mas não reforça, através de recursos humanos, essas mesmas medidas. O estudo acompanhado não passa de um anúncio que não tem concretização prática e bem precisávamos de alguns milhares desses professores, ou dos chamados mediadores, para poder desenvolver este programa, mas estes são também relegados para o vazio da sua existência, quando alguns poderiam contribuir para o combate ao abandono escolar.

Nesta perspectiva, o PSD irá votar favoravelmente este voto, ainda que deseje manifestar

O Sr Presidente — Sr Deputado, terminou o seu tempo. Agradeço que termine.

O Orador — Estou a terminar, Sr Presidente.

Como eu estava a dizer, nesta perspectiva, o PSD irá votar favoravelmente este voto, ainda que deseje manifestar algumas reservas quanto ao conceito de vinculação dinâmica. Porém, face à violação de direitos básicos dos trabalhadores, prescindimos destas reservas para votar favoravelmente este voto.

O Sr Presidente — Sr^a Deputada Isabel Castro, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados Este voto remete-nos para um problema velho, de há anos, que é o dos trabalhadores que estão no ensino. Estes são, porventura, a mão-de-obra mais qualificada, mas, apesar disso, funcionam como trabalhadores

sazonais, como nómadas compulsivos, que nunca sabem onde vão ser colocados, que não têm certezas sobre o seu futuro, que não têm direito a planear a sua vida, que vivem à mercê daquilo que o mercado do ensino determina em relação ao seu futuro, numa lógica estritamente económica

Parece-nos que este voto nos remete precisamente para este drama humano que não é, seguramente, passível de ser divorciado da degradação crescente da função docente no nosso país. Se houvesse dúvidas na avaliação e na apreciação que se poderiam fazer da importância, ou da falta de importância, que o Governo do Partido Socialista atribuiu ao ensino, nós pensamos que a situação em que vivem os professores é precária, sendo que a ausência de direitos é particularmente marcante e dura para as mulheres que são professoras e que podem, eventualmente, ficar no desemprego e sem quaisquer direitos se, por exemplo, a maternidade as atinge num dos períodos em que ainda não foram colocadas. É essa falta de valorização social e essa ausência de direitos que, do nosso ponto de vista, explicam este voto de protesto e o problema para o qual ele nos remete.

Parece-nos de elementar bom senso a aprovação deste voto, mas, mais do que isso, parece-nos que não haverá ensino com o mínimo de qualidade se se persistir em vedar o acesso a esses trabalhadores. É óbvio que não haverá ensino de qualidade se se persistir em encher as turmas e em não dar quaisquer condições para que os professores possam trabalhar com os seus alunos.

Portanto, é tudo isto que, de algum modo, está subjacente neste voto, tratando-se de uma discussão que muitas vezes aqui fizemos mas que, para nós, não é por demais lembrar.

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos, então, proceder à votação do voto nº 43/VIII — De protesto pela situação dos professores desempregados (BE)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE e a abstenção do PS

Srs Deputados, vamos, agora, passar à apreciação do voto nº 45/VIII — De congratulação pela vitória do candidato Ricardo Lagos nas eleições presidenciais no Chile (PS), que o Sr Secretário vai ler

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, o voto é do seguinte teor

Tendo em conta a difícil transição operada no Chile desde 1988, só possível pela razoabilidade heróica dos democratas perseguidos pela ditadura opressora do General Pinochet,

Tendo em conta que, para assegurar as melhores condições históricas para essa transição democrática, os próprios militantes do Partido Socialista aceitaram compromissos corajosos com as forças conservadoras da sociedade chilena que permitiram a descompressão política naquele país.

Tendo em conta que o Presidente do PS chileno, Ricardo Lagos, ele próprio, teve um papel decisivo na derrota do General Pinochet no referendo de 1988, tendo-se aliado para o efeito às forças dos democratas-cristãos.

Tendo em conta que as eleições agora realizadas foram num clima em que, de novo, o «fantasma» de Pinochet pairou sobre a democracia chilena,

A Assembleia da República congratula-se com a vitória do homem de Estado, do democrata e do progressista que Ricardo Lagos indiscutivelmente é, encarando essa vitória como um passo decisivo para o aperfeiçoamento da democracia, da liberdade e da justiça na República do Chile.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados: A vitória do candidato socialista Ricardo Lagos nas eleições presidenciais do Chile é a vitória final da transição democrática naquela República sul-americana e a vitória da esquerda perseguida, oprimida e sofrida mas que nunca se rendeu, desde 1973.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Muito bem!

O Orador — É a vitória da esquerda da dedicação, do esforço e do sacrifício, e é também a vitória da inteligência táctica da esquerda no Chile

De certa forma, esta vitória é uma reparação moral que a nação chilena presta ao partido de Salvador Allende, 30 anos depois, noutro contexto, com outros protagonistas e novos objectivos. Não se trata de repetir mas, sim, de relembrar os heróis do socialismo democrático. Salvador Allende será sempre um nome comovedor, Sr Presidente!

Aplausos do PS.

Os democratas, no Chile, tiveram a coragem de estabelecer um compromisso político doloroso, em 1988, para promover uma transição para a democracia pactuada — e era bom que a direita portuguesa ouvisse isto. Prestaram, assim, um grande serviço ao seu país, à democratização da América latina e à liberdade no mundo

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Os democratas também são os democratas-cristãos! Ou são só os socialistas?

O Orador: — Eram os únicos que estavam distraídos, Sr. Deputado Paulo Portas!

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é uma injustiça para a democracia cristã!

O Orador — Já então Ricardo Lagos desempenhou um extraordinário papel de mediador entre os imperativos do realismo político e os militantes do Partido Socialista chileno, que ainda tinham diante dos olhos a impiedosa repressão e as marcas da tortura dos esbirros da ditadura de Pinochet

Conheci Ricardo Lagos, nessas circunstâncias, quando me desloquei ao Chile integrado numa delegação oficial do Parlamento Europeu. O antigo colaborador de Salvador Allende estava sereno, lúcido e determinado. Sabia que a primeira hora da transição democrática teria, certamente,

como presidente um democrata-cristão, mas não desesperava por isso. Doze anos depois, é ele próprio eleito presidente numas eleições decisivas para aferir da bondade da sua estratégia para o Chile e para o futuro da esquerda democrática.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ricardo Lagos foi candidato da concertação, não foi candidato do PS!

O Orador — Ricardo Lagos não inventou nenhuma via, a sua via foi a do sacrifício, a da prudência política como valor moral, a da resistência à opressão e a da firmeza na demarcação do território da esquerda democrática e progressista. Entender os tempos novos também é apanágio dos espíritos experientes. Ricardo Lagos é dos socialistas que entende os novos tempos sem repudiar os tempos passados.

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo de que dispunha

O Orador. — Terminei já. Sr Presidente
A sua vitória é a nossa vitória. Daqui desejamos as maiores felicidades para o povo chileno e para o mandato de Ricardo Lagos, um Presidente que gostaríamos de ver visitar Portugal

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Santana Lopes

O Sr Pedro Santana Lopes (PSD) — Sr Presidente, solidarizando-me com o que disse o Sr Deputado Medeiros Ferreira sobre a importância da consolidação e do reforço da democracia no Chile, gostaria de saber neste meu regresso ao Parlamento, até para ter a noção de como deve ser a prática do voto, se é costume a Mesa e V Ex^a receberem votos de congratulação de outros Parlamentos quando ocorrem vitórias em eleições legislativas ou presidenciais em Portugal de candidatos de uma ou de outra força política.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem! Com certeza!

O Orador — Como não gosto que o meu país se memorize face a outros, independentemente das vicissitudes dos regimes democráticos, com a eleição de um ou de outro candidato, gostava de saber se podemos votar, porque julgo que o Chile já tinha voltado à democracia — tendo ganho a esquerda ou a direita ganharia sempre a democracia —, e se é legítimo ao Parlamento português aprovar o voto de congratulação pela vitória de um ou de outro candidato, ou seja, gostava de saber se não se trata de uma interferência nos assuntos internos de outro país, pois, caso contrário, não posso associar-me a este voto. É só isto que quero saber, Sr Presidente.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado, a Mesa e o seu Presidente, desde que os votos sejam apresentados em forma

regimentalmente correcta e desde que a matéria de que tratam ou aquilo a que se propõem não seja inconstitucional, não faz qualquer juízo de censura.

Aplausos do PS

Tem de submeter os votos apresentados à discussão e à votação, mas a Assembleia vota como quiser, inclusivamente abstendo-se. O Sr Deputado até pode sair da Sala, se assim o entender, mas a Mesa nada mais pode fazer do que isso.

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-lhes que não «epidemizem» as interpelações sobre este assunto!

Faça favor, Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, gostaria de saber se V Ex^a considera que este voto de congratulação pela vitória do Presidente eleito do Chile, pela vitória de um homem que esteve na base da transição pactuada para a democracia no Chile, da ditadura do General Pinochet para o regime democrático actualmente existente.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isto é uma interpelação, Sr Presidente?

O Orador — menoriza a República Portuguesa ou se, pelo contrário, lhe dá um lugar decisivo na promoção dos direitos do homem no mundo e dos regimes democráticos que queremos preservar

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isto não é uma interpelação!

O Sr Presidente — Sr Deputado, o Presidente da Mesa, embora não esteja regimentalmente impedido de o fazer, considera que não deve emitir opinião sobre os votos apresentados e votados, é esse o meu comportamento, não me leve a mal. Creio que não lhe é difícil presumir qual seria a minha resposta, de qualquer modo, não quero nem devo — e nunca o farei — emitir opiniões pessoais sobre qualquer espécie de matéria que esteja a ser discutida.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Teresa Patrício Gouveia

A Sr^a Teresa Patrício Gouveia (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados: Consideramos que este voto apresentado pelo PS é, com certeza, bem intencionado,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Bem intencionado? Muito mal intencionado!

A Oradora — mas a sua formulação, sobretudo, parece-nos muito desadequada e infeliz

Compreendemos perfeitamente a satisfação do Partido Socialista pela vitória do Presidente do Partido Socialista chileno naquele país, mas propor que o Parlamento português se pronuncie sobre decisões tomadas pelo

povo chileno no decurso de um processo democrático como aquele que teve lugar parece-me totalmente indefensável, constituindo, aliás, um precedente insustentável

Pergunto se, caso o resultado das eleições fosse a vitória de outro candidato democrático, o Partido Socialista também teria proposto um voto de louvor

Aplausos do PSD e do CDS-PP

Sr Presidente e Srs Deputados, para nós, o processo eleitoral é democrático ou não é. Se é democrático, qualquer decisão do povo chileno merece a nossa congratulação

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Evidentemente, saudamos de forma inquestionável o processo democrático que está em curso no Chile desde 1988, como é referido no voto em apreciação, e também desejamos que, quer neste quer noutras países, ditaduras como a de Pinochet não mais tenham lugar — isso é absolutamente indubitável —, mas esse processo, em nosso entender, é devido a todos os democratas chilenos que nele participaram

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — e não apenas aos que pertencem ao Partido Socialista chileno

Aplausos do PSD e do CDS-PP

Sr Presidente, consideramos que, em democracia, os partidos isoladamente servem para muito pouco, sejam eles quais forem. Os partidos únicos não servem, sobretudo, para conduzir processos democráticos. Além disso, os partidos que pensam deter toda a verdade, normalmente, não conduzem a situações muito felizes

O Sr Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, tem de ser para uma interpelação à Mesa, a fim de esclarecer a Assembleia, através do Sr Presidente, sobre uma questão que foi aqui suscitada

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, quero dizer que o Partido Socialista apoiou, desde o princípio, a transição democrática pactuada no Chile e que apoiou nomeadamente o Presidente democrata-cristão, Patrício Aylwin — tive a ocasião de, na altura, acompanhar o Dr Mário Soares numa visita que fez ao Chile, numa situação de extrema tensão —, apoiou depois o presidente Eduardo Frei e, com o mesmo espírito, apoia a eleição do Presidente Ricardo Lagos

Portanto, aqui não está em causa o apoio a este ou aquele candidato, mas, sim, a vitória, a consolidação e o reforço da democracia, contra a ditadura sangrenta do general Pinochet. Foi isto o que inspirou este voto de

congratulação e foi isto que sempre inspirou a posição do Partido Socialista

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não é nada disso!

O Sr Presidente — O Sr Deputado António Capucho pede a palavra para que efecto?

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, é também para interpelar a Mesa, embora saiba exactamente que não vou fazer uma interpelação. Mas o problema não é meu, é da presidência, que autoriza interpelações abusivas

O Sr Presidente — Sr Deputado, não me estimule a retirar-lhe a palavra. Não faça isso! Se diz que é abusiva está a convidar-me a retirar-lhe a palavra e eu não quero fazê-lo! Os Srs Deputados é que têm de cumprir as promessas que assumem perante o Presidente e, neste caso, assumiram que não abusariam da invocação da figura da interpelação. Chegámos a essa conclusão, fizemos essa promessa solene e continua tudo na mesma!

Faça favor de usar da palavra, Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD) — O Sr Presidente sabe muito bem, porque me conhece suficientemente, que eu cumprirei essa promessa se V. Ex.^a for rigoroso para com todas as bancadas

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Mas desde o princípio!

O Orador — Desde o princípio, exactamente

O Sr Presidente — Sr Deputado, deixe-me esclarecer que, quando o primeiro Deputado pede o uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, eu não sei se vai fazer uma verdadeira interpelação. Só a meio da intervenção posso sabê-lo. O que eu queria era que, quando eu dissesse que não era uma interpelação, não houvesse uma «epidemia» de não interpelações. Mas, enfim, vamos ver se conversamos novamente sobre isso e se definimos regras um pouco mais estritas

Queira continuar, Sr Deputado

O Orador — Muito brevemente, Sr Presidente — e muito obrigado antes de mais nada —, quero dizer a V. Ex.^a que se trata de uma verdadeira interpelação à Mesa, já que é para solicitar a V. Ex.^a que entregue o voto que estamos a discutir ao Sr Deputado Manuel Alegre para que ele possa constatar que tal voto nada mais é do que um manifesto de propaganda partidária

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador — e não tem nada a ver com os propósitos que ele aqui relevou. Com esses, estamos de acordo

Vozes do PSD e do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem o voto e é à direcção dessa bancada — não a mim — que compete distribuí-lo pelos seus Deputados

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente e Srs Deputados, a intervenção do Sr Deputado Manuel Alegre foi sensata, só que não incidiu sobre o voto que está em cima das nossas mesas

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — A intervenção do Deputado Medeiros Ferreira, com toda a estima, foi absolutamente insensata, como insensato é o voto que apresentou

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Claro!

O Orador: — E a insensatez tem origem em vários erros, que eu não esperava de V Ex^a

Em primeiro lugar, se a Assembleia da República começar a congratular-se pela eleição de uns contra outros, daí decorrerá que tem uma interpretação sobre a inteligência eleitoral dos cidadãos de países estrangeiros.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Claro! Muito bem!

O Orador — Aliás, devo dizer-lhe, é engraçado que ao Partido Socialista tenha ocorrido apresentar um voto de congratulação pela eleição do candidato chileno Ricardo Lagos, mas que não lhe tenha ocorrido apresentar igual voto pela eleição de Kumba Yalá, que fala português

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Fernando Seara

O Sr. José Magalhães (PS) — Apresente-o o CDS-PP!

O Orador — O princípio de se meterem nas eleições dos outros é vosso!

Depois, imaginem VV Ex^{as} o que aconteceria se o candidato Joaquim Lavín — e não Ricardo Lagos — tivesse ganho a eleição VV Ex^{as} produziam um voto de pesar?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Mas, mais o vosso voto é tão infeliz do ponto de vista de análise que contém até erros técnicos V Ex^a diz que Ricardo Lagos é do Partido Socialista chileno e não é, Sr Dr Medeiros Ferreira! A verdade é que pertence a um Partido que se chama PPD — Partido Popular Democrático, uma cisão do Partido Socialista chileno.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador: — É verdade, Dr. Medeiros Ferreira!

Portanto, a Assembleia vai aprovar um voto que contém um erro técnico, a menos que o corrija! O Secretário-Geral do Partido Socialista é outro

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — É outro, sim, é Carlos Altamurano

O Orador — Mas, pior o candidato Ricardo Lagos não foi candidato do Partido Socialista nem tão-pouco do tal Partido Popular Democrático, foi candidato da Concertação Nacional, uma aliança entre sociais-democratas e democra-

tas-cristãos A vitória de Ricardo Lagos foi uma vitória de socialistas, sociais-democratas, democratas-cristãos e liberais e é injusto, e profundamente sectário, apresentar um voto de congratulação, que pode fazer todo o sentido na Comissão Permanente do Partido Socialista, mas não faz sentido algum numa instituição como a Assembleia da República

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD

Mais, Dr Medeiros Ferreira o erro não é só técnico, é também de leitura histórica, já que a democracia chilena não começou no domingo, a democracia chilena começou, felizmente, com a libertação da cidadania do Chile, em referendo convocado há muitos anos, a seguir foi eleito um presidente democrata cristão, Patricio Aylwin, e depois outro presidente democrata-cristão, Eduardo Frei. Apresentaram, aqui, votos de congratulação nessa altura? Ou a vossa congratulação não é com a democracia, mas, sim, com a vitória de um socialista?

Se assim é, façam-no na vossa casa e não na Casa que é de todos.

Aplausos do CDS-PP

Mais ainda:

O Sr Presidente — Sr. Deputado, tem de terminar

O Orador — Termine já, Sr Presidente

era bom que ficasse claro que nós não aceitamos este voto porque somos pela democracia, no Chile ou em qualquer parte. Só não queremos que a Assembleia da República se ponha a julgar quem é o bom candidato num país estrangeiro, porque não queremos que, um dia, algum país estrangeiro venha julgar quem é aqui o bom candidato

Aplausos do CDS-PP e do PSD

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Medeiros Ferreira (PS). — Sr Presidente, posso dar um esclarecimento à Mesa?

O Sr Presidente — Um esclarecimento é possível, desde que feito com o consentimento da Mesa
Faça favor, Sr Deputado

O Sr. Medeiros Ferreira (PS). — Sr Presidente, gostaria de dizer ao Sr Deputado Paulo Portas que tenho a certeza que ele comprehende que este voto de congratulação foi apresentado depois das eleições no Chile. Portanto, o voto que apresentámos não se destina minimamente a influenciar qualquer campanha eleitoral no Chile

Protestos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Sr Deputado, esse esclarecimento é óbvio!

O Orador — . e em nenhuma linha desse voto se diz que Ricardo Lagos é Secretário-Geral do Partido Socialista

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Diz que é presidente, o que é pior!

O Sr Presidente — Agora sim, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados, eu não vou discutir se o advogado Ricardo Lagos é secretário-geral ou presidente do Partido Socialista chileno, porque creio que estão aqui em causa dois problemas fundamentais

Em primeiro lugar, existe um problema de critério, já que foi discutido se havia ou não justificação para um voto desta natureza

Devo dizer-vos que, creio eu, a catástrofe chilena, em 1973, foi um facto marcante para a política portuguesa. Assim, naturalmente tem todo o sentido que homens e mulheres, de distintas opiniões políticas, reflectam acerca do Chile, sobre o impacto desta memória tão presente na nossa vida

Mas, desse ponto de vista, o Bloco de Esquerda acolheria com muito mais interesse, agrado, congratulação e apoio até entusiástico, uma moção que saudasse a abertura do processo contra Pinochet e o avanço que esse processo representou na preocupação com os direitos humanos e no «questionamento» do estatuto inatingível dos ditadores do estirpe do general Augusto Pinochet

No entanto, este voto está muito longe de satisfazer os requisitos básicos que foram apresentados pelos seus proponentes e por algumas das intervenções e das interpelações que o defenderam

Na realidade, Sr Deputado Medeiros Ferreira, devo dizer-lhe que somos muito sensíveis à importância de assinalar todos os passos que, perante uma democracia ameaçada e ainda sob tutela relativa, regista um progresso na luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça, tanto no Chile como noutras localidades. E desse ponto de vista estas eleições presidenciais, na polarização que representaram e sob a pressão a que o quarto parágrafo dos vossos considerandos se refere, de novo com o fantasma de Pinochet a pairar sobre a democracia chilena, foram uma decisão política importante, que devemos assinalar e que tem sentido assinalar no contexto do significado preciso do tipo de votos que aqui tratamos

O que eu creio absolutamente excessivo, Sr Deputado, é que nos considerandos e na textura desta moção seja apresentada e pedida uma ratificação muito para além da constatação razoável dos factos no que se refere a estratégia política, passo a passo, do Partido Socialista e dessas forças

Por que é que nos pedem que consideremos, nos considerando, que foram «() compromissos corajosos com as forças conservadoras ()», que o próprio Ricardo Lagos «() teve um papel decisivo ()», que foi fundamental aliá-lo às forças democráticas-cristãs? Por que é que o detalhe da sua orientação política, que o Sr Deputado considerará com toda a legitimidade

O Sr Presidente — Faça favor de terminar, Sr Deputado, pois já esgotou o seu tempo

O Orador — Vou terminar em 20 segundos, Sr Presidente

Por que é que tudo isto tem de figurar neste voto?

Por isso, faço duas propostas concretas ao Partido Socialista: retire os parágrafos dois e três, onde nos pedem que consideremos, em considerando, toda a linha política do Partido Socialista, e substitua a parte resolutiva pela seguinte frase: «A Assembleia da República congratula-se com a vitória de Ricardo Lagos nas eleições presidenciais do Chile, encarando essa vitória como um passo» — e não «um passo decisivo», porque não há passos decisivos em democracia, nem qualquer passo final, como disse na sua intervenção — «na luta pela liberdade, democracia e justiça na República do Chile»

Devo dizer-lhe, só para terminar, que ainda não entreguei esta proposta ao Sr Presidente da Assembleia da República, que é quem tem autoridade para permitir ou não a circulação de propostas destas, porque, sendo uma proposta de substituição, terei a delicadeza, que, noutras circunstâncias, o Deputado José Barros Moura não teve para com o nosso Grupo Parlamentar, de só propor uma proposta de substituição se ela for aprovada pelos proponentes do voto de congratulação. Caso contrário, naturalmente, votaremos contra o voto de congratulação

O Sr Presidente — Sendo assim, pergunto aos proponentes do voto n.º 45/VIII se aceitam a proposta de alteração apresentada pelo Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, se bem comprehendi, a proposta é no sentido de retirar, no último parágrafo, a palavra «decisivo»

O Sr Presidente — Não. Sr Deputado A proposta é no sentido de eliminar o segundo e terceiro parágrafos.

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Não! Isso não! Só aceitamos que se elimine a palavra «decisivo», Sr Presidente

O Sr Presidente — Portanto, os proponentes só aceitam a eliminação da palavra «decisivo» no último parágrafo do voto.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, se estamos em maré de propostas, nós também temos uma para apresentar, para salvaguardar a posição da Assembleia

O Sr Presidente — Faça favor de apresentar, Sr Deputado

O Orador — Sr Presidente, o CDS-PP propõe que o Partido Socialista substitua todos os considerandos por um só, de reconhecimento e louvor ao processo democrático no Chile, e se limite a congratular-se com a eleição do novo Chefe de Estado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Só isso, mais nada!

O Sr Presidente — Srs Deputados do Partido Socialista, algum dos proponentes do voto n.º 45/VIII quer fa-

zer o favor de pronunciar-se sobre esta proposta, agora apresentada pelo Sr Deputado Paulo Portas?

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, só aceitamos a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, no sentido de retirar — porque consideramos correcta a característica de «decisivo» — a palavra «decisivo». Não aceitamos mais nenhuma outra emenda ao nosso texto

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos votar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Qual é a agora o problema, Sr Deputado Paulo Portas?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É para uma interpelação, que o Sr Presidente vai apreciar

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, quero sugerir ao Partido Socialista que, pelo menos, corrija os erros materiais do seu voto, visto não ter aceite qualquer outra alteração a não ser a de retirar, no último parágrafo, a palavra «decisivo». Então que, pelo menos, corrija os erros formais e materiais do seu voto, porque ele vai ser enviado à Embaixada do Chile e não fica nada bem o Parlamento nacional enganar-se em dados de facto

O Sr Presidente — Quais são os erros materiais, Sr Deputado?

O Orador — Sr Presidente, os erros materiais são pelo menos dois: o vencedor das eleições no Chile foi o candidato da Concertação Nacional, é assim que se chama a coligação vitoriosa, e é presidente ou secretário-geral — isso compete-vos apurar — do Partido Popular Democrático ou Partido Popular para a Democracia, e não do Partido Socialista chileno

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, em relação a estas questões agora levantadas, penso que toda a gente sabe que um presidente é sempre eleito por uma coligação! Por exemplo, o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, foi eleito com o voto de muitos portugueses,

Risos do PSD, do PCP e do CDS-PP

mas isto não significa que ele não seja militante do Partido Socialista

Protestos do PCP

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Em Portugal, não há maioria presidencial!

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio e aviso que não darei a palavra a mais ninguém para intervir sobre esta matéria

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado Medeiros Ferreira, faça favor de terminar

O Orador — Sr Presidente,

O Sr Presidente — Srs Deputados, eu já tinha anunciado que ia submeter o voto nº 45/VIII a votação, além de que já vamos com 2 horas e 30 minutos de período de antes da ordem do dia e ainda há um debate de urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, cuja duração é de 1 hora, antes de entrarmos no período da ordem do dia

O Orador — Está bem, Sr Presidente, mas

O Sr Presidente — Desculpem, Srs Deputados, já fui acusado de benevolência a mais e não estou disposto a isso

Aplausos do PSD e do CDS-PP

Tenham paciência, Srs Deputados, mas há limites! E, pela mesma razão, não darei também a palavra ao Sr Deputado Honório Novo

Srs Deputados, vamos passar à votação

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — O Sr Presidente não vai dar a palavra ao Sr Deputado Honório Novo apenas porque ele não quer usar dela agora, porque senão tinha de a dar, pois temos o direito de intervir neste debate

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Sr Presidente — Mas ele não estava inscrito. Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr João Amaral (PCP) — Estava inscrito, sim!

O Sr Presidente — Ah! Pensei até que já tivesse usado da palavra, peço imensa desculpa. Pensei que fosse para este debate de agora, o que estava a surgir. Mas, se quiser, pode usar da palavra, se bem que eu já tivesse anunciado a passagem à votação

Protestos do Deputado do PCP João Amaral

Desculpe, Sr Deputado, não se inscreveram até ao momento em que eu tinha anunciado que iríamos votar

Protestos do PCP

Não se tinham inscrito, peço desculpa. À Mesa não chegou qualquer inscrição

Protestos do Deputado do PCP João Amaral

Desculpe, Sr Deputado, mas na Mesa não há nada! E isto é confirmado pelos Srs Secretários da Mesa

E, depois de eu ter dito que iríamos passar à votação. ninguém mais pode usar da palavra, só com a minha tolerância, que, segundo parece, é excessiva, mas talvez um dia deixe de ser

Srs Deputados, vamos votar o voto n.º 45/VIII — De congratulação pela vitória do candidato Ricardo Lagos nas eleições presidenciais no Chile, com a alteração, entretanto, aceite pelos proponentes, que é a de eliminar, no último parágrafo, a palavra «decisivo», ficando «() encarando essa vitória como um passo para o aperfeiçoamento ()»

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Aprovado?

O Sr Presidente — Sr Deputado, o Partido Ecologista «Os Verdes» não está presente

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E os socialistas estão todos?

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos que tenham a serenidade suficiente para aceitar

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Mas não foi aprovado. Sr Presidente!

O Sr Presidente — Foi aprovado, sim, Sr Deputado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Mas foi aprovado por quê?

O Sr Presidente — Pela simples razão de que faltou o Partido Ecologista «Os Verdes»

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E os socialistas estão todos?

O Sr Presidente — Bom, se alguém requerer a contagem, isso é um outro problema, mas temos acordos no sentido de que é antes de se proceder à votação que se pede a contagem. Se os Sr Deputados querem a contagem, vamos decidir se se deve ou não

Vozes do CDS-PP — Não, Sr Presidente

O Sr Presidente — Não querem, muito bem. Então, o voto n.º 45/VIII foi aprovado, Srs Deputados

Aplausos do PS

Vamos passar à apreciação do voto n.º 46/VIII — De protesto pela falta de isenção da posição da União Europeia na questão angolana, apresentado CDS-PP

Tem a palavra o Sr Secretário para proceder à leitura do voto

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, o voto é do seguinte teor: «Considerando que a União Europeia, através da Presidência Portuguesa,

O Sr Presidente — Sr Secretário, peço desculpa por o interromper, mas chamam-me à atenção de que já são 18

horas, hora regimental das votações, pelo que devemos passar às votações agendadas para hoje antes da discussão deste voto

Já que, hoje, começamos a ter rigor, vamos continuar assim, o que, como devem calcular, só me dá alegria e me facilita a vida

Srs Deputados, vamos, então, votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 28/VIII — Criação da área metropolitana de Leiria (PSD)

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e do PCP, votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do BE

Vamos votar, também na generalidade, o projecto de lei n.º 18/VIII — Estatuto do mecenato para a vida (CDS-PP)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, de Os Verdes e do BE e com 14 abstenções do PS

Aplausos do CDS-PP

O projecto de lei n.º 18/VIII baixa à 5.ª Comissão. A Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça pediu a palavra para que efectue?

A Sr.ª Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr Presidente, apenas para informar a Mesa de que faremos chegar uma declaração de voto, por escrito

O Sr Presidente — Fica registado

A Sr.ª Maria Luísa Vasconcelos (PS) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — A Sr.ª Deputada Maria Luisa Vasconcelos quer fazer a mesma declaração?

A Sr.ª Maria Luísa Vasconcelos (PS) — Exactamente, Sr Presidente

O Sr Presidente — Com certeza, Sr.ª Deputada

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, é exactamente para uma declaração semelhante, acrescentando, no entanto, que a declaração de voto não é apenas minha mas também das Sr.ªs Deputadas Natalina Moura e Luisa Portugal

O Sr Presidente — Muito bem, Sr Deputado, fica registado

Srs Deputados, vamos proceder à votação global de várias propostas de resolução

Assim, vamos votar a proposta de resolução n.º 1/VIII — Aprova, para ratificação, o Código Ibero-Americano de Segurança Social e os seus Protocolos Primeiro e Segundo, assinado em Madrid, a 19 de Setembro de 1995

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Vamos passar à votação da proposta de resolução n.º 2/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, a 24 de Fevereiro de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Vamos proceder à votação da proposta de resolução n.º 3/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção do Uni-droit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Vamos votar a proposta de resolução n.º 4/VIII — Aprova, para adesão, o Tratado de Criação e Estatutos do Conselho Ibero-Americano do Desporto, assinado em Montevideu, a 4 de Agosto de 1994

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Vamos passar à votação da proposta de resolução n.º 5/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Paris a 30 de Julho de 1999.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, votos contra do BE e abstenções do PCP e de Os Verdes

Vamos proceder à votação da proposta de resolução n.º 6/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e respectivo protocolo

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Srs. Deputados, terminadas as votações regimentais, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Ética

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência

O Sr. Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos passar à votação

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Lamego, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer

no sentido de não autorizar o Sr. Deputado Joaquim Sarmento (PS) a ser constituído como arguido no âmbito do processo de inquérito n.º 67/97, que corre seus termos na 2.ª Secção do Tribunal Judicial de Lamego

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, se não houver objecções vamos proceder à sua votação

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs. Deputados, vamos, agora, reiniciar a discussão do voto n.º 46/VIII — De protesto pela falta de isenção da posição da União Europeia na questão angolana, que foi apresentado pelo CDS-PP, que o Sr. Secretário vai ler

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, o voto é do seguinte teor: «Considerando que a União Europeia, através da Presidência Portuguesa, voltou a pronunciar-se sobre a questão angolana,

Considerando que a posição da União Europeia é nitidamente parcial, reiterando uma leitura da guerra civil angolana que não reparte responsabilidades entre as forças em conflito;

Considerando que a posição da União Europeia consagra uma falsa inocência face à quota parte de responsabilidades do Governo de Luanda na continuação do conflito;

Considerando que essa declaração ignora as análises do conflito feitas por autoridades ou por instituições independentes, nomeadamente o caminho da paz proposto pelos bispos angolanos,

Considerando os sinais evidentes de que, em ambas as partes, há um móbil económico para a promoção da guerra, e que esses sinais não são levados em conta na doutrina expressa pela União Europeia,

Considerando, ainda, que o caminho da paz não se alcança, nem se ajuda, com a expressão de posições favoráveis a uma das partes do conflito.

Considerando que a influência de Portugal devia exercer-se no sentido de uma condenação da guerra em si mesma e por uma objectiva responsabilização de todos os intervenientes, de modo a fazer valer uma pressão internacional que conduza ao diálogo,

Considerando, enfim, que mais de vinte anos de guerra provam que a chamada «solução militar» não é solução, é o problema de Angola.

A Assembleia da República, nos termos do Regimento em vigor, expressa o seu protesto pela falta de isenção da posição da União Europeia na questão angolana

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs Deputados Muito recentemente, a União Europeia, designadamente, através da presidência portuguesa e, mais particularmente, pela pessoa do Sr. Ministro Jaime Gama, veio referir-se à situação angolana e ao conflito angolano

Até aí nada de novo e seria até desejável que um conflito tão dramático, como o angolano fosse trazido para os fóruns internacionais. O que é lamentável é que a presidência portuguesa e o Sr. Ministro Jaime Gama o tenham feito de forma parcial e, mais uma vez, atribuindo todas as responsabilidades a um dos intervenientes neste mesmo conflito

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — As declarações do Ministro Jaime Gama chocam, de resto, e chocam flagrantemente com análises feitas por instituições internacionais, incluindo por universidades que têm acentuado que o problema angolano e as culpas no conflito angolano correspondem a ambas as partes. Este é o problema.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O problema é que ambas as partes têm responsabilidades neste conflito angolano.

Sr Presidente, peço que, se possível, sejam reunidas na Sala as condições para poder continuar a minha intervenção.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, hoje parece ser um dia particularmente difícil para isso. Mas peço aos Srs Deputados o favor de se sentarem e de fazermos silêncio de forma a que se reunam as condições mínimas para que a intervenção do Sr Deputado Telmo Correia possa ser ouvida.

Faça favor de prosseguir, Sr Deputado.

O Orador — Muito obrigado, Sr Presidente.

Sr Presidente, Srs Deputados. Estava eu a dizer que, no conflito angolano, ambas as partes têm responsabilidades e que não é aceitável esta visão, trazida pela presidência da União Europeia através do Sr Ministro Jaime Gama, que é, mais uma vez, uma visão que vê, de um lado, bons e, do outro, maus, e, por isso, uma visão puramente maniqueísta, como não é aceitável o alinhamento que é feito pelo Governo português e, neste caso, pela presidência da União Europeia, com o regime de Luanda e a «clerocracia» instalada em Luanda.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Bem pelo contrário — como fez e como disse a Igreja e, em particular, os bispos angolanos — há responsabilidades de ambas as partes e o único caminho a seguir, em Angola, é a condenação clara da guerra.

O problema, em Angola, é aqueles que continuam a acreditar na chamada «solução militar». Uma situação que depende de uma economia de guerra, em que ambas as partes vão progressivamente, delapidando os recursos de um dos países mais ricos do mundo para servir, de um lado e de outro, uma economia de guerra a custa do sofrimento do martirizado povo angolano.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Uma visão que só veja para um lado uma visão parcial sobre o problema angolano, nunca pode ser o caminho a seguir. O caminho a seguir tem de ser o de apontar as responsabilidades pelos actos dramáticos, violentos e bárbaros que foram cometidos de um lado e de outro e, em nome do povo angolano, chamar à paz sempre e em qualquer circunstância. Por isso, condenamos a declaração do Ministro Jaime Gama.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Jose Matos Correia.

O Sr José Matos Correia (PSD) — Sr Presidente, nós, PSD, prescindimos de utilizar o direito de pronunciarmo-nos sobre esta questão, e não contestamos, como é óbvio, o exercício de direitos regimentalmente previstos.

No entanto, não sera com a convicção do PSD que, por mais um segundo, devia haver de se debater questões tão importantes para esta Assembleia e para os portugueses como as que constam hoje da nossa agenda de trabalhos.

O Sr Presidente — Sendo assim, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Luís.

O Sr Carlos Luís (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados. O não cumprimento do Protocolo de Lusaca lançou Angola numa guerra civil, porventura a guerra mais dolorosa e mais devastadora. Foram ceifadas milhares e milhares de vítimas, foram feitos milhares e milhares de mutilados, foram destruídas infra-estruturas. Uma das partes, a UNITA, que, ao assinar o Protocolo de Lusaca, se comprometeu a entregar as armas, a passar a partido civil, a entregar os territórios que administrava a um governo legitimamente eleito, não o fez. Em vez disso, entregou algumas armas obsoletas, continuou a dominar os territórios que administrava até então e, passados uns meses, Angola foi lançada numa guerra civil, porventura a mais dura e a mais difícil de todas, e a UNITA apareceu reapturada com armamento altamente sofisticado, violando todos os compromissos que tinha assumido, não só no Protocolo de Lusaca mas perante a comunidade internacional, o que levou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a aplicar à UNITA sanções extremamente duras.

Apelamos, pois, à UNITA a que se converta num partido político civil.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — E ao MPLA, não apelam?

O Orador — e não num partido militar, por forma a que o governo de Angola, legitimamente eleito, possa estender a todo o território a administração de um Estado de direito, tal como deve ser.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com o pagamento, à cabeça, de 50% de comissões deve ser mesmo um Estado de direito!

O Orador — Nesse sentido.

Protestos do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, sei que hoje é um dia complicado, mas peço-vos que criem condições para que o Sr Deputado que está no uso da palavra possa prosseguir.

Faça favor de continuar, Sr Deputado Carlos Luís.

O Orador — Neste sentido apelamos, mais uma vez, à UNITA que se converta num partido democrático, num partido político e não num partido altamente militarizado.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra o voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Já sabíamos! É o «voto do petróleo»!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, faço-lhe o imenso favor de prescindir da palavra!

O Sr Presidente — Óptimo! Eis uma boa notícia! Então, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, em benefício do tempo, que escasseia, manifestaremos a nossa posição através do nosso voto

O Sr Presidente — Sr Deputado, obrigado pela conclusão

Vamos, então, proceder à votação do voto n.º 46/VIII — De protesto pela falta de isenção da posição da União Europeia na questão angolana, apresentado pelo CDS-PP, que já foi lido

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE, votos a favor do CDS-PP e a abstenção do Deputado do PSD Rui Gomes da Silva

Srs. Deputados, vamos, finalmente, dar inicio ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre prescrição do procedimento criminal

Tem a palavra o Sr Deputado António Filipe, para introduzir o debate

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados A convicção de que a Justiça entrou em colapso é hoje compartilhada pela generalidade dos cidadãos portugueses, não apenas na base de um qualquer sentimento difuso de que as coisas não funcionam, ou que funcionam devagar e mal, mas na base concreta de factos bem conhecidos que nos interpelam a todos

A decisão judicial, cujo mérito não está aqui em discussão, de considerar prescrito o chamado «processo do Aquaparque» — e que se encontra ainda sob recurso — constituiu, para a generalidade da opinião pública, um sinal de alarme quanto ao estado da Justiça em Portugal, por razões que são bem compreensíveis. Está em causa a morte de duas crianças e é insuportável pensar que o julgamento sobre eventuais responsabilidades por tão trágico acontecimento não ocorra, por atrasos imputáveis ao funcionamento moroso, ou à inércia, do aparelho judiciário. Acresce, ainda, que, depois de este caso ter vindo a lume, chegou ao conhecimento público a iminência de novas prescrições em catadupa, a somar a conhecidas situações de arquivamentos e de processos que se arrastam de recurso em recurso, sem fim à vista, até à prescrição final.

O processo do Aquaparque reuniu circunstâncias que geraram justificada perplexidade entre os cidadãos quanto ao funcionamento da Justiça. Uma morosidade que não se entende. Um pedido de aceleração processual que foi recusado. Um governo PSD que alterou o Código de Processo Penal, em 1987, e não adequou o Código Penal à nova estrutura do processo, propiciando a corrente juris-

prudencial que esteve na base da decisão de considerar prescrito este e, porventura, muitos outros processos ocorridos entre 1987 e 1995.

Não propusemos este debate para dissecar nenhum caso em particular, embora pensemos que, em cada caso concreto, todos e cada um dos intervenientes devem ser chamados a assumir integralmente as suas responsabilidades.

O que suscita a nossa maior preocupação e justifica plenamente este debate é que não estamos perante um caso isolado. A prescrição de processos, que deveria ser uma situação absolutamente excepcional e da qual deveria decorrer sempre a averiguación de eventuais responsabilidades, aumentou de tal modo na ultima década que ameaça tornar-se, se é que não se tornou já, uma rotina decorrente do mau funcionamento do sistema.

Segundo dados vindos a público, enquanto, em 1992, prescreveram 569 processos, o número de prescrições, em 1998, terá sido 11 920, culminando um aumento impressionante de ano para ano. Em cinco anos, entre 1993 e 1998, quase 40 000 processos terão ficado por julgar por terem sido ultrapassados os prazos legais.

O problema não está nos prazos de prescrição, que nada têm de absurdo ou desproporcional. O problema está num sistema que não consegue funcionar dentro de prazos minimamente razoáveis.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Poderemos legitimamente interrogar-nos sobre algumas das causas deste estado de coisas. Não estará o nosso sistema judicial demasiado dependente de um formalismo endémico excessivo que permite eternizar processos com prejuízo para a realização da Justiça? Não será o nosso sistema judicial demasiado perneável a chicanas processuais da parte de quem possui meios económicos para as suportar? A forma como são feitas as inspecções no âmbito do sistema judicial será a mais adequada?

Estas são questões que podem e, do nosso ponto de vista, devem ser debatidas.

Mas o que não nos oferece qualquer dúvida é que não há sistema de justiça que funcione quando 132 000 processos-crime estão parados, só no distrito judicial de Lisboa, à espera que sejam feitas as respectivas notificações.

Não há sistema de justiça que funcione quando os juízes trabalham sem as mínimas condições de apoio técnico e administrativo e são obrigados a perder um tempo inimaginável com tarefas meramente burocráticas.

Não há sistema de justiça que funcione quando a Polícia Judiciária continua a braços com um deficit reconhecido de centenas de funcionários e com um atraso injustificado de muitos anos na aprovação da respectiva lei orgânica.

Não há sistema de justiça que funcione quando o Laboratório de Polícia Científica tem mais de 15 000 perícias por fazer solicitadas no âmbito de processos criminais, e não dispõe de meios nem de pessoal que evitem demoras de três ou mais anos na realização de uma perícia.

Não há sistema de justiça que funcione quando os Institutos de Medicina Legal de Lisboa e do Porto têm pendentes mais de 6000 relatórios de autópsias, havendo casos de autópsias feitas há quatro anos sem que os respectivos relatórios tenham chegado aos magistrados.

Como é possível, Sr Ministro da Justiça, que estrangulamentos tão graves não tenham sido resolvidos nem estejam sequer em vias de resolução? Como é possível que, em questões como estas, que dizem exclusivamente respeito aos meios que o Governo tem obrigação de disponibilizar para a investigação criminal, o nosso país tenha chegado ao ano 2000 numa situação imprópria de um Estado de direito que se preze?

Os problemas de fundo que conduzem ao funcionamento moroso e inefficiente do sistema judicial não se resolvem com fogo de artifício mediático nem com uma deriva casuística destinada a pregar alguns remendos num tecido esburacado, como o actual Governo pretende fazer. A avaliar pela proposta de lei recentemente aprovada em Conselho de Ministros acerca do recrutamento extraordinário de magistrados judiciais

A Justiça precisa de medidas estruturais. Não é com medidas casuísticas e de exceção, como estas, que se enfrenta a crise da Justiça

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador — O problema das pendências acumuladas e do constante aumento de processos entrados nos tribunais não se resolve com a contratação transitória de mais alguns juízes e ainda menos com medidas como as que retirariam ao Ministério Público competências na área da defesa dos direitos dos trabalhadores, que só enfraqueceriam o estatuto do Ministério Público e a defesa dos interesses que este, como defensor da legalidade democrática, representa

Mas o PCP também não vai atrás daqueles que, a pretexto da crise da Justiça, pela qual são também largamente responsáveis, não perdem a oportunidade para pôr em causa a independência do poder judicial que constitui uma verdadeira trave mestra do Estado de direito democrático, fazendo até por esquecer que o órgão que preside ao alegado «autogoverno» da magistratura judicial é composto, na sua maioria, por representantes designados pela Assembleia da República e pelo Presidente da República

Sr Presidente. Srs Membros do Governo, Srs Deputados O PCP, como partido responsável que se preza de ser, não se exime a contribuir com as suas propostas para a resolução dos problemas cuja existência critica. Daí que, apelando à contribuição responsável de todos os intervenientes no sector da Justiça para a superação da grave crise que este atravessa, o PCP manifeste o seu total empenhamento para, em sede legislativa, contribuir para que sejam encontradas as melhores soluções

É com esta postura que o PCP acaba de apresentar na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que visa dar concretização a uma alteração de fundo na orgânica do nosso sistema judiciário, prevista na Constituição mas ainda não concretizada, que se traduz na criação dos julgados de paz

A consagração de uma justiça de proximidade para as pequenas causas, dotada de informalidade, célere, desburocratizada, economicamente acessível aos cidadãos, procurando, em primeira linha, obter a composição pacífica dos conflitos, seria uma medida muito positiva e de enorme alcance, não apenas para o tão necessário alívio dos tribunais mas, acima de tudo, para garantir aos cidadãos uma justiça rápida e eficaz, no respeito pelos seus direitos, garantias e interesses legítimos. Não temos qualquer dúvida

de que são muitos os milhares de processos que estão hoje acumulados nos tribunais e que, com vantagem para todos, poderiam ser melhor resolvidos através de julgados de paz

Esta proposta do PCP não é uma invenção de última hora. Assenta no conhecimento de uma valiosa experiência já levada a cabo noutras países, alguns deles bem próximos de nós em termos culturais e de tradição jurídica, e cuja aplicação em Portugal só peca por tardia

Mais do que soluções provisórias, transitórias, ou de recurso, do que a Justiça portuguesa precisa é de medidas de fundo, tão audaciosas quanto a gravidade da situação exige. É este o caminho que estamos dispostos e determinados a percorrer

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Henrique Chaves, para um pedido de esclarecimento

O Sr Henrique Chaves (PSD) — Sr Presidente, Sr. Deputado António Filipe, apenas quero perguntar-lhe, muito rapidamente, se não entende que é mais prioritário intervir na reformulação do sistema que já existe, antes de criar mais um elemento do sistema judicial, o julgado de paz.

Gostaria ainda de saber que características teria esse julgado de paz que agora é proposto. Faço esta pergunta porque o juiz de paz pode intervir como mediador no plano cível, mas, por exemplo, não vejo que possa intervir como mediador no plano criminal, porque, como o Sr Deputado António Filipe bem sabe, no esquema constitucional português não existe a possibilidade de negociação da culpa, ao contrário do que acontece no sistema anglo-saxónico, e, portanto, entendo que, logo aí, há uma grande limitação à intervenção de tal figura

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Henrique Chaves, obrigado pela questão que coloca e que também terá uma resposta muito breve

O Sr Deputado pergunta se não acharíamos necessária outra reformulação para além desta que propomos. Ora, diga-nos o Sr Deputado em que reformulação está a pensar e, nesse caso, discutí-la-emos. Já que não nos falou de nenhuma

Pela nossa parte, entendemos que esta é uma medida prioritária que permitiria resolver muitos problemas e com a qual os senhores estiveram de acordo durante o processo de revisão constitucional. Isto é, estiveram de acordo com o princípio da criação de julgados de paz e, portanto, não comprehendo que, agora, possam opor uma objecção de princípio à mesma

Quanto à configuração concreta dos julgados de paz, trata-se de matéria que iremos discutir. Aliás, ao apresentarmos esta iniciativa legislativa, a nossa intenção é, precisamente, a de despoletar uma tal discussão

Entendemos que, mesmo no caso de processos criminais que não envolvam a possibilidade de aplicação de qualquer pena privativa de liberdade, alguns desses processos poderiam ser remetidos para os julgados de paz. Mas esta é uma questão de especialidade que teremos

muito gosto em discutir com todos os Srs Deputados, nessa sede e na altura devida

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Henrique Chaves

O Sr. Henrique Chaves (PSD) — Sr Presidente e Srs Deputados, este debate de urgência requerido pelo PCP tem como tema a prescrição do procedimento criminal

Surge tal debate a propósito de um caso inacreditável que deixou em estado de choque a opinião pública do nosso país a declaração, em primeira instância, da prescrição, por inércia, do processo-crime originado pela morte de duas crianças no Aquaparque de Lisboa

À dor dos pais das duas crianças acrescerá, se for decretada definitivamente a prescrição, uma revolta sem limites por não verem nunca mais esclarecidas as condições em que as mortes tiveram lugar e castigada a inacreditável negligência que certamente as originou

Coloquemo-nos, Sr Presidente e Srs Deputados, na posição desses pais e pensemos que a desgraça tinha atingido um dos nossos filhos. Como superariam tamanha dor e revolta? Certamente que, em muitos de nós, perpassaria pela cabeça o recurso a actuações fora do sistema, para aplacar uma ira legítima e conseguir «particularmente» a justiça que não foi possível obter no seio dos tribunais do Estado democrático

Sr Presidente e Srs Deputados, este caso do Aquaparque é a gota de água que fez transbordar o copo

O sistema de justiça, no nosso país, encontra-se à beira da ruína e, se nada for feito, desmoronar-se-á, como tem acontecido com tantos prédios por esse País fora, em resultado do abandono a que foram votados

São milhares os processos parados nos tribunais, as notificações que não se fazem, paralisando a instrução, os julgamentos adiados, as penhoras por concretizar, as sentenças por proferir quando os julgamentos já tiveram lugar há meses ou mesmo anos e tantas outras aberrações processuais

Segundo a comunicação social, de acordo com números compilados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, entre 1993 e 1998, quase 40 000 arguidos não chegaram a ser julgados porque os seus processos prescreveram, tendo tal aumento ocorrido, essencialmente, a partir de 1995. E quem é responsável por esta situação calamitosa? A resposta que se tem obtido é a de que não há responsável, que ele não tem rosto, de que a culpa é do sistema

Ora, há que pôr fim a este estado das coisas, há que mudar, há que encontrar responsáveis a quem pedir contas, pois eles existem. Não tenho medo de dizer que o colapso da justiça, em Portugal, tem a ver com uma crise gravíssima das magistraturas

É verdade que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento contínuo do contencioso de massa, tanto a nível cível como criminal, derivado do alargamento dos consumos legais e ilegais, assim como ocorreu um aumento da complexidade dos casos presentes a juiz, fruto da emergente sociedade da informática e das novas tecnologias. Mas também é verdade, dura e crua verdade, que as magistraturas têm de reconhecer, face ao que atrás se disse, a crise que atravessam, por todos constatada

De entre os agentes judiciários, os magistrados detêm papel relevantíssimo, se não mesmo central, em todo o sistema, pela importância dos seus cargos e pelas consequências graves das suas acções e omissões

Os magistrados exercem o seu múnus no âmbito das circunstâncias, melhores ou piores, que são postas à sua disposição, como sucede, aliás, com todos os outros cidadãos. Se não lhes é exigível que sejam portentos, também não é admissível que se arranjem ou inventem formalismos que sirvam para a sua lassidão em determinados casos

Importa ter a coragem de dizer que se há muitos magistrados trabalhadores e cumpridores, certamente a maioria, muitos outros não cumprem, não trabalham, deixam os processos, por falta de impulso processual, caininharem inexoravelmente até à prescrição

Por isso se estranha, como foi afirmado há tempo na comunicação social, que nas inspecções para apreciação da actividade dos magistrados não apareça um só com classificação inferior a «Suficiente», sendo a grande maioria notados de «Bom com Distinção» e de «Muito Bom»

Mas as magistraturas não reconhecem o seu colapso, não reconhecem que a sua crise é pivot central da crise do sistema. As magistraturas, fecham-se na sua concha corporativa, refugiam-se na sua alegada irresponsabilidade, «sacodem a água do capote», comportam-se, enfim, como verdadeiras companhias majestáticas

Ora, há que tomar medidas urgentes, que, em boa verdade, já deveriam ter sido implementadas para, com toda a clareza, instituir uma entidade a quem se possa pedir responsabilidade e responsabilizar os magistrados. Como diz Alain Minck, em *A Embriaguês Democrática*, «A independência dos juizes constitui, em boa dose, uma garantia para a democracia, o excesso de independência acabaria por se tornar numa ameaça»

Quando se fala em responsabilizar os magistrados não se pretende, como é óbvio, criar qualquer limitação ou constrangimento à sua liberdade e independência de decidir em consciência, de fazer justiça, aplicando a lei ao caso concreto. Mas quando se fala em responsabilizar os magistrados já se quer, claramente, significar que há que pedir contas àqueles que têm o processo em cima da mesa há anos a aguardar decisão, que proferem sentença quando o julgamento já ocorreu há meses, que deixam prescrever os autos por inércia ou que incorrem em omissões ou praticam actos do mesmo tipo

Com as limitações inerentes ao tempo reduzido desta intervenção apontam-se, de seguida, apenas, algumas medidas no sentido da responsabilização dos magistrados e de outros agentes judiciários

Assim, importa acabar, de uma vez por todas, com o autogoverno ou a auto-administração das magistraturas sem legitimidade democrática plena. Há que reformular a composição dos Conselhos Superior da Magistratura e do Ministério Público de forma a que tenham legitimidade democrática plena, formando-os com pessoas que sejam escolhidas pelo Parlamento, em função exclusiva dos seus méritos, podendo ser juízes, professores, advogados ou mesmo não juristas, a quem esta Casa reconheça especiais aptidões que não a de pertencerem a determinado partido

Estes Conselhos não deverão ser compostos, na sua maioria, por magistrados e, em minha opinião, uma solução possível é a de, pelo menos, o Conselho Superior da

Magistratura ser presidido pelo Sr. Ministro da Justiça, que passará a ser a face visível da responsabilidade do sistema

Aos Conselhos competirá agir disciplinarmente, sem complacências corporativas, promover os mais aptos, sem condescendência e sem sujeição ao trunfo da antiguidade, desenvolver o pleno funcionamento dos concursos públicos de mérito e assegurar a precedência dos interesses gerais aos interesses corporativos de grupo

Entendo que a referida alteração ao nível dos Conselhos Superiores, correspondendo à criação do «rosto» responsável do sistema, determine a necessidade de uma revisão constitucional e, portanto, de um acordo dos partidos sobre a matéria

Sempre na linha da responsabilização orgânica referida, entendo que é essencial que os magistrados tenham liberdade plena de gestão do seu tribunal

Por outras palavras, e concretizando, os magistrados, ao contrário do que hoje inexplicavelmente sucede, deverão deter o poder disciplinar e hierárquico sobre as secretarias e seus funcionários, a exemplo do que se passa nas estruturas empresariais. Os magistrados deverão, também, ter a liberdade de escolher os seus colaboradores, seja na secretaria que os apoia, seja ao nível dos juízes auxiliares ou adjuntos

Finalmente, importa criar a figura do «gestor judicial», ou seja, de alguém com responsabilidade para gerir o tribunal na sua vertente administrativa e até mesmo financeira para optimizar os recursos em razão do resultado, que é da rápida e boa decisão das causas

É que importa reconhecer que muitos actos e omissões, que consubstanciam injustiças, resultam de atrasos não imputáveis a juízes mas, antes, por exemplo, a funcionários judiciais

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ninguém aparece a dar a cara como responsável pelo colapso do sistema de justiça em Portugal. Tenho a certeza de que os cidadãos vão, no entanto, apontar o dedo da responsabilidade a alguém a nós, Deputados, que os representamos

O PPD/PSD quer estar de consciência tranquila sobre esta matéria e aqui fica, pois, o seu contributo para o ataque imediato a uma situação que põe em risco os alicerces do Estado democrático

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, antes que seja tarde e que alguns dos Srs. Deputados se ausentem, informo que houve consenso no sentido de a discussão conjunta da proposta de lei n.º 9/VIII e dos projectos de lei n.ºs 22/VIII, 42/VIII, 69/VIII e 71/VIII, do PCP, PSD, CDS-PP e BE, respectivamente, que estava agendada para hoje, ser feita amanhã em vez das perguntas ao Governo, as quais passarão para a ordem do dia de outra sessão

Portanto, os Srs. Deputados ficam, desde já, informados que, do período da ordem do dia da sessão plenária de amanhã, consta a discussão conjunta dos diplomas relativos ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais e não perguntas ao Governo, como estava agendado

Dito isto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, para uma intervenção

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados O actual estado de falência do sistema

judiciário é um resultado directo da falta de visão, de estratégia e da insensibilidade com que os últimos governos, em especial os governos socialistas, têm encarado a importância e os valores da justiça em Portugal

Nos últimos anos, a justiça não tem sido uma prioridade dos governos. Os ministros da Justiça foram «remendando» o sistema com medidas avulsas, sem investimento e inovação. os magistrados, advogados, funcionários judiciais e responsáveis prisionais, clamam reformas e vão gerindo o caos. os cidadãos, por seu lado, vão-se indignando com tanta injustiça da «justiça» à portuguesa, e no topo da lista dos casos que mais indignam a comunidade estão, certamente, as prescrições de procedimentos que determinam a extinção da responsabilidade criminal e impedem que os responsáveis, pelos crimes, sejam julgados e punidos

De resto, exemplo recente, e particularmente chocante, é a possibilidade de prescrição do procedimento criminal do caso do Aquaparque. E digo possibilidade de prescrição, Sr. Deputado António Filipe, porque nenhuma decisão com trânsito em julgado decidiu já desta prescrição

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Em todo o caso, é de realçar positivamente a instauração de um processo disciplinar, por parte dos seus pares, ao juiz de instrução criminal responsável, ainda que o processo disciplinar não signifique, necessariamente, punição, trata-se, para já, de uma medida sem precedentes

Este tipo de situações é tanto mais graves quanto é certo que o inadmissível atraso na administração da justiça, em Portugal, tem valido, há já vários anos, repetidas condenações do Estado português pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Todavia, o que é essencial compreender-se é que a prescrição dos procedimentos criminais é apenas uma, de entre muitas, consequência grave provocada pelo actual estado de falência e de colapso de todo o sistema judiciário. Por isso, um simples alargamento dos prazos, nunca resolverá o problema da prescrição dos procedimentos criminais

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Pelo contrário, uma decisão desta natureza, pela ilusão que criaria, apenas justificaria mais um adiamento na implementação das reformas na justiça de que o nosso país tanto necessita

Vozes do CDS-PP — Isso é óbvio!

O Orador — Os prazos de prescrição do procedimento criminal não são curtos, a justiça, em Portugal, é que é lenta, os prazos de prescrição do procedimento criminal significam uma renúncia do Estado à acção penal, em obediência a uma garantia dos cidadãos, de que não se lhes vai prolongar o constrangimento por crimes cuja repercussão social vai diminuindo com o decurso do tempo

Por isso, a crise da justiça, em Portugal, não pode ser resolvida à custa da diminuição das garantias dos cidadãos mas apenas através de uma reforma global de todo o sistema judiciário

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Pensar de outra forma seria esquecer que nem só de casos de prescrição vivem os «casos» desta vergonha nacional, a que alguns chamam justiça e que, ao que parece, até constitui a última paixão do Governo socialista do Engenheiro António Guterres

Risos do PSD

Afinal, em Portugal, existem ainda muitos tribunais improvisados, dignos de um qualquer país do terceiro mundo, sem salas de audiência condignas, sem informatização, sem bibliotecas, sem instalações para advogados, sem aquecimento, sem segurança

Em Portugal, temos um sistema judiciário pensado para o inicio do século, que não evoluiu e que se mostra incapaz de dar resposta ao crescente aumento da litigância civil e penal e à pendência dos processos

Em Portugal, temos uma legislação processual civil e penal desajustada e complexa

Em Portugal, existe um excesso de corporativismo de magistrados judiciais, de magistrados do Ministério Público e de advogados a par de um crescente estado de despeito e de desconfiança no relacionamento entre si

Em Portugal, temos falta de magistrados e de funcionários judiciais

Em Portugal, temos falta de magistrados judiciais especializados capazes de decidir com eficácia face à cada vez maior profusão e complexidade legislativa com que diariamente têm de lidar

Em Portugal, temos uma deficiente investigação criminal e demoras absurdas nas perícias médicas e médico-legais

Em Portugal, temos cadeiras superlotadas, onde a droga abunda e as doenças se propagam

Em Portugal, temos violações constantes do segredo de justiça, que nem lamentáveis cenas públicas entre Procurador-Geral e Director da Polícia Judiciária conseguiram evitar.

Em Portugal, até temos cheques sem provisão passados por tribunais, e muito mais

Risos do PSD

Mas, Srs Deputados, o mais grave e, porventura, pouco animador face ao futuro é que, perante este quadro tão desolador, em Portugal, parece faltar o essencial um governo e um Ministério da Justiça capazes de implementar, com carácter de urgência, como se impõe, reformas globais que ponham fim ao estado de crise generalizada em que se encontra a justiça, em Portugal. Um governo e um Ministério da Justiça que sejam capazes de levar a cabo medidas tão essenciais como, por exemplo construir mais tribunais e informatizar os existentes, construir cadeias, humanizar e optimizar a gestão dos serviços prisionais, aumentar o número de magistrados e de funcionários judiciais, criar uma estrutura que, sem prejuízo da óbvia e necessária independência, combatá o excesso de corporativismo e coordene todas profissões judiciais, criar uma estrutura intermédia de juristas auxiliares dos magistrados, promover uma eficaz revisão processual civil e penal, ponderar a necessidade de juízes de paz licenciados em Direito, criar formas de responsabilização disciplinar dos agentes da justiça, e, finalmente, promover a especialização dos magistrados judiciais

Srs Deputados, parece-me inconcebível — e li hoje uma revista da Ordem dos Advogados, que, aliás o Sr Deputado aí tem, onde se chama a atenção para o problema — que, hoje em dia, perante a cada vez maior especialização dos escritórios dos advogados e complexidade dos assuntos com que os advogados são obrigados a tratar diariamente, se obriguem juízes a serem os homens dos «sete instrumentos», a decidirem hoje sobre uma questão de direitos reais, amanhã sobre uma complexa questão de propriedade industrial, depois sobre uma questão de direito das obrigações, e, no fim, claro que é muito fácil, bater-se no Sr Juiz, porque, afinal, é quem decide, ainda que contra ele tenha todo um sistema que não o ajuda em coisa alguma

Numa palavra, faz falta, Srs Deputados, um governo e um Ministério da Justiça que, para além de dialogar, façam obra

Resta-nos esperar, agora, para ver!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente Sr Ministro da Justiça, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, Sr as e Srs Deputados As iniciativas convergentes do Grupo Parlamentar do PS, dos demais grupos parlamentares e do Governo asseguraram que, nas próximas semanas, a Assembleia da República, quer em Plenário, quer em comissão, quer em delegações para contacto com o exterior, dedicará às questões da justiça a atenção que elas, seguramente, merecem

O calendário hoje divulgado pelo Sr Presidente da 1ª Comissão revela preocupação de trabalho sério e o PS investiu nisso todo o seu esforço e a contribuição dos seus Deputados

Neste ponto, desta muito longa maratona, gostaria tão-só de sintetizar, em sede de traços essenciais, a postura da bancada do PS nesta matéria

Em primeiro lugar, Sr Presidente e Srs Deputados, remamos, remámos e remaremos contra o fatalismo Os problemas que vivemos têm causas causas diagnosticadas, temos de resolvê-los sob pena de se agravarem e não são um exclusivo, infelizmente, da nossa sociedade, em muitos casos só são resolúveis no contexto do novo espaço europeu de justiça, liberdade e segurança que estamos a procurar construir

O PS tem propostas, a nível nacional, a nível comunitário, vamos bater-nos por elas As opções referentes à justiça e à segurança vão, aliás, assumir destaque no próximo debate orçamental, altura em que, além do verbo, teremos verbas e necessidade de formar coligações de voto que viabilizem o próprio Orçamento e logo a política real de justiça

Não partimos para essa tarefa do ponto «zero» Temos um legado e orgulhamo-nos do trabalho feito na VII Legislatura sob a direcção do Sr Ministro Vera Jardim, e esse legado legislativo é uma base,

Risos do PSD

é uma base da qual partiremos e que merece aperfeiçoamento, podendo-se passar, agora, ao ciclo da gestão, e é isso que vamos fazer

Segunda reflexão, queremos, Sr Presidente e Srs. Deputados, neste debate — e vamos bater-nos por isso —, inovação e um estilo que gere confiança, em vez de «incendiar» divisões Não nos desviaremos um milímetro deste princípio, não travaremos guerras de recriminação, nem fugiremos, eis o contraponto, às responsabilidades de quem, governando, tem de resolver, qualquer que tenha sido a longa cadeia de responsabilidades, e ela é muito longa e todos a conhecemos Não há que fugir

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Não fugiremos às nossas e apelaremos a que todos façam o mesmo, porque isso é sinal de modéstia e convida a não ser intolerante

O Sr Jorge Lacão (PS) — Muito bem!

O Orador. — Terceira reflexão, seria fácil demais, Sr. Presidente, «descarregar» em alguém Os políticos «descarregariam» nos magistrados, os magistrados «descarregariam» nos políticos, e os cidadãos «descarregariam» em todos, muito justamente, porque todos fariam uma horrenda figura É isto que deve ser evitado a todo o custo,

O Sr José Barros de Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — e bater-nos-emos para que seja evitado a todo o custo

Aplausos do PS

A quarta reflexão, Sr Presidente e Srs Deputados, é muito simples Esta é a Assembleia representativa de todos os portugueses, temos meios e vamos usá-los para actuarmos rigorosamente com base em dados, não em *manchettes* — ainda que estas, muitas vezes, contenham dados respeitáveis Temos direito a números rigorosos, vamos garantir que eles apareçam, talvez propiciemos nesse cenário *manchettes* contestáveis, mas, ainda que não o consigamos, faremos o que devemos, foi para isso que fomos eleitos

Quinta reflexão, não damos por perdidas batalhas que podem, ainda, ser ganhas, e isto aplica-se plenamente à questão das prescrições

Em primeiro lugar, no caso Aquaparque, que tão justa indignação causou e causa, está pendente, como sabem, um recurso Por isso mesmo não direi mais, mas é errado dar por consumado o que não está consumado e é justo assinalar como exemplar a deliberação do Conselho Superior da Magistratura sobre esta matéria

Em segundo lugar, quanto ao risco de prescrições em massa, também gostaria de dizer e de lembrar que esse efeito depende, ainda, significativamente da interpretação final que o Supremo Tribunal de Justiça venha a fazer sobre uma questão legal muito complexa, que a Câmara também conhece muito bem O respeito pela separação de poderes leva-me a dizer apenas, sobre esta matéria, o seguinte não queremos que tal situação alguma vez se repita mais e serão tomadas todas as medidas para que nunca mais, nem Governo, nem Conselho Superior da Magistratura, nem Conselho Superior do Ministério Público, se tenha de defrontar dilemas e dificuldades tais

Sexta reflexão, como não é possível, Sr Presidente e Srs. Deputados, resolver tudo ao mesmo tempo, é preciso ter prioridades e bater-nos-emos para que aquilo que o Governo aqui nos trouxe há dias, num debate, aliás, muito interessante, que julgo ter sido um debate relevante e cheio de contribuições, a nova agenda para a justiça, que tem prioridades claras em matéria de combate às desigualdades, em matéria de guerra às pendências, em matéria de busca de novos meios de inovação e gestão, possa transformar-se em realidade E usaremos para isso todos os meios que a Constituição põe ao nosso dispor

Sétima e penúltima reflexão, apelamos, Srs Deputados, à abertura de espírito A abertura de espírito é o contrário do espírito fechado, do preconceito e da intolerância, como todos sabemos Não há que demonizar medidas que ataquem pontos sensíveis, dizendo, designadamente, como ouvi hoje durante o dia todo, que são medidas pontuais Pontuais! São medidas que atacam pontos sensíveis, pontos que doem aos cidadãos, pontos de estrangulamento, pontos que os cidadãos não querem e fazem muito bem, porque estão mal, pura e simplesmente! São medidas pontuais, são, Srs. Deputados! Criar julgados de paz é uma medida pontual, sem dúvida alguma! O julgado de paz não serve para combater criminosos de alto calibre, o julgado de paz não serve para resolver o drama do crime de «colarinho branco». Nós propusemos a criação de julgados de paz na revisão constitucional, batemo-nos pela sua consagração no acordo de revisão constitucional, negociamos essa matéria, reunimos e fomos aconselhados, estamos interessados, naturalmente, nessa medida, mas não fazemos dela o que não é nem a diminuímos pelo facto de tratar, apenas, do ponto dos julgados de paz

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Ministro da Justiça (António Costa) — Muito bem!

O Orador — Parece-me uma evidência, devíamos acabar com esta pequena guerra entre o pontual e o estrutural. O estrutural faz-se de uma quantidade enorme de pontos desde que haja visão e condução estratégica, como nós pensamos que, neste caso, existe

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Portanto, Sr Presidente e Srs Deputados, não nos impressionaremos com esse argumento

A última reflexão é ainda mais simples, mas toca num ponto muito melindroso. Precisamos, sem dúvida, de inovação, mas a inovação de que precisamos deve ser responsável, deve ser séria e por isso tem de ser muito concreta para os cidadãos poderem ajuizar do seu mérito e para os próprios profissionais do fórum poderem opinar, como é necessário que opinem E por isso nós não dizemos aqui, nesta bancada, «é preciso fazer uma revisão constitucional, mas ainda não sabemos sobre quê», a não ser que seja para fazer aquilo que o Sr. Deputado Henrique Chaves há pouco dizia que era para fazer, a «governalização» do Conselho Superior da Magistratura e a imputação descabulada dos juízes, o que não me parece boa ideia Mas, enfim, é responsabilidade da vossa bancada, que tem de ter uma ideia sobre isso, porque ainda não a tem Talvez

seja essa, talvez seja outra, talvez seja precisamente a contrária, já teve sete. Mas não entremos nisso, agora, nessa matéria. Não entremos, nós não o faremos e apelaremos a que aquilo que seja proposto o seja fundamentadamente assumido e discutido, e contribuiremos para isso.

A nova agenda, Sr Presidente e Srs. Deputados, é o contrário disto, não é o elixir milagroso que amanhã de manhã garante aquilo que quem nesta Câmara não gostaria de ter. Seguramente, não insulto ninguém, dizendo que ninguém gostaria de ter aquilo que alguns Srs. Deputados falaram, mas é preciso que nos batamos, passo a passo, para todos termos isso e todos darmos isso aos cidadãos portugueses. A nova agenda convida à dificuldade, é um importantíssimo teste para o Governo, para a bancada do PS e para todos nós, no fundo. Temos confiança em que esta equipa seja capaz de a levar a cabo e temos confiança em nós próprios também, em que seremos capazes de a apoiar, mas isso, Srs. Deputados, realça não só a importância da contenção legislativa, cirúrgica, mas também a importância de organizar melhor, usar inovação na gestão, observar bem para corrigir a tempo e logo que possível, avaliar o desempenho, usar inteligentemente as novas tecnologias, designadamente as de informação, para facilitar a vida dos cidadãos — é para isso que ela serve — e «desinfernizar» a vida dos magistrados e funcionários e para combater as desigualdades no acesso, que são a chaga que é preciso combater e um ideal nobre pelo qual nos batemos.

É uma grande mudança. É uma grande mudança rumo a uma cultura de responsabilidade, a uma cultura de gestão eficaz, que há-de ser timbre — acredito, profundamente — da justiça do século XXI.

Esta bancada tudo fará para que assim seja.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados. Diz-se que a justiça é cega, e isso é óptimo, também se diz que não há pior cego do que aquele que não quer ver, e isso é péssimo, como péssima tem sido a atitude dos sucessivos governos em pactuar, sem agir em profundidade, com uma situação insustentável que se arrasta há vários anos no sector da justiça.

O pior que tem acontecido, neste campo, é a atitude de avestruz, a atitude de quem «enfia a cabeça na areia» e permanece indiferente aos sinais de crise que nos últimos anos se têm avolumado.

É, hoje, claro e evidente que muita coisa vai mal na justiça em Portugal. Há, a este propósito, um clima de consenso generalizado sobre a situação vivida no domínio da justiça, consenso esse partilhado pela opinião pública, pelos agentes e actores do sistema, pelos partidos políticos, pelas instituições democráticas e, enfim, por todos aqueles que partilham responsabilidades e pelos cidadãos que vêm a justiça cada vez mais distante.

O diagnóstico, aparentemente, está feito. O que continua a faltar, por parte de quem tem competência para o efeito, é a adopção das medidas necessárias, das medidas eficientes, de uma forma integrada e coerente para ultra-

passar a grave situação em que os tribunais caíram e cuja consequência mais visível é, no presente, o que acontece com os processos que se encerram com base na prescrição do procedimento criminal.

Tem, pois, a nosso ver, total cabimento este debate de urgência. A Assembleia da República não pode alheiar-se de um problema com esta gravidade, sob pena de a própria democracia entrar em crise, através de um dos seus pilares fundamentais: a justiça.

De acordo com dados que são já do domínio público, a situação é assustadora e à beira do colapso. Só no distrito judicial de Lisboa existem 132 000 processos parados na fase de inquérito e à espera de notificações. No ano passado havia mais de 15 000 perícias por realizar no Laboratório de Polícia Científica, nos Institutos de Medicina Legal estão pendentes cerca de 6000 exames periciais, quase 40 000 arguidos não foram julgados só porque os processos ficaram fora de prazo.

A razão ou, melhor, as razões são certamente múltiplas e vão desde a saturação dos tribunais à falta de instalações ou à sua inadequação, à falta de meios e equipamentos, à falta de pessoal aos mais diversos níveis, abrangendo até as responsabilidades do próprio legislador.

Daí que não estranhemos a imagem que se tem da justiça em Portugal indissociavelmente ligada a sua lentidão, ao seu peso, ao excesso de burocracia e, em suma, a sua ineficiência. Daí que seja cada vez menor a confiança que os cidadãos têm perante o sistema judicial, daí que seja cada vez maior a exigência de uma justiça eficiente e em tempo útil.

Por isso, a questão da prescrição do procedimento criminal aqui em discussão assume uma acuidade maior, ampliada pelos ecos ainda não esvanecidos do chamado caso Aquaparque.

É mais do que legítima a interrogação que paira na cabeça dos portugueses: como é possível que aconteça uma situação destas? Parece mentira, mas é verdade.

Como pode acontecer, num Estado de direito, que um crime (ainda que por negligência) contra vidas humanas prescreva no tempo? Como é possível que o se deixe decorrer o tempo? Como pode o Estado compadecer-se com aqueles que atentam contra a vida humana? É caso para perguntar: será que o Estado agora deixou de se interessar pela vida humana?

Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados. No mecanismo da prescrição está também envolvida, se bem que de forma implícita, uma certa condenação ao Estado, a condenação pela sua incapacidade em administrar a justiça, em proceder à sua concretização, em efectivar o direito positivo. Se o próprio Estado não cumpre a lei, como pode exigir aos cidadãos que o façam? Há, pois, aqui uma penalização óbvia ao Estado.

Agora e sem rebusco, cabe ao Estado limpar a sua imagem e dignificar a justiça. Para tal é imperioso, na opinião de Os Verdes, a adopção de uma nova cultura judiciária que imponha o fim das lógicas corporativistas e administre o sistema de acordo com as legítimas expectativas dos cidadãos, que promova a responsabilização dos agentes e sujeite o sistema à avaliação da sociedade civil.

A construção de mais tribunais, a dotação de meios humanos e técnicos e a reorganização e simplificação burocrática do sistema são medidas essenciais a tomar agora e já.

Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados. Após anos e anos de inacção, a julgar pelas

declarações do Sr. Ministro, parece agora o Governo interessado em dar um «abanão» no sistema, em tomar as talas medidas que há muito são esperadas. Mas deixemos ficar a pergunta: será que vamos ter a reforma dos tribunais? A tal que asseguraria a equidade do sistema? A tal que permitiria, nas palavras insuspeitas do Primeiro-Ministro, «impedir a utilização abusiva dos direitos e das garantias que têm permitido aos mais ricos escapar sempre à justiça», ou será que os cidadãos vão continuar a ver na justiça um mero instrumento de domínio dos mais fortes sobre os mais fracos?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados O Sr. Ministro da Justiça declarou recentemente — com certeza, ainda não sabedor desta disponibilidade generosa de um partido de oposição de o empossar como Presidente do Conselho Superior da Magistratura —,

Risos

... em entrevista ao jornal *Público*, que «não há nenhum órgão de poder num Estado que seja irresponsável. Todos respondemos, e quem exerce o poder em nome do povo, seja poder político ou judicial, tem de prestar contas». Tem razão, Sr. Ministro, todos temos de prestar contas, e mais vale cedo do que tarde. Estamos aqui, neste debate, para começar a pedir essa prestação contas e para reflectir sobre ela.

Este debate foi, aliás, despoletado por um caso no limite da indignação humana, o caso do Aquaparque, mas poderiam acrescentar-se tantos outros em que a falta de justiça tem remetido para uma espécie de absoluto cinismo institucional. Cada um destes casos é, aliás, um argumento contra a banalização não é porque tenha aumentado a litigiosidade que se torna compreensível o laxismo ou a incompetência institucional, nomeadamente em casos em que a humanidade exige atenção e rigor.

No caso Aquaparque, foram necessários 16 meses para a investigação do Ministério Público, três anos e meio para a instrução e para a decisão judicial e oito meses para a notificação, por parte, aliás, de um magistrado para o qual vos quero chamar a atenção, porque é titular de um caso de outras duas crianças mortas numa vala de obras na nova ponte sobre o Tejo, um processo também à beira de prescrever. O mesmo magistrado foi ainda titular de um caso de um jovem que morreu no Fórum Picoas, porque lhe caiu, por negligência, uma porta de um elevador em cima, e cinco anos depois o despacho foi de «não pronúncia».

Não quero concentrar demasiado o debate sobre uma pessoa em particular, ou porque, em particular, ela tenha problemas com o homicídio por negligência, até porque quero argumentar que não devemos transformar nenhum caso num «bode expiatório». Pelo contrário, o que devemos dizer é que há aqui uma questão geral da administração da justiça.

No caso do Ruben Cunha, por exemplo, confirma-se a vergonha deste reconhecimento de que o que seria nor-

mal era que a justiça funcionasse normalmente e não anormalmente.

Ruben Cunha tinha 13 anos quando morreu, ao premir um botão do semáforo para atravessar o Campo Grande, como é sabido. Foram precisos 20 meses para a conclusão do inquérito, o relatório de autópsia levou quase um ano e meio a chegar ao Ministério Público e, finalmente, foi arquivado o processo por alegada falta de provas, apesar de o advogado da família ter pedido ao Procurador-Geral da República a aceleração processual, no que não foi ouvido.

O homicídio por negligência é tratado hoje, e por definição, com toda a negligência de que a própria justiça é capaz, como se verifica nestes casos e em tantos outros, infelizmente. Este homicídio que é imposto pelos erros de construção, pela falta de manutenção de equipamentos, pela falta de segurança, pela bebedeira do condutor irresponsável, é sempre, ainda, visto como um facto menor, como um crime não criminoso, como uma desatenção, como se fosse um aborrecimento para o sistema judiciário, que, enfadado, o vai deixando cair lentamente no esquecimento, até que as partes interessadas desfalem de cansaço.

A inconsequência profissional do desleixo e da cultura do cinismo tem mantido e agravado esta situação. É por isso que, para o Bloco de Esquerda, na primeira linha das prioridades está, naturalmente, a mudança da cultura judiciária e isso, questiona o princípio da irresponsabilidade dos juízes.

Aos juízes, e devo dizê-lo com clareza, devem ser garantidas condições de trabalho, que actualmente não têm, em assessorias e apoios técnicos e em meios humanos, de tal modo que seja possível discernir entre a dificuldade de cumprir o mandato por falta de recursos em tempo e pessoas e a impossibilidade de o cumprir por erro ou por incompetência.

Não é, naturalmente, o aumento das prescrições, que o Bloco de Esquerda não subscreve enquanto se mantiver esta moldura penal, que pode ser apontado como uma forma de resolução desta questão fundamental, é, pelo contrário, em sede de regularização, de transformação da administração da justiça, com os prazos de prescrição actuais, que se deve intervir, para que estes processos não se repitam e não ocorram. Nomeadamente, gostaríamos de saber se, no âmbito da administração da justiça, hoje temos sinais suficientes de que o Tribunal da Relação consegue intervir neste caso do Aquaparque para o repor nos seus termos normais.

Garantidas, no entanto, estas condições fundamentais, é prioritário penalizar os desempenhos medíocres e é por isso que o Bloco de Esquerda tem seguido, e continua a seguir, as sugestões do Professor Boaventura de Sousa Santos, que nos propõe, entre outras coisas, a reforma da formação dos magistrados nas faculdades e no Centro de Estudos Judiciários, a modificação da gestão dos processos e dos recursos humanos, evitando desperdícios e clarificando prazos e responsabilidades, a revisão da legislação processual, a «desjudicialização» de alguns tipos de litígios e a criação de sistemas alternativos na resolução de conflitos, como já foi aqui proposto e apoiado, e, mais ainda, novas formas de responsabilização dos magistrados e do sistema judicial no seu todo.

Diz-nos Boaventura de Sousa Santos que com isso «não teremos uma justiça máxima. Teremos apenas uma justiça que não nos envergonhe» e é dela que precisamos.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, o segundo debate que estava, inicialmente, marcado para hoje foi adiado para amanhã. Portanto, se V Ex^a quiser e se a Câmara não se opuser, temos alguma margem para gastar algum tempo do debate que se seguirá.

O assunto que aqui estamos, hoje, a tratar é muito importante e não pode ficar esgotado, rapidamente, nos 50 ou 60 minutos destas intervenções. Não estou a pedir para continuarmos mais uma hora ou duas horas, mas gostaria de perguntar a V Ex^a e à Câmara se estariam dispostos a continuar este debate por mais meia hora, dando, por exemplo, mais 5 ou 6 minutos para cada partido intervir e depois, então, falaria o Sr Ministro da Justiça.

O Sr Presidente — Sr Deputado não é muito normal, mas se houver consenso. Em todo o caso, gostaria de dizer-lhe que há mais duas iniciativas relacionadas com esta mesma matéria que vão ser agendadas e, como tal, teremos mais duas oportunidades para discutirmos esta questão. Assim, penso que não se justifica esta extensão no tempo.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, os tempos foram tão pequenos que os oradores gastaram-nos todos nas suas intervenções, como, aliás, era normal. De modo que não pude fazer uma pergunta ao Deputado António Filipe nem ao Deputado José Magalhães, e com certeza que eles não preencheram o tempo para impedir que houvesse perguntas. Assim, o debate fica entruncheirado!

O Sr Presidente — Sr Deputado, se criarmos esse precedente, ele não deixará de ser invocado noutros casos. Não teremos de terminar hoje o debate desta matéria e, por outro lado, dar mais 5 minutos a cada grupo parlamentar não está dentro da tradição da Casa. Porém, se todos estiverem de acordo, não me oponho, como é óbvio.

Tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, tive ocasião de anunciar há pouco que estariamos disponíveis para a seguinte fórmula, reflectindo sobre a proposta do Deputado Narana Coissoró. É natural que o Sr Ministro use da palavra, de resto seria regumentalmente inaceitável que não o fizesse.

O Sr Presidente — O Sr Ministro já se inscreveu

O Orador — estabelecendo-se depois um curto período de perguntas, às quais, naturalmente, o Sr Ministro responderia na parte final.

O Sr Presidente — Srs Deputados, cada grupo parlamentar tem 3 minutos para formular um pedido de esclarecimento ao Sr Ministro e este terá o tempo necessário para responder.

Tem a palavra o Sr Ministro da Justiça, para uma intervenção

O Sr Ministro da Justiça (António Costa) — Sr Presidente, Srs Deputados. Queria começar por fazer uma saudação calorosa à Assembleia da República pela oportunidade com que marcou este debate de urgência e agendou já um conjunto de iniciativas, quer de debate legislativo quer de debate político, sobre a questão da justiça.

Creio que, ao contrário do que um dos Srs Deputados disse na sua intervenção, isto significa que não é verdade que não apareça alguém a «dar a cara» pelos problemas da justiça.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Isto significa que todos dizemos «presente», «dando a cara» perante os cidadãos pelas questões da justiça.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — E no momento em que o digo, nesta saudação à Assembleia da República, não posso deixar, sobretudo depois de algumas intervenções que por aqui passaram, de saudar, perante esta Câmara, o Conselho Superior da Magistratura, a forma exemplar, de grande dignidade e de grande sentido de estado, como vem exercendo as suas funções.

Aplausos do PS

Penso que chegou a altura de ninguém se poder permitir passar o tempo a apontar o dedo aos outros, não fazendo aquilo que a todos nos compete, cada um no seu papel, que é olhar de frente para os problemas e, na medida das nossas competências, procurar a resposta às questões que se colocam.

Não posso, também, deixar de transmitir, perante a Assembleia da República, uma palavra de solidariedade para com magistrados, oficiais de justiça, advogados, agentes da Polícia Judiciária, enfim, todos aqueles que têm por profissão servir a justiça, em que conheço as difíceis condições em que genericamente exercem as suas funções. Assim, considero inaceitável este discurso «escapista», que agora se torna modismo, da crucificação pública de um conjunto de servidores do Estado que, de uma forma generalizada, cumprem, com grande esforço e procurando dar o seu melhor, as funções que o Estado lhes atribuiu.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Não posso, também, tendo em conta o pretexto que serviu de base a este debate, deixar de colocar três reservas que a defesa intransigente dos princípios do Estado de direito impõe.

Em primeiro lugar e como dois dos Srs Deputados sublinharam, não se pode falar de prescrição, porque nenhuma decisão transitou em julgado de forma a considerar prescrito o processo relativo ao Aquaparque.

Em segundo lugar, não se pode dizer, mesmo que haja prescrição, que há um crime que fica impune, porque o Estado de direito nos exige que só existe um crime quando um tribunal julgou a sua existência. O que temos é, tão-só, indícios, sobre os quais cada um de nós terá sua liberdade de valorar. Porém, até hoje, nenhum tribunal considerou a existência de um crime.

Em terceiro lugar, a eventual extinção da responsabilidade criminal não significa impunidade, porque há outras formas de responsabilidade, desde logo civil, dos eventuais arguidos, como há sempre a responsabilidade civil do Estado, que, como sabemos, por diversas vezes tem sido exercida e que o Estado tem assumido.

A questão das prescrições insere-se, obviamente, num problema mais vasto da justiça portuguesa, que é o problema da sua morosidade. Quanto a isto, creio que estamos todos de acordo e permito-me mesmo recordar o que há cerca de dois meses aqui disse, perante esta Assembleia da República, durante a discussão do Programa do Governo. São cinco os domínios fundamentais a que daremos prioridade no combate à morosidade processual: desenvolvimento dos meios extrajudiciais de composição dos conflitos, prossecução do reforço dos meios em instalações, equipamentos e pessoal, assegurar a efectividade da acção executiva, executar um programa especial de recuperação e saneamento dos processos acumulados e reforma da administração do sistema de justiça. Isto foi o que há cerca de dois meses pude afirmar perante a Assembleia da República.

Esta questão da morosidade é o problema central do nosso sistema. De 1984 até hoje, Portugal já foi condenado, ou viu-se forçado a pôr termo ao processo por acordo, 159 vezes no Tribunal Europeu de Justiça ou na Comissão Europeia dos Direitos do Homem, encontrando-se, ainda, pendentes 54 processos contra Portugal exclusivamente com esta temática, como encontrarão numa pasta que tive oportunidade de distribuir.

Temos consciência que o sistema tem vários pontos de bloqueio e esses pontos estão identificados. Aliás, encontrarão na pasta um resumo de um estudo particularmente interessante, da equipa do Professor Boaventura de Sousa Santos, sobre três casos concretos de morosidade processual e recomendo essa leitura, pois ela é muito esclarecedora sobre quais são os pontos de bloqueio e a razão pela qual a estratégia que temos de ter para enfrentar a questão da morosidade processual não assenta numa mirífica revisão constitucional mas em atacar, ponto a ponto, os factores de bloqueio do sistema.

O Sr. Deputado António Filipe referiu, bem como vários outros Srs. Deputados, três casos concretos, que têm sido, aliás, muito citados, ultimamente, na comunicação social. Relativamente a eles, gostaria de dizer o que efectivamente está a ser feito.

Quanto aos atrasos de notificações no Departamento de Investigação e de Acção Penal ou, se quiserem, nos serviços de apoio administrativo do DIAP, o Sr. Secretário de Estado Adjunto tem vindo a coordenar um trabalho em que o Sr. Director-Geral dos Serviços Judiciários, o Sr. Procurador Distrital de Lisboa e o Sr. Director do DIAP estabeleceram já mecanismos para atacar a situação crítica que se vive nos referidos serviços de apoio administrativo.

Quanto à questão do Laboratório de Polícia Científica, a realidade que temos é a seguinte: em 1990, foram solicitados 7214 exames, em 1999, foram solicitados 18 144 e, entre 1990 e 1998, o número de quadros do Laboratório de Polícia Científica não sofreu evolução. Sofreu-a, pela primeira vez, com o meu ilustre antecessor, o agora Sr. Deputado Vera Jardim. Com o aumento de quadros que houve em 1998, foi possível aumentar, de 1998 para 1999, a capacidade de resposta do Laborató-

rio de Polícia Científica, passando o número de exames realizados de 11 000 para 18 000.

Se me perguntar se é um mundo de rosas dir-lhe-ei que não é. E sabe por que é que não é, Sr. Deputado António Filipe? Porque, apesar de a capacidade de resposta do Laboratório ter aumentado em 53%, o número de pedidos aumentou praticamente em igual percentagem. O número de pedidos feitos em 1999 foi de 21 000, o que significa que, apesar de o Laboratório ter já aumentado a capacidade de resposta em mais de 50%, ainda assim, houve 3000 exames pendentes, que transitaram para o actual ano.

Neste momento, estão abertos dois concursos — um, para especialista superior e, outro, para especialista adjunto —, que permitirão aumentar o número de pessoal técnico do Laboratório em mais de 30%. Mas é preciso que o Parlamento saiba que, cumprindo legalmente os prazos do concurso, nenhum destes especialistas estará ao serviço antes do dia 1 de Janeiro de 2001. Isto significa que, ao longo deste ano, o Laboratório manterá a capacidade de resposta que teve no ano anterior.

O que é que estamos a procurar fazer? O Sr. Director-Geral da Polícia Judiciária e a Sr.ª Directora do Laboratório ficaram de apresentar, até ao final deste mês, um conjunto de soluções, como o recurso a horas extraordinárias, a contratações eventuais, a eventual subcontratação a outros laboratórios, para se poder atacar o universo das pendências. Ao contrário do que os Srs. Deputados disseram, por terem lido no jornal, não são 15 000 os processos pendentes mas, sim, 21 000, pela simples razão de que, aos 15 000 pendentes no Laboratório de Polícia Científica de Lisboa é necessário acrescentar 6000 pendentes no Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária do Porto.

O Sr. Deputado falou também dos institutos de medicina legal. Devo dizer-lhe que não são 6000 exames que estão atrasados. 6000 exames é o universo de pedidos feitos anualmente aos três institutos de medicina legal. Posso dizer-lhe que, ontem, naqueles institutos, estavam 1321 exames atrasados, considerando-se atrasados todos os que estão pendentes há mais de três meses, ou seja, estavam pendentes há mais de três meses, 1321 exames.

Não é um mundo de rosas! É mesmo um mundo de grande dificuldade, que se enfrenta não com retórica mas procurando resolver, ponto a ponto, os factores de bloqueio do sistema. Mas para que o possamos fazer — e peço ao Sr. Presidente que seja tolerante comigo — mais 1 minuto.

O Sr. Presidente — Com certeza, Sr. Ministro, mas agradeço que não vá além desse minuto.

O Orador — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, para os podermos enfrentar, temos de saber o que é que estamos a enfrentar. É preciso ler bem os números e, por isso, tive o cuidado de distribuir a todas as bancadas uma pasta com um conjunto de números.

Não vou discutir se o número de ofícios pendentes no DIAP é de 132 000 ou de 122 000, pois isso é irrelevante. O que não é irrelevante é termos em conta que, desse universo, 116 000 são notificações de despachos de arquivamento, o que significa que não estão 116 000 processos parados à espera de notificação mas que 116 000 proces-

sos que já concluíram a sua tramitação no DIAP aguardam ainda notificação

Evidentemente, há despachos de acusação que aguardam notificação, e digo-vos quantos são: são 1084 1084 é imenso! Mas, neste universo da justiça, é preciso termos noção do que é o imenso. O imenso corresponde a 0,85% das acusações proferidas pelo DIAP. E este é o problema-base que temos no sector da justiça, que não pode ser surpresa para ninguém e que é a chave da compreensão do que temos pela frente.

A questão básica é a de que os inquéritos-crime que se iniciaram no DIAP em 1988 eram 239 000, o número de inquéritos que se iniciaram em 1999 foi de 401 000. Portanto, todos estes números que aparecem são imensos.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Como dizia, todos estes números são imensos, mas têm a sua devida conta no contexto do gigantismo que o movimento processual hoje assume na justiça.

Há, com certeza, erros legislativos e haverá, certamente, aqui ou ali, uma falha de pessoal — e é importante que o sistema actue também aí —, mas, depois, temos um problema central, que está muito bem equacionado nos estudos do Professor Boaventura de Sousa Santos, que é um desajustamento estrutural entre a demanda hoje feita à justiça e os meios que ela tem em funcionamento e, mais do que os meios, os ritos e as formas de trabalho processual, que vêm do século passado e não têm capacidade para gerir estas questões.

Terminei só com uma pequena comparação o sistema de justiça, com os meios que tem, do século passado, e as exigências que hoje se fazem, do próximo século, está na situação em que estaria o sistema de saúde se a penicilina ainda hoje não tivesse sido inventada. E é essa «penicilina», que já existe, que temos de ir introduzindo, em doses certas e nos focos de acesso que o sistema tem, para que, reduzido o «acesso», possamos «atacar o dente», que é a vontade que todos temos.

Temos de ter uma enorme serenidade porque, Srs Deputados, VV Ex^{as} estão nos primeiros três meses de uma legislatura de quatro anos. O meu tempo, nunca se sabe qual será, quanto ao vosso — por amor de Deus! —, têm quatro anos à vossa frente!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Sr Ministro, os vírus estão a ficar resistentes à penicilina!

Sr Deputado Narana Coissoró, pediu a palavra para que efecto?

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) - Para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro

O Sr Presidente — Nesse caso, vamos seguir a ordem das inscrições

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã, para o que dispõe de 3 minutos

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, nem precisarei de tanto

Sr Ministro, referiu-se a alguns dos aspectos cruciais da morosidade do sistema e evocou, certamente com razão, as grandes dificuldades que este sistema judiciário, anterior à I Guerra Mundial, na sua concretidão, terá. E, mais uma vez, creio que, aí, tem razão.

Devo dizer-lhe que, há três dias a esta parte, chegaram à minha secretaria alguns números, que, certamente, estarão na sua há muitos mais dias, que indicam que, na passagem de 1997 para 1998 (não sei se há dados mais recentes), o prazo médio dos processos cíveis tinha passado de 12 para 14 meses e o prazo médio dos processos crime, antes de julgamento, de 15 para 17 meses. Este agravamento é muito substancial — é da ordem dos 20% a 30% —, num período em que, justamente, os meios têm aumentado, talvez aquém das necessidades, mas têm aumentado. De 1993 para 1998, os juízes de 1ª instância passaram de 900 para 1200, o que é um aumento muito substancial, como reconhecerá.

Portanto, a morosidade é, certamente um problema de meios mas é também um problema de administração da justiça e é sobre isso, em primeiro lugar, que temos de pedir responsabilidades. Os meios levam tempo a criar e a administração tem de ser corrigida nos seus pontos fulcrais e nas suas grandes encruzilhadas tão depressa quanto as capacidades política e legislativa assim o permitam e queiram.

Ora, no caso que despoletou toda esta discussão, e ao qual quero voltar para lhe fazer uma pergunta concreta, temos não só boas vontades eventuais — começou com um elogio ao Conselho Superior da Magistratura —, não só entendimentos, preocupações, interesses, certamente motivados pela natureza desta questão, mas temos também duas falhas absolutamente decisivas. E devo dizer-lhe que as famílias enlutadas, nos casos das duas vítimas que estão em causa, interpelaram directamente os administradores do sistema judiciário sobre onde e quando era preciso para combater a morosidade, neste caso concreto!

Uma das famílias pediu uma aceleração processual ao Procurador-Geral da República, do qual não obteve resposta satisfatória, e a outra família pediu uma aceleração processual ao Conselho Superior da Magistratura, do qual não obteve resposta satisfatória, pese embora o reconhecimento que lhe foi dado de que os prazos legais não estavam a ser cumpridos.

O caso que motiva esta discussão, que é emblemático de todo este grande problema e que devemos tratar como tal, não estando ainda resolvido dá-nos já indicações catastróficas de que, pelo menos neste caso concreto, e não generalizarem, a Procuradoria-Geral da República e o Conselho Superior da Magistratura não foram capazes de responder a solicitações directas das famílias enlutadas pedindo a aceleração processual, perante a transigência, a permissividade e o desrespeito pelas regras que estavam a ser cumpridas na fase preparatória e depois na fase da instrução. A não ter acontecido isso, este debate teria sido necessário mas não por este caso.

Ora, o Sr Ministro é, naturalmente, a primeira figura responsável pela administração da justiça. Gostaria que me desse uma resposta concreta, também e em primeiro lugar, sobre estes sintomas de crise que nos são dados pelas respostas permissivas, elas sim, da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Superior da Magistratura.

O Sr Presidente — Sr Ministro, há mais cinco inscrições para pedidos de esclarecimento a V. Ex^a. Pretende responder desde já ou prefere acumular?

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, gostaria que me informasse qual é o tempo global que me foi atribuído

O Sr Presidente — Sr Ministro, dispõe de 2 minutos por cada pedido de esclarecimento. Ou seja, 12 minutos no total

O Sr Ministro da Justiça — Nesse caso, opto por responder desde já. Sr Presidente

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr Ministro

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, agradeço a sua questão. Não terá reparado mas, logo no debate do Programa do Governo, chamei a atenção, e tenho-o feito em várias declarações públicas, para o facto de que há os problemas dos meios e os das leis, mas há um problema central, que é o da administração do sistema. Em meu entender, e ao contrário de alguns diagnósticos, a solução deste problema não passa por governamentalizar outra vez a gestão das carreiras dos magistrados.

Ainda ontem pude ver no *El País* uma notícia sobre uma medida disciplinar aplicada a um magistrado em Espanha, em que foi feito o relato da reunião da comissão disciplinar do conselho superior da magistratura espanhol, segundo o qual os cinco representantes do PSOE se tinham entendido com o representante do PNV e tinham aplicado uma sanção com o voto contra dos representantes do Partido Popular. Não quero um Conselho Superior da Magistratura assim.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — e estou convicto que os conselhos superiores têm cumprido as suas funções. Aliás, penso que a Assembleia da República faria bem em ouvir os seus próprios representantes nos conselhos, porque uma coisa é aquilo que os conselhos têm tido por política, não divulgando, nomeadamente, as acções disciplinares que exercem efectivamente, e outra coisa é esse exercício da acção disciplinar não ser exercido. Ainda ontem, a Procuradoria-Geral da República informou que, durante o ano de 1999, foram instaurados 20 processos disciplinares a magistrados do Ministério Público.

Agora, a chave da gestão não está aí! Estaria aí se fosse possível admitir, e não é, que há um problema de irresponsabilidade generalizada do sistema, o que não é verdade. Convido-o a visitar os tribunais e verificará, entre oficiais de justiça, magistrados do Ministério Público, magistrados judiciais, que esse não é o retrato da realidade.

O défice de gestão que existe é o que, em meu entender, cabe ao Governo preencher. Temos três sistemas de inspecção que vão, sucessivamente, aos tribunais, cada um deles avaliar a responsabilidade do magistrado judicial, a do magistrado do Ministério Público e a do funcionário judicial, mas não há uma auditoria do conjunto do funcionamento desse estabelecimento que constitui o tribunal.

Por isso, temos dito que a auditoria do funcionamento do conjunto do sistema, quer ao nível central, quer ao nível desconcentrado dos tribunais, quer com a criação da figura do administrador do tribunal, que corresponde, aliás, a várias propostas de vários partidos, são medidas essenciais para que seja preenchida uma grande lacuna de gestão que existe no sistema de justiça. E é aí que creio estar uma das chaves importantes deste problema.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente. — Sr Deputado, peço-lhe que se limite aos 2 minutos; se não, arrependo-me!

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Guilherme Silva

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro, Srs Secretários de Estado: Sr Ministro, quero referir dois ou três aspectos antes de colocar algumas questões.

O primeiro é que V. Ex^a pode contar com uma coisa com que o governo do PSD, a propósito da justiça, não contou da parte do seu partido quando era oposição: tudo o que V. Ex^a apresente em benefício da justiça, em termos de melhorar este estado de coisas, vai contar com a nossa abertura para cooperarmos numa solução institucional para a justiça, para lhe darmos a imagem que todos queremos que tenha e para darmos aos cidadãos a justiça que eles merecem.

O Sr José Magalhães (PS) — Esperemos que sim!

O Orador — A segunda questão é a de que V. Ex^a, num voluntarismo apreciável, tem estado a anunciar uma série de medidas, pequenas medidas, pequenos passos, e desde que elas se insiram nesse espírito e nessa finalidade de que há pouco referi, e algumas já estão na Assembleia da República, vamos apreciá-las e discuti-las.

Mas há uma questão que, neste momento, ninguém em Portugal pode ocultar: há que repensar o sistema de justiça, há que nos pongamos de acordo sobre uma filosofia para tudo isto. A questão é mais vasta, é mais profunda do que esta problemática pontual de uma prescrição no caso Aquaparque ou noutro processo. E também aí era importante que encontrássemos os consensos necessários.

O Sr José Magalhães (PS). — Quais são as propostas?

O Orador — Não vale a pena estarmos com a questão de que a culpa é mais dos magistrados, que é mais do Governo, que é mais deste ou é mais daquele, porque todos teremos, eventualmente, quotas-partes de culpa nesta matéria. E que fique claro que magistrados há que são exemplo de dedicação, de esforço e de sacrifício, muitas vezes sem condições para exercerem as suas funções ou tendo condições muito precárias para as exercerem e, portanto, «uma andorinha não faz a Primavera».

Mas também não podemos deixar de reprimir situações de negligência e fá-lo-emos sempre que entendermos que há situações que merecem essa denúncia.

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — E se o meu colega Henrique Chaves anunciou algumas das coisas que se pensam, que se reflectem, no seio do meu partido, dentro dessa filosofia global que temos de pensar, temos todos de ter a abertura bastante para saber se estes conselhos da magistratura, no sistema e nas condições em que estão estruturados, não têm de ser repensados, em benefício da magistratura, da justiça e da nossa comunidade. É esta é uma questão que não pode estar fechada nem pode ser um tabu.

Outro aspecto tem a ver com o seguinte. V. Ex.^a é recém-empossado e chega como «virgem pura» a estas matérias, na medida em que esteve noutras áreas no governo anterior. Mas V. Ex.^a não pode esquecer o mandato do governo anterior na área da justiça! V. Ex.^a não pode esquecer que muitas das situações graves, designadamente em sede de prescrição, têm a ver com o estado em que o seu antecessor deixou a justiça o Ministério Público contra magistrados judiciais, o Ministério Público contra Polícia Judiciária. Todo este tipo de situações não pode ser esquecido, como não pode ser esquecido o reflexo necessário que essas situações tiveram no não andamento, na não aceleração, na não atenção que estes agentes do sistema deveriam ter.

Foram quatro anos em que a justiça foi colocada na situação mais grave que teve alguma vez neste País e que V. Ex.^a não pode esquecer. Por isso mesmo, disse ao Sr. Ministro, no debate do Programa do Governo, que tem uma responsabilidade redobrada, porque olha para trás e não vê um ministro de outro partido, vê um ministro do seu partido.

O Sr Presidente — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra, querendo, o Sr. Ministro da Justiça, para o que dispõe de dois minutos.

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Srs Deputados. Não tenho qualquer alergia a pensar e a que se repense o sistema de justiça.

O Sr José Magalhães (PS) — Claro!

O Orador — Porém, temos um calendário, que devemos cumprir, e o Sr. Deputado conhece-o melhor do que eu. A partir de 21 de Setembro de 2002 abrir-se-á, normalmente, uma revisão constitucional. Temos muito tempo para, com muita serenidade, repensar isto tudo, mas há duas coisas com as quais não concordo, sendo a primeira ficar parado e de braços cruzados à espera de 21 de Setembro de 2002.

O Sr Guilherme Silva (PS) — Pode até haver uma revisão atempada!

O Orador — A segunda é esta: sempre que há um problema difícil, que não se sabe resolver, para fingir que se faz alguma coisa, «puxar-se» de uma revisão constitucional.

O Sr José Magalhães (PS) — Exacto!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Não é esse o caso!

O Orador — Que fácil que era!

Creio que temos de ter todos a humildade — e agora que já os Srs. Deputados fizeram a reciclagem da

vossa experiência cavaquista também já serão capazes com certeza de fazer algum exercício de humildade — de aceitar que há problemas que ainda não sabemos como é que se resolvem, há problemas para os quais ainda ninguém inventou a penicilina! Esta é que é a verdade!

Portanto, tenhamos humildade e não inventemos revisões constitucionais como uma forma de fingir que fazemos sem que, efectivamente, ataquemos o problema.

Quanto à cooperação, a atitude que continuará a encontrar da parte deste Governo é de cooperação. Aliás, V. Ex.^a e todas as outras bancadas terão visto que, numa proposta de lei que já apresentámos à Assembleia da República, já acolhemos uma ideia que constava do programa eleitoral do seu partido. Sobre a sua eficácia, o Sr. Deputado conhece a minha opinião, mas creio que, obviamente, ninguém tem hoje o direito de atirar pela borda fora contributos que podem ser positivos, mesmo que se tenham maiores ou menores dúvidas sobre a eficácia dessas medidas.

Gostaria de aproveitar para transmitir ao PCP, com toda a abertura, que se for possível, ao nível da 1^a Comissão, que o Governo participe na fase da especialidade, renunciaremos ao exercício do direito de iniciativa em matéria de julgados de paz, repito, desde que, depois, nos devem intervir e colaborar com a Comissão na fase da especialidade.

Termino dizendo que, pela nossa parte, aceitamos o projecto do PCP como base de trabalho.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Ministro, vou começar pelo problema da prescrição.

Na minha intervenção, não disse que havia uma decisão definitiva, transitada em julgado, sobre este problema. Aliás, disse o contrário, disse que estava sob recurso, o que não significa que não tenha havido, entretanto, processos cujas prescrições tenham sido consideradas e que tenham transitado em julgado, ainda que porventura menos mediáticos.

Porém, o Sr. Ministro, de alguma forma, desvalorizou a gravidade das prescrições, ao referir que não se pode dizer que se tratava de crimes que ficaram impunes. É evidente que não! É evidente que os julgamentos ficam por fazer e, por isso, porventura, nalguns casos teria havido condenações e outros casos não. Mas a justiça ficou por realizar, o que é extremamente grave e o Sr. Ministro não pode relativizar a gravidade desse facto.

Um segundo problema tem a ver com as condições para a investigação criminal. O Sr. Ministro lamentou o facto de o Laboratório de Polícia Científica ter vindo a ser solicitado cada vez com um maior número de processos. Em 1998, eram 230 000 e, em 1999, passaram os 400 000.

O Sr Ministro da Justiça — Não, isso são os inquéritos! Nos laboratórios só há 21 000 pedidos! Os inquéritos e que são 400 000. Não me dá cabo dos laboratórios!

O Orador — Sr. Ministro, isto foi um equívoco da minha parte em relação à sua intervenção, mas, de qualquer forma, o que quero dizer, fundamentalmente, é este

lapso não prejudica isso, tem a ver com o seguinte é que o Sr Ministro não tomou posse em finais de 1999 para resolver os problemas de 1988 O Sr Ministro tomou posse para resolver os problemas tal como eles existem hoje e não tal como eles existiam no passado É que se tivéssemos na justiça, como em qualquer outro sector, o volume processual que tínhamos há 10 ou há 20 anos, evidentemente que os problemas seriam completamente diferentes Portanto, foi para resolver os problemas actuais que este Governo tomou posse e exerce funções

Lembramos que há quatro anos os senhores falavam da herança pesada que tinham recebido do PSD. da situação calamitosa que existia, e nós nunca contestamos isso Mas o problema é que o Partido Socialista já foi governo durante quatro anos, iniciou o seu quinto ano de governação e, portanto, não pode continuar a considerar que a gravidade dos problemas é uma surpresa e a comportar-se como se tivesse chegado agora ao Governo e não soubesse nada do que acontecia

Portanto, temos de perguntar se o Partido Socialista não teve tempo, até agora, de aprovar a Lei Orgânica da Polícia Judiciária, cuja aprovação tem vindo a ser adiada há praticamente uma década, e se não teve tempo de fazer nada relativamente ao défice de meios humanos que a Polícia Judiciária, no seu conjunto, atravessa O Sr Ministro não pode invocar surpresa nessa matéria

Finalmente, quero congratular-me com a postura que o Sr Ministro revelou, no final desta última intervenção, relativamente aos julgados de paz Ao contrário do que disse o Sr Deputado José Magalhães, não consideramos que seja uma medida pontual, embora não tenhamos nada contra medidas pontuais em si mesmas, já que uma medida pontual pode ser positiva e em muitas situações justificar-se Porém, já nos preocupa uma política casuística, visando apenas resolver um ou outro problema, pontualmente, sem ter em conta uma visão global das situações

Portanto, quero congratular-me com o comportamento do Sr Ministro e esperar que esta Câmara possa, brevemente, proceder a esta reforma importante no sector da justiça que é a criação dos julgados de paz

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, não diminuo a gravidade das prescrições, porque um processo que prescreva é um processo no qual não se realizou a justiça

Aliás, na visão que tenho do Estado de direito é mesmo duplamente grave, porque não é só a hipótese de um crime ter ficado impune como é também a hipótese de uma absolvição não ter sido declarada e garantir que se algum dia for arguido num processo-crime o pior que me pode acontecer, julgando-me eu inocente, é haver uma prescrição, ficando sempre a pairar a dúvida sobre se eu era culpado ou não, não tendo tido o direito a poder ser absolvido e a ser declarado inocente

Portanto, isto é duplamente grave, pelo que não diminuo a sua gravidade Mas o Sr Deputado há-de compreender que há uma diferença entre os números que o *Fórum Justiça e Liberdades* refere, ou seja, 100 000 processos prescritos, os 40 000 que V Ex^a refere, com base nas estatísticas que o Ministério da Justiça divulga anualmente, e

os números relativos a 1999 que tive oportunidade de transmitir

E muito menos pode alguém invocar surpresa relativamente ao processo das prescrições, ou seja, nem eu nem o meu antecessor nem nenhuma de VV Ex^a pode revelar surpresa porque todas as pessoas sabem qual é uma das causas fundamentais desta «onda» de prescrições, que teve a ver com um erro escandaloso que foi cometido em 1987, que só foi corrigido em 1995, e, portanto, todos os factos que ocorreram entre 1987 e 1995 são tratados com um prazo anormal de prescrição

O Sr José Magalhães (PS) — É verdade!

O Orador — Esta é a verdade! Não vou apontar responsabilidades mas, consoante o tempo foi correndo, vão-se revelando cada vez mais prescrições relativamente aos crimes mais graves que, por terem uma moldura penal mais penosa, tinham também um prazo mais generoso de prescrição

O Sr Presidente — Sr Ministro, terminou o seu tempo

O Orador — Concluo já, Sr Presidente

Portanto, ninguém se poderá surpreender quando, ao longo deste ano, continuarem ainda a verificar-se prescrições com origem na trapalhada legislativa de 1987 Esta é a verdade, que não pode constituir surpresa para ninguém

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, quero referir dois aspectos preliminares e, depois, fazer-lhe uma pergunta

Começo por dizer que estamos a avolumar um certo número de críticas, «enchendo o bolo» das prescrições e fazendo queixas contra as magistraturas, contra o Conselho Superior da Magistratura, etc , mas não ouvi ainda dizer que quem aprovou o Código Penal fomos nós

Vozes do CDS-PP — Claro!

O Orador — Quem aprovou o Código de Processo Penal fomos nós e quem se esqueceu de fazer a norma transitória fomos nós!

O Sr João Amaral (PCP) — Não é verdade! Foi o governo!

O Orador — Nós tínhamos o instituto da ratificação e podíamos ter trazido à Assembleia essa questão se nos lembrássemos que faltava a norma transitória.

Assim, atirar sobre os outros o que não fizemos é mau Temos de assumir a culpa de não termos sido diligentes, porque fizemos demasiada confiança no Ministro da Justiça de então, que falava muito, que aqui exercitava os seus dons oratórios, que julgava que encantava todas as pessoas com amplos discursos, com grandes temas doutrinários, com grandes filosofias, mas, no fundo, quem não fez a norma transitória, quem não viu com atenção o que estávamos a votar, já que

estávamos a votar o Código Penal sem uma norma transitória, fomos nós. E porquê? Porque tradicionalmente sempre se confiou no governo para fazer os Códigos.

Ora bem, quem não quiser assumir esta responsabilidade, não assume, mas eu estava cá quando foi votado este Código e, por isso, não estou a falar dos outros mas de mim, porque também estava cá e a verdade é que também não vi que faltava essa norma transitória.

Em segundo lugar, nunca ouvi falar aqui, durante este processo de crise, da chamada «gestão das queixas». O Sr. Ministro sabe perfeitamente que na Polícia Judiciária, nos inquéritos, não são tratados todos os casos que dão entrada, porque é absolutamente impossível à Polícia Judiciária, é absolutamente impossível ao DIAP e é absolutamente impossível à magistratura do Ministério Público dar vazão a todas e todas as queixas que entram.

Deste modo, na prática, há uma escolha ou as queixas são tratadas pelo número de entrada (muitas não ficam para trás e prescrever), ou não são tratadas pelo número de entrada. E não são! Verificamos, por exemplo, que quatro pessoas, na mesma noite, com o mesmo piquete, vão à Polícia Judiciária e apresentam queixas e, muitas vezes, nem essas quatro queixas são tratadas e uma pessoa que apresentou queixa oito dias depois vê a sua queixa tratada.

O Sr. Presidente — Terminou o tempo de que dispunha para intervir, Sr. Deputado.

O Orador — Portanto, há um critério de prioridade que não está consagrado na lei mas que vigora na prática. Isto é, o Ministério Público e a Polícia Judiciária fazem uma gestão das queixas.

O Sr. Presidente — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador — É só mais 1 minuto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Desculpe, Sr. Deputado, não posso dar-lhe mais 1 minuto. Ajude-me a cumprir o Regimento, não me leve a mal.

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Narana Coissoró chamou a atenção para uma questão que é, efectivamente, real. Como se sabe — e este é dos tais temas em que só a partir de 21 de Setembro de 2002 vale a pena reflectir sobre ele serenamente —, no nosso programa eleitoral, suscítámos a questão do princípio da oportunidade, porque entendemos que ele deve ser regulado. É que o princípio da oportunidade existe sempre, regulado ou não regulado, e nós entendemos que esse princípio deve ser regulado.

Aproveito esta questão para responder a uma pergunta formulada, há pouco, pelo Sr. Deputado António Filipe. É evidente que também aqui há um problema de racionalização dos meios de que o Estado dispõe para combater a criminalidade. Por isso, tal como disse aquando da discussão do Programa do Governo, ainda nesta sessão legislativa a Assembleia da República receberá a Lei Orgânica da Polícia Judiciária, na parte que é da sua competência, que estimo que dê entrada até final de Março.

Esta lei visa, efectivamente, racionalizar o sistema, por um lado, permitindo especializar a Polícia Judiciária na criminalidade complexa, na qual é essencial a sua intervenção, e, por outro lado, valorizando as competências de investigação criminal da PSP e da GNR, sobretudo no combate daquela criminalidade difusa que exige uma polícia de proximidade — é o caso da PSP e da GNR — que a Polícia Judiciária nunca poderá ser.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos num debate sobre justiça e eu não gostaria que começássemos por cometer injustiça por falta de memória.

Permito-me, por isso, invocar aqui que a herança de que falava, há pouco, o Sr. Deputado António Filipe é uma herança de que a bancada do PS se orgulha a muitos títulos. Certamente, o Sr. Deputado António Filipe e os Srs. Deputados de outras bancadas não quererão esconder o trabalho significativo que foi feito em domínios fundamentais para a reforma da justiça na legislatura passada.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Recordo, por exemplo, que estava em ruptura o sistema prisional e, graças a um trabalho aplicadíssimo do Ministério da Justiça do Governo anterior, não estamos, hoje, a discutir com o mesmo grau de premência esse problema, embora, também aí, ainda haja muito para fazer.

Recordo a reforma de um conjunto de institutos relevantes: a reforma do instituto da adopção, a reforma profunda da velha organização tutelar de menores, as reformas relativas ao processo civil, em parte, ao processo penal, profundamente, e ao processo de trabalho, actualizando-o, as reformas do próprio Código Penal, de forma pontual mas relevante, as reformas relativas à organização judiciária, incluindo os Estatutos do Ministério Público e da Magistratura Judicial, criando-se 80 novos juízes cujo preenchimento é um problema actual.

É preciso não esquecer que estamos, de certa maneira, a «meio da ponte», na sequência de um trabalho que foi feito e que, de forma decisiva e consistente, tem de continuar a ser desenvolvido.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quero saudar aqui o Sr. Ministro da Justiça pelo facto importantíssimo de ter, ele próprio, testemunhado, na intervenção que proferiu, as duas culturas de que aqui se tem falado: a cultura da responsabilidade e a cultura da eficácia da gestão.

Penso que o primeiro sinal de responsabilidade foi o de transmitir à Câmara, de forma inteiramente transparente e aberta, todos — não sonegando nenhum! — os dados disponíveis relativamente à actual situação judiciária e ao movimento processual, para que isso nos habilite a fazer juízos rigorosos e não «tremendistas», como é possível fazer a propósito de leituras mal orientadas de certos dados estatísticos.

Permitam-me que volte a lembrar a observação feita pelo Sr. Ministro da Justiça ao chamar a atenção para que muitas das notificações pendentes no DIAP são em resultado de notificações que devem ser feitas por processos arquivados, quando todos os Srs. Deputados estavam, de um modo geral, a fazer uma interpretação relativamente a uma espécie de impasse no andamento da maior parte desses processos.

Se sinalizo este exemplo é apenas para testemunhar alguma coisa que vai, naturalmente, à revelia daquilo que há pouco era dito pelo Sr. Deputado Guilherme Silva não se faz qualquer reforma boa da justiça agitando e provocando a tensão no interior dos sujeitos processuais.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — E se alguma coisa a bancada do PSD aqui veio testemunhar é que não tinha outra mensagem para a área e para os problemas da reforma da justiça que não fosse procurar, sempre e de cada vez, inventar um «bode expiatório». A *bête noir* poderá ser o Sr. Ministro da Justiça precedente, a *bête noir* poderá ser o Ministério Público de hoje, a *bête noir* poderá ser o Conselho Superior da Magistratura que temos Bom, o PSD, de cada vez, a cada momento e para cada debate, escolhe o seu «bode expiatório».

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente

Mas o Sr. Ministro da Justiça deu-nos o seu testemunho nada se resolverá a partir de «bodes expiatórios», tudo se resolverá numa cultura de cooperação e de diálogo institucional.

O Sr. Presidente — Tenha paciência, Sr. Deputado, tem mesmo de terminar, não posso abrir exceções!

O Orador — Sr. Presidente, permita-me apenas que pergunte ao Sr. Ministro da Justiça o desenvolvimento do Observatório Permanente da Justiça pode ir mais longe, numa lógica pluridisciplinar, podendo ser acompanhado, com regularidade e em permanência, por muitos de nós?

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça

O Sr. Ministro da Justiça — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, já me ouviu, na discussão do Programa do Governo, sublinhar uma questão fundamental para mim, não há o governo anterior e este Governo, há um Governo do Partido Socialista.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — que, numa primeira fase, executou uma estratégia adequada aquela fase e que, agora, prossegue a sua estratégia de intervenção no sector da justiça, tendo em conta, obviamente, aquilo que já foi feito. Como é claro, na legislatura anterior, a prioridade foi dada à intervenção na lei, agora, a prioridade deve ser dada à intervenção na gestão.

Aliás, não foi feita só intervenção na lei. O Sr. Deputado sublinhou o aumento de investimento que houve no sistema prisional, sem paralelo na nossa história contemporânea, mas é preciso ter em conta que, por exemplo, o PIDDAC relativo aos tribunais, de 1995 para 1999, aumentou 50%. Aliás, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo disse que era preciso fazer mais tribunais e eu concordo consigo, pois é claro que é!

Porém, creio que o Sr. Ministro José Vera Jardim tinha uma dificuldade básica, que eu partilho, que é esta: também não teve uma varinha de condão. Eu também não tenho e cedo o lugar a quem a tenha!

Risos

Penso que o País precisa que alguém apareça com uma varinha de condão.

Quanto à questão concreta que colocou, relativa ao Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, refiro que o Observatório, conduzido pelo Sr. Professor Boaventura de Sousa Santos, já nos apresentou a proposta da continuação dos seus trabalhos e, muito brevemente, iremos sentar-nos à mesa para a acertarmos.

Entendemos que aquele Observatório é fundamental e deve ser completado, na arquitetura da Lei Orgânica do Ministério — que está a ser elaborada pelo Sr. Professor João Caupers, esperando-se que durante o próximo mês possa ser colocada em debate público, como o exigem algumas dimensões da mesma —, articulando-se com o Conselho Consultivo da Justiça, órgão do Ministério da Justiça que consideramos fundamental para recolocar o Ministério da Justiça na posição de centralidade que lhe compete na orgânica constitucional, de capacidade de definição, prossecução e execução das políticas relativas ao sector da justiça.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Portanto, creio que no próximo mês poderemos dar notícias relativamente a esta orgânica, que será concatenada com o diploma relativo à instituição do administrador dos tribunais e à dotação de autonomia administrativa e financeira aos tribunais superiores.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — São três peças num mesmo mecanismo fundamental.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, ao fim de quatro horas e meia, terminámos um período de antes da ordem do dia que devia ter durado, no máximo, duas horas. Vamos ver se, no futuro e com a vossa ajuda, reconduzimos o PAOD à sua duração normal.

A próxima reunião terá lugar amanhã e, como há pouco informei, dela constará a discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 9/VIII e dos projectos de lei n.ºs 22/VIII (PCP), 42/VIII (PSD), 69/VIII (CDS-PP) e 71/VIII (BE).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 5 minutos

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 18/VIII (CDS-PP).

Reconhecendo a figura do mecenato como um atrativo ou catalisador para a responsabilização civil, este voto a favor representa a anuência por apenas um, pequeno, contributo para resolução de graves problemas sociais, à semelhança, aliás, do que se encontra já estatuído no âmbito do mecenato social.

A anuência refere-se exclusivamente a um regime fiscal especial, rejeitando-se liminarmente a ideia de que o mecenato possa ser a forma de resolução de quaisquer problemas de fundo ou que se possa, por via deste projecto de lei, pretender tangenciar sequer o debate ou o tratamento da questão da interrupção voluntária de gravidez.

Permanece e é inalienável do Estado, a responsabilização pela garantia do pleno exercício de direitos fundamentais. Permanece e é legítima a atribuição de benefícios fiscais a práticas solidárias.

As Deputadas do PS, *Luisa Vazconcelos — Maria José Campos*

O projecto de lei n.º 18/VIII (Mecenato para a Vida), que agora aprovámos, permite atribuir benefícios fiscais para actividades e instituições que apoiem associações de protecção à maternidade. Foi tão-só isto que o CDS-PP propôs e foi tão-só isso que mereceu a aprovação maioritária da Assembleia da República.

São, pois, completamente irrelevantes as manifestações e afirmações de alguns partidos, durante o debate, sobre questões colaterais que não estiveram em discussão e análise.

Reafirmámos a nossa profunda convicção sobre a necessidade de aprovar legislação que se oriente no sentido da despenalização da interrupção voluntária da gravidez (em situações bem definidas) e, sobretudo, para a implementação e generalização de medidas tendentes ao planeamento familiar e, portanto, à erradicação da necessidade social da interrupção.

Esta matéria legislativa, e nomeadamente a que se orientará para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, só deve ser assumida quando forem plenamente absorvidos os efeitos políticos da «rejeição» por uma maioria de uma minoria de portugueses, em recente consulta referendária popular.

O nosso voto positivo tem, pois, o exacto sentido de aceitar e concordar com a introdução na lei de mecenato de uma «linha» orientada para a vida e nada tem a ver com a posição de fundo sobre o problema do planeamento familiar e da interrupção voluntária da gravidez, que aqui e desta vez, apesar das tentativas de alguns grupos parlamentares, não esteve em causa.

Os Deputados do PS, *Manuel dos Santos — Natalina Moura — Luisa Portugal — Paula Cristina Duarte — Eduarda Castro — Zelinda Marouço Semedo — Maria Celeste Correia*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

*João Carlos da Costa Ferreira da Silva
José Carlos Lourenço Tavares Pereira
Maria Isabel da Silva Pires de Lima*

Partido Social Democrata (PSD)

*António Paulo Martins Pereira Coelho
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Eugenio Fernando Sá Cerqueira Marinho
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Manuel Cruz Roseta*

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

*António Bento da Silva Galamba
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

Partido Social Democrata (PSD)

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

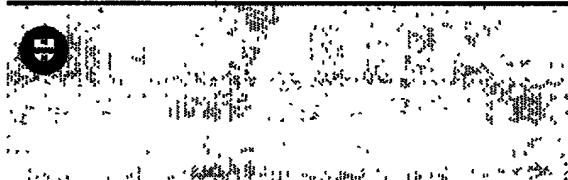
Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

*João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebello
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 480\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa